



Universidade Federal Da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

AILTON JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO

**HOMOSSEXUAIS EM TRÂNSITO:
REPRESENTAÇÕES, MILITÂNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
HOMOSSEXUAL NA BAHIA, 1978-1988**

Salvador/Bahia

2017

AILTON JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO

**HOMOSSEXUAIS EM TRÂNSITO:
REPRESENTAÇÕES, MILITÂNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
HOMOSSEXUAL NA BAHIA, 1978-1988**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima.

Salvador/Bahia

2017

Carneiro, Ailton José dos Santos
Homossexuais em Trânsito: Representações, Militância e Organização Política
Homossexual na Bahia, 1978-1988. / Ailton José dos Santos Carneiro. – Salvador 2017.
150 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Homossexualidade. 2. Movimento homossexual. 3. Grupo Gay da Bahia. I.
Lima, Marcelo Pereira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

**HOMOSSEXUAIS EM TRÂNSITO:
REPRESENTAÇÕES, MILITÂNCIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
HOMOSSEXUAL NA BAHIA, 1978-1988**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Professor Doutor Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
(Orientador)

Professora Doutora Lígia Bellini
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
(Examinadora)

Professor Doutor Elias Ferreira Veras
Universidade do Estadual do Ceará (UECE)
(Examinador)

DATA DA APROVAÇÃO

Salvador, _____ de _____ de 2017.

Ailton José dos Santos Carneiro

A todos aqueles que têm consciência para ter coragem, que têm a força de saber que existem,
e que no centro da própria engrenagem inventam a contra-mola que resiste.

"O viajante interrompe a comodidade, abala a segurança, sugere o desconhecido, aponta para o estranho, o estrangeiro. Seus modos talvez sejam irreconhecíveis, transgressivos, distintos do padrão que se conhece. Seu lugar transitório nem sempre é confortável. Mas esse pode ser também, em alguma medida, um lugar privilegiado que lhe permite ver (e incita outros a ver), de modo inédito, arranjos, práticas e destinos sociais aparentemente universais, estáveis e indiscutíveis."
Guacira Lopes Louro.

*"Diadorim, que eu tinha falado, permaneceu em mim. Me abracei com ele. Mel se sente é todo lambente – 'Diadorim, meu amor...' Como era que eu podia dizer aquilo?
...E como é que o amor desponta?
...Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Coração mistura amores. Tudo que cabe.
...E eu – como é que posso explicar ao senhor o poder de amor que eu criei? Minha vida o diga. Se amor? Diadorim tomou conta de mim.
... Diadorim deixou de ser nome. Virou sentimento meu".*
João Guimarães Rosa.

"A uma civilização que elimina as diferenças, a história deve restituir o senso das particularidades". Philippe Aries.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de rememorar; é um não esquecer; é saber para onde voltar. Nesta etapa de vida e de pesquisa eu bati em muitas portas e sou grato por ter sido atendido em quase todas. Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Mariluce, minha cara, minha voz, porta sempre aberta, com sua constante estabilidade e certeza que me faz sempre caminhar sabendo que tenho para onde regressar; e a minha avó Maria, com sua doçura, sua sábia espera.

Agradeço também à Vando, companhia que de perto ou de longe sempre me acompanha, companheiro de escritas existenciais e acadêmicas. Tudo entre a gente são afetos, trocas, experiências, potências de vida. Registro aqui o meu amor e a minha gratidão.

Da mesma forma, saltam à memória os bons amigos de casa, da vida e da universidade: Aline, Elder, ESA, Ed, Analu, Michele, Veiga e Nara. Volta e meia eu bato nestas portas, abro as minhas e suas janelas, faço morada.

Do Programa de Pós-graduação para a vida, não tem como eu não agradecer à Jorge, amigo de longa caminhada, à Kelly, à Aline, à Cláudia, à Rogério, à Kalina e à Tati, mestrxs e doutorxs das horas ocupadas e vagas. À Kalina e à Tati devo a melhor parceria que um pesquisador poderia contar, seja para viagens, trabalhos ou diversão.

Merece destaque alguns professores que facilitaram esta caminhada e deixaram esta etapa um pouco mais prazerosa, foi o caso de Salete Maria, Antônio Luigi Negro, Lucileide Cardoso, Carlos Zacarias, Maria Gabriela Hita, Lúgia Bellini, Elias Veras, Robério Souza e Elisângela Oliveira. Um agradecimento todo especial ainda para o professor Marcelo Pereira Lima, meu orientador. A marca de Marcelo neste trabalho é indelével por toda sua presteza, rigor acadêmico, tutela, afeto, erudição e colaboração.

Tenho ainda que agradecer às almas que de uma forma ou de outra povoam este trabalho com suas experiências de vida e suas vozes corajosas: Luiz Mott, Marcelo Cerqueira, Cristiano Santos, Davi Aranha, Ricardo Líper, Tony Pacheco, Carlos Borges e os funcionários da Biblioteca Central do Estado da Bahia. Ao professor Mott devo ainda, além da admiração e acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa, a confiança de ter aberto a sua casa, sua biblioteca pessoal e seu centro de documentação de forma generosa e irrestrita.

Por fim, sou extremamente grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de fomento à pesquisa, sem a qual a feitura deste trabalho teria sido mais árdua ou até inviável.

RESUMO

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **Homossexuais em Trânsito**: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. 2016. 150 fl. Dissertação parcial (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social (UFBA), 2016.

A produção de uma identidade coletiva homossexual e a organização de uma militância em defesa das homossexualidades na Bahia nas décadas de 1970 e 1980 são os elementos constitutivos desta pesquisa. Nesse sentido, este trabalho tem como escopo discutir como se deu o processo de agitação político-cultural e formação de um movimento homossexual organizado em Salvador no período de abertura política e redemocratização do Estado brasileiro, de 1978 a 1988, dando-se grande ênfase à atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB). Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática, de uma análise de documentos – estatutos, boletins informativos, livros e folhetos produzidos pelos militantes homossexuais, jornais da época – que compõem a narrativa sobre esse passado, e de fontes orais que através da análise de discursos, reverberam toda a gama de representações, práticas e tensões envolvendo esses agentes históricos. A importância de tal abordagem parte ainda da concepção de que o movimento homossexual, por meio de sua atuação, desloca uma série de significantes e significados, bem como de representações, atribuídos aos amantes do mesmo sexo. Com isso, trata-se de mais uma tentativa de inserir a problemática da homossexualidade na historiografia numa perspectiva de luta contra as práticas e os discursos heteronormativos dominantes na sociedade.

Palavras-Chave: Homossexualidade; Movimento Homossexual; Grupo Gay da Bahia; Identidade Coletiva; Representações.

ABSTRACT

The production of a homosexual collective identity and the organization of a militancy in defense of homosexuality in Bahia in the 1970s and 1980s are the constituent elements of this research. In this sense, this work has the objective to discuss how was the process of political and cultural upheaval and formation of an organized gay movement in Salvador in the period of political opening and democratization of the Brazilian State, 1978-1988, giving great emphasis on performance of Grupo Gay da Bahia (GGB). For this, use is made of a literature review on the theme, a document analysis (statutes, newsletters, books and pamphlets produced by homosexual militants, newspapers of the time) that make up the narrative of that past, and oral sources that through the analysis of speeches, reverberate throughout the range of representations, practices and tensions involving these historical agents. The importance of the approach also starts from the idea that the homosexual movement, through their performance, displace a series of signifiers and meanings, as well as representations, attributed to lovers of the same sex. Thus, it is more an attempt to set the issue of homosexuality in the historiography of a prospective fight against practices and dominant heteronormative discourse in society.

Keywords: Homosexuality; Homosexual Movement; Grupo Gay da Bahia; Collective Identity; Representations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIA** – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- ABIG** – Associação Brasileira de Imprensa Gay
- AI** – Ato Institucional
- AIDS** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ANPUH** – Associação Nacional de História
- CID** – Classificação Internacional de Doenças
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- DJC** – Delegacia de Jogos e Costumes
- DST** – Doença Sexualmente Transmissível
- EGHO** – Encontro de Grupo Homossexuais Organizados
- EGHON** – Encontro de Grupos Organizados do Nordeste
- EHBO** – Encontro Brasileiro de Homossexuais
- GALF** – Grupo de Ação Lésbica-Feminista
- GAPA** – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS
- GATHO** – Grupo de Atuação Homossexual
- GGB** – Grupo Gay da Bahia
- GLH** – Grupo Libertário Homossexual
- GNH** – Grupo de Negros Homossexuais
- HIV** – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
- LF** – Lésbico-Feminista
- LGBTQI+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexuais e outras sexualidades dissidentes.
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MHB** – Movimento Homossexual Brasileiro
- MNU** – Movimento Negro Unificado
- NEIM** – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONG** – Organização Não Governamental
- PDS** – Partido Democrático Social

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PT – Partido dos Trabalhadores

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

STF – Supremo Tribunal Federal

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: “A CORAGEM DA VERDADE”	14
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: “INTERROGANDO A IDENTIDADE”	27
1.1 A Fabricação do Homossexual: verdade, relações de poder e identidade na modernidade...	29
1.2 Por uma ascética homossexual: mobilizações coletivas em torno da homossexualidade.....	38
1.3 A emergência de uma identidade coletiva homossexual no Brasil: O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em tempos de Ditadura Militar.....	47
CAPÍTULO II – SOB O SIGNO DO PECADO: A AGITAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL HOMOSSEXUAL NA BAHIA	60
2.1 Salvador dos Homossexuais: sujeitos e espaços de homossociabilidade na capital baiana no final da década de 1970.....	63
2.2 “ <i>Gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados...</i> ”: a formação do Grupo Gay da Bahia (GGB).....	75
2.3 “ <i>Além de preto, bicha</i> ”: intersecções entre “raça” e sexualidade na Bahia – a fundação do Grupo Adé Dudu.....	85
CAPÍTULO III – SOB O SIGNO DA DOENÇA: A ATUAÇÃO DO GRUPO GAY DA BAHIA NA BUSCA POR RECONHECIMENTO E CIDADANIA PLENA	93
3.1 Uma nova postura política homossexual: o estilo de militância do Grupo Gay da Bahia na década de 1980.....	95
3.2 “Heterotopias”: relações entre o GGB e o “gueto” homossexual em Salvador nos anos 1980.....	101
3.3 A morte da clínica: O GGB e a campanha pela despatologização da homossexualidade..	107
CAPÍTULO IV – SOB O SIGNO DO CRIME: O GRUPO GAY DA BAHIA E A LUTA PELA AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL	116
4.1 O GGB e a grande mídia: jogo de representações.....	118

4.2 Nas brechas da Constituinte: a atuação do GGB no combate à violência e discriminação por orientação sexual.....	125
4.3 O GGB em tempos de HIV/AIDS: aproximações com o Estado.....	130
CONCLUSÃO.....	138
FONTES.....	143
REFERÊNCIAS.....	145

APRESENTAÇÃO: “A CORAGEM DA VERDADE”

O trabalho aqui apresentado é um produto de um projeto de pesquisa que teve seu início ainda na fase da graduação em História, no Campus II da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), situado no município de Alagoinhas-Bahia. Logo em sua formulação, o principal escopo deste projeto foi tentar explicar como se formou no Brasil, por volta dos decênios de 1970 e 1980, um movimento que reunia diversos sujeitos que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo na luta em defesa da homossexualidade em plena Ditadura Militar. Nesta perspectiva, a primeira etapa deste percurso se cumpriu com a produção de uma monografia, como trabalho de conclusão do curso de graduação, intitulada “A Politização da Homossexualidade na Bahia nos Anos 1980 – A Atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB)”. Este exercício monográfico teve como objetivo geral discutir como se deu o processo de politização dos homossexuais na Bahia na década de 1980. As respostas obtidas nesta primeira etapa de investigação foi o fulcro para se chegar neste segundo momento no qual se situa este trabalho.

Esta segunda etapa traz como foco a discussão do processo de agitação político-cultural e formação de um movimento homossexual organizado na Bahia no período de abertura política e redemocratização do Estado brasileiro, no período de 1974 a 1988. Percebe-se uma ampliação da duração motivada pela desconfiança de que antes da constituição de um movimento homossexual institucionalizado na Bahia, como foi o caso do Grupo Gay da Bahia, fundado em 29 de fevereiro de 1980, já existia em Salvador grupos de pessoas, ainda que dispersos, dispostos a lutarem em defesa do amor pelo mesmo sexo. Neste sentido, esta abordagem é também uma verificação dessa hipótese, além de remontar as experiências dos ditos homossexuais e de uma militância homossexual na Bahia e no Brasil no período do Regime Militar. Todavia, antes de adentrarmos de vez nos meandros dessa discussão, cabe aqui uma digressão.

A homossexualidade sempre foi um tema em minha vida, muitos antes mesmo de eu me ancorar num rigor científico e me aprofundar em teóricos para tratar desse assunto. A primeira vez que eu me lembro de ter presenciado uma discussão científica sobre a “homossexualidade” foi numa aula de História, no 1º Ano do Ensino Médio. Nesta ocasião, ao tratar da sexualidade na Grécia Antiga, a professora de História comparou os “homossexuais” gregos antigos, para ela, admiráveis porque não deixavam de ser “homens” mesmo tendo relações sexuais com o mesmo sexo, com os homossexuais contemporâneos, que, em sua concepção, assumiam uma performance “feminina” na prática social. Mesmo sem ela saber, naquele momento, ainda que

trêmulo devido ao medo de ser a qualquer instante arrolado no debate por qualquer “engraçadinho”, estava acontecendo em mim, uma verdadeira revolução. Foi a partir daí que passei a compreender a homossexualidade como uma representação e que eu não estava determinado, por ter um desejo sexual desviante da norma, a me comportar como um “anormal”. Para um adolescente sem muitas referências e preso em seus medos, essa descoberta foi libertadora. Foi neste dia também que descobri o quanto o conhecimento do passado pode ser subversivo e emancipatório. Neste sentido, a minha primeira percepção dessencializada da homossexualidade já veio acompanhada da noção de potência de um saber histórico.

O meu ingresso no curso de História da Universidade do Estado da Bahia, no Campus II, no final do ano de 2006, marcou o início de uma nova etapa da minha vida. Foi sob o efeito do sobe e desce da famosa “escada” da instituição que eu fui amadurecendo a cada degrau. Foi neste momento também que encontrei pessoas que estavam pouco preocupadas para onde eu direcionava o meu apetite sexual. Esta aparente indiferença desse grupo de colegas, que mais tarde se tornaram amigos, aliado a um afeto e uma solidariedade, foi crucial para despertar em mim um interesse, ou até mesmo uma necessidade existencial, de se falar sobre a minha pretensa sexualidade. É óbvio que esse processo catártico também foi influenciado por outras experiências pessoais. Não obstante, essa confraria formada no contexto da universidade desempenhou um papel fundamental no que tange a saída da temática da homossexualidade de uma esfera íntima da minha existência para se tornar objeto de estudo acadêmico.

Vale salientar que antes de me debruçar na história dos amantes do mesmo sexo, tive minha iniciação científica num outro campo da historiografia. Ainda no final do segundo semestre da graduação em História fui selecionado para participar de um projeto de pesquisa liderado pela professora Maria das Graças Leal que discutia a organização de trabalhadores urbanos em Alagoinhas-Bahia. Embora tivesse na ocasião um grande interesse pela memória dos ferroviários alagoinhenses, e o Campus II da UNEB tenha tradição na linha de História do Trabalho, optei por me enveredar num campo totalmente inexplorado e quase que infértil naquele cenário acadêmico. Sentia a necessidade de discutir algo que tivesse mais intimamente ligado a minha autopercepção existencial e política. Foi a partir daí que eu assumi uma “coragem da verdade”, como na acepção dada por Foucault, e a homossexualidade se apresentou como tema de pesquisa dentro das exigências do componente curricular “Pesquisa Histórica I”.

Com o tema selecionado restava então delimitar um problema. Primeiramente, pensei em discutir uma possível repressão aos homossexuais na Ditadura Militar. Esta ideia surgiu porque tinha feito uma viagem para João Pessoa e lá encontrei num sebo o livro do jornalista

Agassiz de Almeida, intitulado “A Ditadura dos Generais”, no qual ele comparava a Ditadura Militar na América Latina com o Nazismo na Alemanha. Sem entrar agora no mérito desta discussão, a partir da leitura dessa obra comecei a criar hipóteses sobre uma possível perseguição homossexual por parte dos governos militares no Brasil. No entanto, quando procurei um dos professores especializados no estudo do Golpe Civil-militar de 1964, este descartou qualquer preocupação dos militares com os praticantes de sexo entre iguais no Brasil, deixando-me sem argumentos na ocasião para contestá-lo. Ocorreu então que numa das minhas conversas com o professor e antropólogo Arivaldo Lima, ele me sugeriu analisar a trajetória do Grupo Gay da Bahia. Acatei a sugestão de imediato e o convidei para ser o orientador do meu trabalho de conclusão de curso. A partir desse dia passei a coletar o máximo de dados possíveis acerca do GGB e do movimento homossexual no Brasil e no mundo.

No transcorrer da pesquisa sobre o Grupo Gay da Bahia tive que mudar de orientador devido a uma solicitação de licença por parte do professor Arivaldo, passando então a ser orientado pelo professor sociólogo Iuri Ramos que deu importantes acréscimos, sobretudo, no que se refere as técnicas utilizadas para a pesquisa. Com isso, apresentei a monografia intitulada “A Politização da Homossexualidade na Bahia nos Anos 1980 – A Atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB)”, em 23 agosto de 2012, obtendo a aprovação com nota dez. Cumprira-se assim a primeira etapa deste projeto de pesquisa.

Graduado, passei então a investir na preparação para o ingresso em algum programa de mestrado em História como uma forma de dar continuidade aos meus estudos. Concomitantemente, concorri a seleção de vagas residuais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o curso de Direito, sendo aprovado em setembro de 2013. A partir daí passei a concentrar as minhas forças no objetivo de garantir meu ingresso no Programa de Pós-graduação em História da UFBA, o que ocorreu no início do ano de 2014.

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, situada no místico bairro de São Lázaro e ostentando um charmoso casarão antigo, sempre exerceu um fascínio sobre mim. Embora tivesse também a expectativa de ingressar em outros programas de pós-graduação em história do país, ter sido aceito pelo PPGH-UFBA, foi um feito que muito me orgulhou. Este mestrado representava também a oportunidade de avançar nos estudos sobre o movimento homossexual no Brasil, focando, mais especificamente, na formação de uma militância homossexual na Bahia.

Logo no primeiro semestre do mestrado, cursei a disciplina obrigatória “Teoria da História Social”, ministrada pelo professor Marcelo Pereira Lima, que é também o meu orientador na produção da minha dissertação de mestrado, e tive a oportunidade de revisar e

entrar em contato com muitos pensadores do campo da História e das outras Ciências Sociais. Nesta disciplina, além de participar dos profícuos debates e das apresentações de textos em sala, produzi também uma resenha sobre o livro “Ditadura e Homossexualidades”, organizado por James N. Green e Renan Quinalha, recém-publicado na época, e escrevi a primeira versão no formato de artigo do texto “Salvador dos Homossexuais”. A outra disciplina obrigatória cursada foi “Metodologia da Pesquisa”, centrada na linha de “Cultura e Sociedade” e oferecida pelo professor Antonio Luigi Negro. Neste componente curricular, além de discutir em turma o projeto de acesso ao mestrado e revisá-lo, fomos de imediato impelidos a premeditar a qualificação. No que tange ao meu projeto de pesquisa, o professor Antonio Luigi deu importantes contribuições, sobretudo, no que diz respeito às ciladas epistemológicas e teóricas das quais ao se discutir um tema tão transversal como o da homossexualidade estamos sempre sujeitos. Ainda neste semestre, cursei a disciplina optativa “História, Política, Cultura e Memória”, ministrada pela professora Lucileide Cardoso. Neste curso, além de ter absorvido discussões sobre memória e narrativas de si, entrei em contato também, ainda que preliminarmente, com o pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben que, posteriormente, a partir de outras leituras de suas obras, passou a balizar muitas das minhas análises nesta atual etapa da pesquisa.

Para integralizar os créditos cursei mais dois componentes curriculares optativos em outros Programas de Pós-graduação da UFBA. Tomei essa decisão por entender que a temática da homossexualidade é disputada por diversos campos de saber, exigindo, assim, um esforço interdisciplinar por parte de quem a estuda. Outra motivação foi o fato de no segundo semestre do mestrado o PPGH-UFBA não oferecer nenhuma disciplina que privilegiasse as investigações da linha de Cultura e Sociedade. Sendo assim, optei pela disciplina “Gênero e Poder”, oferecida pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e ministrada pela professora Salete Maria da Silva, e por cursar o componente curricular “Cultura, Modernidade e a Cidade”, ofertado pela professora Maria Gabriela Hita no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). No NEIM, tive contato com teorias e histórias de vida de mulheres feministas que ampliaram a minha discussão de gênero. No entanto, no que diz respeito a questão do poder, o curso focou exclusivamente nas questões da representação política e do acesso das mulheres ao poder institucional, deixando a discussão sobre as outras relações de poder de lado. Já no PPGCS, tive a oportunidade de estudar os principais teóricos da Sociologia Urbana e Antropologia Urbana, despertando assim, em mim, novos olhares no estudo das cidades, sobretudo, de uma Salvador experimentada pelos homossexuais pelos idos de 1970 e de 1980.

No terceiro semestre do mestrado realizei o estágio docente. Por compreender que lido

com um tema escorregadio no interior da historiografia, optei por estagiar em componentes curriculares que tivessem como ementa a discussão de teoria e filosofia da história. Neste intuito, estagiei numa turma de primeiro semestre do curso de História da UFBA, na disciplina de “Introdução ao Estudo de História”, sob a supervisão do professor Carlos Zacarias. Nesta oportunidade, pude ainda, a partir das discussões em sala e das experiências de docência, refletir acerca dos limites e possibilidades do fazer historiográfico. Além de apresentar e discutir com os graduandos, dentre um assunto e outro, alguns resultados da minha pesquisa.

Ao longo desses primeiros semestres do mestrado procurei ainda participar de eventos acadêmicos na área de História e produzir artigos científicos. Com este objetivo, apresentei o trabalho “Salvador dos Homossexuais: Relações entre o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o 'Gueto Homossexual' nos Anos 1980”, no “VII Encontro Estadual de História da ANPUH-Bahia”, ocorrido em Cachoeira-Bahia, em setembro de 2014; fui ao Rio de Janeiro, em outubro deste mesmo ano, para participar da “XI Semana de História Política”, ocasião em que expus o artigo “Uma Nova Postura Política Homossexual na Bahia: A Fundação do Grupo Gay da Bahia (GGB) no ano de 1980”; participei ainda do “XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH” que ocorreu em Florianópolis, em julho de 2015, com a apresentação do trabalho “A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990)”; fui ainda a Santiago, capital do Chile, em agosto de 2015, para discutir o trabalho “O Grupo Gay da Bahia (GGB) e a grande mídia brasileira nos anos 1980: luta de representações”, na “X Jornadas Brasileñas y VII Jornadas de Culturas de lengua Portuguesa en el Mundo”; e, em dezembro deste ano de 2015, publiquei ainda o artigo “Salvador dos Homossexuais: Militância Homossexual e Homossociabilidade na Bahia nos Anos 1980”, na “Revista Temporalidades”, um periódico vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As ideias presentes nestas produções direcionadas para estes eventos e publicadas em anais e na revista foram incorporadas nesta dissertação de mestrado.

Portanto, todo este percurso até aqui narrado, e muitos outros acontecimentos e incursões no meu pensamento que deixei escapar, compõem este trabalho. As ideias aqui apresentadas são apenas as primeiras palavras acerca dos movimentos existenciais e sociais em torno da representação da homossexualidade na Bahia durante a Abertura Política e Redemocratização após o Golpe civil-militar de 1964. Com efeito, no fundo, o que parece que esse projeto de pesquisa tenta mesmo entender é: por que indivíduos que desejavam o mesmo sexo assumiram uma identidade homossexual, um mecanismo de poder do cientificismo moderno, e as formas pelas quais estes sujeitos passaram a fazer uso dessa homossexualidade? É nesta perspectiva que o movimento homossexual se torna o objeto ideal para se pensar acerca

dos deslocamentos epistemológicos, subjetivos, políticos, semióticos e físicos, traçados pelos ditos homossexuais. Porquanto, esta é também uma história dos dispositivos e um historiador, como um bom condutor, deve estar bem atento aos seus trânsitos.

INTRODUÇÃO

Nesses primeiros anos do século XXI, o Brasil tem presenciado um momento de grande visibilidade social e expectativa política por parte da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, *queers* e outras sexualidades dissidentes¹ (LGBTQI+), em suas lutas por cidadania plena e direitos humanos. O fenômeno das “Paradas do Orgulho LGBTQI+”, realizadas em todo o território nacional; a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006 (PLC 122/06) que prevê a tipificação penal da homofobia; e a resolução n. 175 de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que converteu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, reconhecida como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, em casamento civil; puseram acentuadamente as reivindicações políticas do movimento LGBTQI+ no centro da cena pública nacional, mobilizando ativistas homossexuais e opositores, assim como a sociedade em geral, para um intenso debate em torno dessas questões.

Tais avanços e conquistas experimentados por essa militância na atualidade, até mesmos os impasses, têm sua historicidade. O movimento homossexual brasileiro (MHB), como era denominado anteriormente o movimento político em torno das dissidências sexuais no Brasil, emergiu na década de 1970, em plena ditadura Militar, seu marco foi a publicação da edição de número zero do Jornal “Lampião da Esquina” que discutia temas sociais e políticos envolvendo homossexuais e outras minorias, em 1978, e o surgimento do primeiro grupo organizado de homossexuais, o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, fundado em São Paulo, neste mesmo ano.

Já no ano de 1980, em meio à crise do jornal Lampião e do grupo Somos, surgiu na Bahia, o “Grupo Gay da Bahia (GGB)”. O GGB se aproveitou das fendas abertas pela redemocratização do país para dar início a uma nova fase de politização da homossexualidade no Brasil. Sob a liderança do antropólogo paulista Luiz Mott, o grupo inaugurou um novo estilo de militância política homossexual, muito mais específica e pragmática, focada na causa dos homossexuais, direcionando suas ações para além dos enfrentamentos no interior da sociedade, tendo também como principal alvo o Estado.

Entretanto, antes que essa narrativa se apresente como um ensaio causal e linear acerca da trajetória dos movimentos homossexuais no Brasil, é imperativo analisar de forma mais

¹ Sobre o conceito de “sexualidades dissidentes” ver COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador-Ba: Edufba, 2016.

aprofundada como é que se constrói na Bahia, notadamente em Salvador, devido a uma maior visibilidade de homossexuais, no período anterior a fundação do Grupo Gay da Bahia, uma subjetividade política e uma identidade coletiva focalizada numa maior emancipação do homossexual. Neste sentido, torna-se importante também cartografar os sujeitos esparsos que, mesmo ainda não organizados, já formavam um grupo, por fazerem uso de uma representação coletiva para reivindicar direitos para os amantes do mesmo sexo. Assim como, perceber também a formação de outros grupos homossexuais no estado, como foi o caso do “Adé Dudu – Grupo de Negros Homossexuais”.

Percebe-se então que a iniciativa de Mott serviu muito mais para conglomerar sujeitos que já lutavam pelos direitos civis dos homossexuais na Bahia, ainda que de forma não organizada. Dessa forma, embora possamos estabelecer um *continuum* entre a militância do grupo Somos/SP e atuação do GGB, é imprescindível perceber também as discontinuidades. Tal percepção nos conduz a uma série de inquietações que podem ser expressas pelos seguintes questionamentos: De que forma ocorreu a transição de representações homossexuais singulares para as identificações homossexuais coletivas na Bahia da década de 1970? Qual era a cultura política homossexual desses sujeitos? Quais eram as tensões sociais e disputas políticas desveladas a partir das interações entre os amantes do mesmo sexo na cidade de Salvador? Como se deu a adesão dos membros e formação do Grupo Gay da Bahia e do Grupo Adé Dudu? E, de que forma ocorreu o processo de politização da homossexualidade na Bahia e no Brasil engendrado pelo GGB nos anos de 1980?

Tendo em vista esta problemática, este trabalho tem como escopo discutir como se deu o processo de agitação político-cultural e formação de um movimento homossexual organizado em Salvador no período de abertura política e redemocratização do Estado brasileiro, de 1974 a 1988, dando-se grande ênfase à atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB). Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática, de uma análise de documentos – estatutos, boletins informativos, livros e folhetos produzidos pelos militantes homossexuais, jornais da época – que compõem a narrativa sobre esse passado, e de fontes orais de cunho memorialístico que, através da análise de discursos, reverberam toda a gama de representações, práticas e tensões envolvendo esses agentes históricos.

A historiografia cada vez mais tem atentado para muitas temáticas que antes eram consideradas irrelevantes ou além dos domínios da lente do historiador. Dessa forma, para temas antes negligenciados como o amor, o gênero, a sexualidade, o corpo, a loucura, entre outros, foram lhes atribuídos caráter histórico. É neste sentido que as sexualidades “disparatadas” se apresenta como mais um novo campo de investigação. Mais do que uma

inovação nas abordagens historiográficas, trata-se de um apoderamento e reconhecimento da necessidade de discussão dessa temática sob/através de uma ótica histórica, política e cultural, não relegando esse estudo apenas a medicina, antropologia, sociologia ou psicologia. Deste modo, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outros tornam-se agentes históricos de uma forma plena, na medida em que a história concede visibilidade a esses sujeitos e aponta as suas práticas sociais, geradoras de tensões e antagonismos na sociedade.

Este ingresso dos LGBTQI+ no campo epistêmico da História apenas foi possível graças a uma verdadeira revolução na historiografia a partir da década de 1970. Realizando um breve excuroso nas produções historiográficas deste período, percebe-se uma ampliação do seu leque temático, bem como dos problemas, das fontes, dos métodos e dos modelos teóricos de explicação da realidade passada. Inovações como a “Historiografia Social Inglesa”, “Estudos de Gênero”, “Nova História Cultural”, assim como um diálogo com as teorias formuladas no campo da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, entre outras, propuseram a emergência do sujeito, sua subjetividade, suas representações e práticas na escrita da História. Para Margareth Rago,² essa mudança na forma de se fazer História, nos anos 1970, foi mais uma das consequências das transformações que estavam ocorrendo no plano social, marcado por uma maior visibilidade da mulher, do negro e dos LGBTQI+ na vida pública. Segundo ela, essas inovações só foram postas em prática pelos historiadores brasileiros a partir da década de 1980.

Dessas novas perspectivas historiográficas, a Nova História Cultural, devido ao seu caráter híbrido, é a que melhor oferece um arcabouço teórico-metodológico para se pensar o *locus* da sexualidade na práxis social do sujeito. Com isso, ao discutir a temática da agitação política em prol dos direitos civis e humanos dos homossexuais na Bahia, lido com dois campos de estudo da Nova História Cultural: a “Nova História Política” e os estudos de “História e Sexualidade”. A política aqui não é compreendida como mera prática do Estado, seu exercício também é percebido nas práticas sociais, em sua dimensão “micropolítica”, como foi proposto por Foucault.³ No entanto, seu caráter institucional – “macropolítico” – nesse trabalho não é desprezado, pelo contrário, sua análise é fundamental para se pensar a politização da homossexualidade na Bahia. No que diz respeito aos estudos de História e Sexualidade esse trabalho inscreve-se nos dois modelos investigativos mais utilizados, como sugerido por Magali Engel,⁴ o da “análise discursiva sobre o sexo”, uma história dos discursos, e o do “cotidiano da

² Cf. RAGO, Margareth. *A “Nova” Historiografia Brasileira*. Anos 90. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

³ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁴ Cf. ENGEL, Magali. *História e Sexualidade*. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

sexualidade”, estudos acerca dos comportamentos e dos vários usos do corpo pelos diferentes sujeitos.

Para consubstanciar esta investigação tomo como referências estudos elaborados acerca da homossexualidade e dos movimentos homossexuais, e a inserção desses temas no universo historiográfico, da teoria dos movimentos sociais, e da questão da identidade, com os quais é estabelecido um diálogo no sentido de fundamentar teoricamente esta análise. Para me guiar nesse emaranhado epistemológico, faço uso ainda do conceito de “representações”, de Roger Chartier, da “hipótese repressiva sobre o sexo” e das considerações acerca do “poder disciplinar” e da “biopolítica”, formuladas por Michel Foucault, das noções de “diferença” e “repetição”, de Gilles Deleuze, assim como da utilização dos conceitos de “produção secundária”, de “lugar praticado” e de “estratégia” e “tática”, emprestados por Michel de Certeau. Além, dos estudos de outros autores que fornecem ao trabalho subsídios conceituais e coesão de ideias.

Antes de qualquer coisa, é salutar também adiantar alguns esclarecimentos teórico-conceituais que norteiam essa discussão. Trata-se, acima de tudo, de uma história da luta homossexual na Bahia, mais especificamente da atuação de homossexuais masculinos, uma vez que as ações nos espaços públicos, historicamente, foi um privilégio concedido aos homens, mesmo para aqueles que desviavam das normas da masculinidade, enquanto que às mulheres cabia os espaços privados.

Um outro motivo é que os grupos homossexuais baianos eram formados, em seus primeiros anos, basicamente por homens. Uma outra demarcação diz respeito ao problema da nomeação da prática sexual entre iguais. Neste caso, termos como “homoafetividade” ou “homoerotismo” não contemplam o objetivo dessa análise, tendo em vista que a agitação político cultural e a organização de uma militância se deu sobre e sob o conceito de homossexualidade, compreendido aqui, a partir das ideias de Foucault, como sendo uma categoria discursiva produzida pela vontade de verdade e relações de poder para capturar sujeitos e suas pulsões sexuais vistas como desviantes pela norma médico-legal. Já por homoafetividade, conceito formulado por Maria Berenice Dias, entende-se uma relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo com um forte vínculo amoroso, baseado em um convívio familiar. Embora sua definição possa contemplar relações entre iguais em diferentes tempos e espaços, em sua formulação, o conceito é um tanto atual demais para dar conta das subjetividades produzidas e demandas suscitadas pelo movimento político que se formou em torno da

homossexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.⁵ O termo homoerótico, cunhado pelo psicanalista Jurandir Freire Costa, surgiu para explicar que o desejo sexual pelo mesmo sexo é apenas uma das diversas possibilidades eróticas do indivíduo. Malgrado seu uso, nesta abordagem, seja adotado em momentos circunscritos que se referem aos engates sexuais de pessoas do mesmo sexo, nos conduz a discrepâncias bem maiores, que vão além do anacronismo, seu uso generalizado também seria um equívoco conceitual e epistemológico.⁶ Sobre o uso do termo “homossociabilidade”, ele é agenciado para designar a prática de sociabilidade entre os homossexuais.⁷ Da mesma forma, não se pretende ainda, neste trabalho, travar um debate em torno das “origens” do desejo sexual pelo mesmo sexo, postulando se tratar de pulsões inatas, como preconiza a corrente do “essencialismo”, ou produzidas nas relações sociais, como defende o “construtivismo”.⁸

Todavia, essa preocupação com os “nomes” não nos direciona para uma história das ideias ou uma análise meramente discursiva, pelo contrário, é através da separação das forças que atuam no conceito da homossexualidade que se podem identificar as formas pelas quais os sujeitos, ditos homossexuais, constroem suas identidades individual e coletiva e concebem sua atuação cultural e sociopolítica. Neste sentido, verdade, poder, produções, significantes, significados, representações e práticas estão em jogo e movimentam essa história.

Neste processo de investigação se fez necessário ainda uma seleção criteriosa de uma bibliografia que fornecesse um arcabouço teórico-metodológico sobre essa discussão. Com esse mesmo objetivo, também foi feito um mapeamento da fortuna crítica – teses, dissertações e artigos científicos – acerca da temática dos movimentos homossexuais no Brasil. Em seguida, iniciei as visitas à sede do Grupo Gay da Bahia e ao Centro de Documentação de Luiz Mott, onde foram pesquisados documentos – estatuto do GGB, boletins informativos, livros e folhetos produzidos pelo grupo, jornais da época – que compunham a narrativa sobre esse passado.

Para dar conta de uma “Salvador dos Homossexuais” selecionei matérias de jornais que evidenciavam a atuação dos amantes do mesmo sexo em Salvador na década de 1970. Com isso, as publicações da imprensa alternativa no período ditatorial e as da grande mídia foram

⁵ Cf. DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade e o Direito à Diferença*. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRi8ikwp3TAhVBi5AKHUzIC4IQFggsMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mariaberenice.com.br%2Fmanager%2Ffarq%2F\(cod2_633\)26_homoafetividade_e_o_direito_a_diferenca.pdf&usg=AFQjCNHXDntDMG0ab0gF2EQFRIDcNnWvqA&sig2=UiVtIr0SoX27pRpfAoUTKg&bvm=bv.152180690.d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRi8ikwp3TAhVBi5AKHUzIC4IQFggsMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mariaberenice.com.br%2Fmanager%2Ffarq%2F(cod2_633)26_homoafetividade_e_o_direito_a_diferenca.pdf&usg=AFQjCNHXDntDMG0ab0gF2EQFRIDcNnWvqA&sig2=UiVtIr0SoX27pRpfAoUTKg&bvm=bv.152180690.d.Y2I). Acesso em 14 de março de 2017.

⁶ Cf. COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

⁷ Cf. MARSIAJ, Juan P. Pereira. *Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL. Vol. 10. Nº 18/19. 2003.

⁸ Cf. NAPHY, William. *Born To Be Gay: História da Homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, 2006.

outras importantes fontes nesta abordagem. Neste sentido, foram analisadas matérias das edições do “Jornal Lampião da Esquina”, publicadas entre abril de 1978 e julho de 1981; as discussões acerca da sexualidade presentes nas páginas do jornal anarquista baiano “O Inimigo do Rei”; e as representação da homossexualidade presentes nos grandes jornais, como o “A Tarde”, “Correio da Bahia”, “Tribuna da Bahia”, “Folha de São Paulo”, entre outros. No entanto, foi crucial atentar também, como nos alerta Espig, para o que está por trás dessas publicações, pois estas não estão isentas de interesses e manipulações.⁹ Tratam-se, com efeito, de opiniões ou leituras da realidade que devem ser confrontadas com outras fontes históricas.

Nesta mesma linha, também procurei fazer uso de fontes orais que, por meio da análise dos discursos, revelaram toda a gama de representações, práticas e tensões envolvendo esses agentes históricos. A utilização dos depoimentos orais nesta proposta de pesquisa é orientada a partir da perspectiva da “história de experiência”, de Verena Alberti, que, na perspectiva dos seus formuladores, permite uma maior ampliação interpretativa, possibilitando também compreender como estes sujeitos analisados experimentaram esse passado.¹⁰ É por meio da história oral também que podemos estabelecer a relação entre memória e identidade, extraindo dessa simbiose elementos de uma práxis social e política desses sujeitos. A memória nesta abordagem se configura como uma fonte e o seu uso está totalmente submetido aos interesses historiográficos da pesquisa, através de um roteiro de entrevista previamente elaborado. Assim, foram realizadas entrevistas com o atual presidente do GGB, Marcelo Cerqueira, e com os membros-fundadores Luiz Mott, Davi Aranha, Ricardo Líper e Antônio Pacheco. Sobre a vida e produção artística do estilista baiano Waldeilton di Paula, realizei entrevista com Carlos Borges, seu amigo e ex-produtor na “TV Itapoan”. Toda essa variedade de dados e informações implicou em um maior cuidado na estruturação e confecção do trabalho.

Diante desse arcabouço teórico-metodológico, e por meio da problemática levantada, supôs-se que a agitação político-cultural homossexual na Bahia na década de 1970 e a formação de grupos homossexuais organizados nos anos 1980, especialmente o Grupo Gay da Bahia, representou o início de uma nova fase do movimento político em torno da homossexualidade no Brasil, marcada por uma nova forma de intervenção política focada numa cidadania plena

⁹ Para Espig: “O jornal possui uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico de um contexto mais amplo”. Cf. ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 24, n. 2, dez. 1998, p. 274.

¹⁰ Cf. ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

dos homossexuais, através de uma ação política diversificada e criativa, tanto no interior da sociedade civil quanto junto ao Estado. Da mesma forma, procurou-se perceber como esses militantes homossexuais baianos, por meio de sua atuação, provocou um trânsito de significantes e significados, bem como de representações, que atribuíam à homossexualidade as marcas do pecado, do crime e da doença. Com isso, o Grupo Gay da Bahia teria sido o principal sustentáculo do movimento homossexual brasileiro neste período, servindo de modelo para outros grupos homossexuais organizados que foram surgindo nesta época. Neste sentido, a atuação política dos homossexuais baianos seria a que melhor sintetizaria as transformações ocorridas na militância homossexual brasileira do início dos anos 1980 até os dias atuais.

Por essa perspectiva, a dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, por meio de uma análise teórico-conceitual e de uma contextualização histórica, buscou-se analisar a construção de uma identidade homossexual coletiva e os seus efeitos para constituição de um movimento homossexual no Brasil, no final da década de 1970, em plena Ditadura Militar. Ao se ocupar das ações sociais e políticas de um movimento que se organiza em torno de uma identidade homossexual para reivindicar os direitos civis dos amantes do mesmo sexo, foi necessário delinear um tempo e espaço em que se pudessem separar as linhas de força responsáveis pela “fabricação” do conceito de homossexualidade, no século XIX.

No segundo capítulo, procuramos discutir como se deu em Salvador, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, um processo de agitação político cultural em torno da homossexualidade e, conseqüentemente, como se formou na capital baiana um movimento homossexual nos moldes de uma ação consciente e coletiva, sobretudo, a partir da fundação de grupos organizados de homossexuais, como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Adé Dudu.

No terceiro e no quarto capítulo, a discussão se deu em torno da atuação do Grupo Gay da Bahia na década de 1980. Dessa forma, na terceira sessão do trabalho, a discussão se voltou para as ações do GGB por uma maior conscientização política dos homossexuais, reconhecimento dos seus direitos civis e pela conquista da cidadania plena por parte desses sujeitos na Bahia e no Brasil, na primeira metade do decênio de 1980, analisando desde a fundação do grupo, em 1980, até a vitória na luta pela retirada do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS, em 1985. Já no último capítulo, a análise se concentrou mais na atuação do Grupo Gay da Bahia no combate à discriminação homossexual e nas relações do grupo junto ao Estado no intervalo entre 1985 e 1988.

Ademais, trata-se de mais uma tentativa de inserir a problemática da homossexualidade na historiografia numa perspectiva de luta contra as práticas e discursos heteronormativos dominantes na sociedade.

CAPÍTULO I

A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: “INTERROGANDO A IDENTIDADE”¹¹

Os homossexuais passivos se propõem nas ruas em sussurros obscenos e se fazem notar pelo exagero na fala, pela insistência no falsete, pelo uso de modismos femininos. Todas as suas energias se endereçam para a consecução do ato sexual em que assumem o papel da fêmea. Repelidos pelo homem que desejam, afirma-se que caem de joelhos e imploram, aos soluços. Habitualmente se propõem a homens normais, que se valem deles somente quando não têm mulher à mão. (...) João, (...) não se envergonha, anda num semibamboleio pelas ruas, escreve cartas de amor aos homens por quem se apaixona, veste blusas de corte e cor que ressaltam sua pele e seus ombros delicados – e espicha o cabelo. O cabelo espichado, proibido pelos padrões nagô, é o símbolo dos homossexuais passivos.¹²

Pela descrição minuciosa da antropóloga estadunidense Ruth Landes, em sua etnografia acerca do matriarcado feminino e inserção dos homossexuais masculinos no candomblé baiano nos idos de 1930, fica perceptível que o dito homossexual não é um sujeito que se possa definir em poucas palavras. O fenômeno da homossexualidade não se apresenta, para Landes, apenas como uma prática intersexual, mas como um conjunto de indícios, códigos e signos que em tudo denuncia o seu referente. Neste sentido, o pai de santo João é descrito como um sujeito carregado de maneirismos e idiosincrasias. Seu “cabelo espichado” é a prova irrefutável da sua homossexualidade passiva. Ao passo que nenhuma referência aos homossexuais ativos, faz-se pensar que estes por desempenharem a função de machos penetradores na relação sexual não lhes era reservado qualquer sanção social.¹³ Landes observa, ainda, até com uma certa reprovação, que a saliente performance desses homossexuais passivos se assemelhava com o que, para ela, seria o papel social e sexual das mulheres. Em suas ilações, fica nítida a concepção do homossexual enquanto “impostor” ou uma “quase-mulher” acionada pelos “homens normais”, ou “homens verdadeiros”, apenas em caráter subsidiário.

Esta significação dos amantes do mesmo sexo como sendo sujeitos “efeminados”, “invertidos” e “anormais” perdura no Brasil até hoje. Não obstante, com as transformações políticas, socioeconômicas, jurídicas e culturais da sociedade brasileira ao longo do século XX,

¹¹ Expressão utilizada por Homi K. Bhabha como título de um dos capítulos da sua obra “O Local da Cultura”. Cf. BHABHA, Homi K., *O Local da Cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹² Cf. LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e Homossexualidade masculina. In: *A Cidade das Mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 320 e 330.

¹³ Cf. LANDES, Ruth. *Op. Cit.*, p. 319.

contrapôs-se a ela outras “representações”¹⁴ da homossexualidade. É assim que surge, nos anos de 1960, o “gay”¹⁵ e o “entendido”,¹⁶ como veremos detalhadamente mais à frente. No momento, importa destacar que essas novas imagens e discursos produzidos acerca da homossexualidade masculina ressignificaram e produziram significados positivos sobre o ser homossexual e, conseqüentemente, contribuíram, juntamente com outros fatores, para uma maior identificação e uso do conceito de homossexualidade por parte daqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo. Este processo foi crucial para a constituição de um movimento homossexual brasileiro no final da década de 1970.

O presente capítulo analisa, justamente, a formação de uma identidade homossexual coletiva e de um movimento homossexual no Brasil. Neste objetivo, antes de tomar a homossexualidade como um conceito transcendental, torna-se forçoso escrutiná-lo, ir até onde o conceito não existia, separar as linhas de força que estão condensadas em seu invólucro, para somente assim poder extrair sua historicidade. Aqui, este exercício é guiado pelas ideias de Michel Foucault. Da mesma forma, torna-se necessário também interrogar acerca dos usos de uma identidade homossexual por parte dos amantes do mesmo sexo, suas limitações e suas potências.

Com isso, por meio de uma discussão teórico-conceitual e de uma contextualização histórica, intrinsecamente conectadas, este capítulo discorre desde a invenção do conceito de homossexualidade na modernidade, perpassando pelas primeiras mobilizações coletivas homossexuais na Europa ocidental, na segunda metade do século XIX, até a emergência de identidades homossexuais coletivas e de um movimento homossexual no Brasil, nos anos 1970, e as implicações do seu aparecimento no contexto sócio-político da Ditadura Militar brasileira. Para tanto, foram utilizadas fontes teóricas e historiográficas que fornecem e colmatam

¹⁴ De acordo com Chartier: “Nas definições antigas (por exemplo, a do *Dicionário universal de Furetière* em sua edição de 1727), as acepções correspondentes à palavra ‘representação’ atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa”. Cf. CHARTIER, Roger. *O mundo como representação. Estudos Avançados*, 11 (5), 1991, p. 184.

¹⁵ Dos anos 1950 em diante, o termo “gay” passaria a ser crescentemente usado para se referir a qualquer homem que tivesse experiências sexuais com outros homens, independentemente da afeminação ou do papel desempenhado no ato sexual, levando à gradual eliminação da categoria “trade” [“homem de verdade”] e ao estabelecimento de uma oposição entre “gays” e “straights”, homo e heterossexuais. Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 44.

¹⁶ “O ‘entendido’ é definido como um personagem que tem certa liberdade no que diz respeito ao seu papel de gênero e à sua ‘atividade’ ou ‘passividade’. (...) O mundo masculino deixa de se dividir entre homens másculos e homens efeminados como no primeiro sistema [homem/bicha], e se divide entre ‘heterossexuais’ e ‘homossexuais’, entre ‘homens’ e ‘entendidos’”. Cf. FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 93 e 94.

informações acerca desse passado, bem como fez-se uso de fontes documentais, mais especificamente, de matérias publicadas no jornal “Lampião da Esquina”.

1.1 A fabricação do homossexual: verdade, relações de poder e identidade na modernidade

A homossexualidade é um acontecimento na história.¹⁷ Sua gênese, muito longe de remontar a uma origem situada em um tempo e espaço emblemáticos, nos direciona para os confusos séculos XVIII e XIX e todas as tramas de um novo projeto de sociedade moderno-contemporânea que eram tecidas por diversos grupos sociais, incluindo especialmente os setores da burguesia europeia em ascensão. No entanto, com isso, não se trata de dizer que foram os burgueses que inventaram a prática sexual e o amor pelo mesmo sexo, visto que podemos supor que muitos homens e mulheres já se entregavam a esses prazeres e afetos muito antes de qualquer registro histórico. Todavia, tal proposição parte da compreensão de que é na era moderna que se estabelece uma categoria de indivíduos dita como “homossexual” e é essa concepção que nos chega até hoje. E isso ocorre, notadamente, no discurso das instituições sociais e dos produtores de linguagem ou pela fala e do uso que os ditos “homossexuais” fazem ou fariam ao se apropriar dela. É também neste período, simultaneamente, que surgem os primeiros movimentos de libertação homossexual na Europa. Toda esta tradição de identificação e de luta em defesa da homossexualidade é de grande importância para se compreender como se funda um movimento pelos direitos civis dos homossexuais no Brasil e na Bahia no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

A emergência da “identidade homossexual” na modernidade se inscreve num quadro de disputas econômicas e políticas em torno dos saberes. Segundo Michel Foucault, a partir do século XVIII se desenvolveram diversas tentativas de anexação e generalização de conhecimentos que contaram com a intervenção direta e indireta do Estado. Para Foucault, trata-se do triunfo da racionalização que toma a forma de ciência enquanto “policiamento disciplinar dos saberes”, eliminando e desqualificando os saberes menores, normalizando saberes dispersos, classificando hierarquicamente esses saberes e controlando a sua difusão.¹⁸

¹⁷ Segundo Foucault, é necessário: “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreita-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15.

¹⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 215-218.

Percebe-se então que a ideia de modernidade está intimamente ligada à noção de “progresso” da razão, à busca pelo “verdadeiro”. Esta vontade de uma certa verdade iniciou ainda no século XIV com o Renascimento Humanista, e tem, no século XVIII, como base de sustentação, o movimento iluminista com toda sua ênfase na racionalidade, no saber científico e em uma noção idealizada de sujeitos e subjetividades livres e singulares. O Iluminismo foi o esforço intelectual responsável por construir essa nova face da sociedade. Dessa forma, a libertação dos homens dos grilhões criados por eles próprios seria um corolário do exercício da verdade. No entanto, não é bem isso que a história nos mostra. A verdade, ao invés de tornar o ser humano livre de direcionamentos, revelou-se, principalmente no século XX, notadamente sob os efeitos do stalinismo, nazismo e militarismo, uma importante arma de dominação e subjugação do outro a uma grande teia de poderes.¹⁹

Para o filósofo italiano Giorgio Agamben, esta tentativa de extrair liberdade e felicidade do mesmo lugar onde se produz a submissão desvelou a grande autocontradição da democracia moderna.²⁰ Nesta perspectiva, a simbiose entre verdade e poder tornou-se incontestável, sobretudo, a partir das contribuições dadas por Foucault. Em suas palavras:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (...) A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade.²¹

Assim, conforme Foucault, a verdade tão perseguida pela racionalidade moderna não é um instrumento de aniquilação do poder, pelo contrário, ela é o próprio exercício do poder. Para ele, trata-se de um poder que produz, “poder disciplinar”, refutando desse modo a exagerada e exclusiva ênfase que é dada a sua função repressora. Esses poderes não estão centrados exclusivamente nas mãos do Estado moderno, porque “ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um

¹⁹ De acordo com o geógrafo David Harvey: “A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento das formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. Cf. HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 23 e 24.

²⁰ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 18.

²¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 12 e 14.

lado e outros do outro; não se sabe quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.²² Como também tais poderes não são pertencentes a uma classe, ainda que, de acordo com Foucault, seja exercido para manter a exploração capitalista, ou seja, para o interesse burguês, eles não são instrumentos nas mãos da burguesia, já que ela também sofre a ação deles. Essa “concepção não-jurídica do poder” identifica-o em todos os lugares, como algo dissolvido capilarmente no interior das instituições sociais, realizando movimentos centrífugos e centrípetos.²³

Segundo o filósofo francês, os mecanismos de poder não são uma invenção dos séculos XVII e XVIII. No entanto, é nessa época que a burguesia desenvolve toda uma nova tecnologia dos poderes que tem como alvo não mais a terra e seus produtos, mas o indivíduo, não apenas sua mente, mas, sobretudo, seu corpo e o uso que se faz dele. Trata-se de uma tentativa de extrair seu máximo desempenho produtivo. Aqui se fala em produção no sentido mais amplo, uma vez que o corpo que trabalha também é o corpo que fala, produz saber. É sobre o corpo que se instaura um “‘regime’ de verdade” e um exercício de poder. É a partir desse período que se torna necessário vigiá-lo e discipliná-lo, numa tentativa de adequá-lo aos “riscos” da modernidade.²⁴

Esse corpo que carece de proteção, continua Foucault, é o corpo social – a população. Segundo ele, no cerne dessas preocupações político-econômicas populacionais, como analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade, as frequências das relações sexuais e as incidências de práticas contraceptivas, está o sexo, que passa a ocupar um *locus* privilegiado no mundo moderno. É nesta perspectiva que Foucault percebe o aparecimento de uma nova técnica de poder no século XIX – a “biopolítica”. Diferentemente da teoria da soberania clássica que legitimava o direito do soberano “de fazer morrer ou deixar viver”, esta nova tecnologia introduz o “direito de fazer viver e deixar morrer”. Trata-se de uma maquinaria de poder que se volta para a multiplicidade dos homens, tornando-se um instrumento nas mãos do Estado de regulamentação da vida. Mas, antes que pareça uma substituição do poder disciplinar, complementa-o.²⁵ Dessa forma, fica fácil entender por que o sexo se tornou um alvo estratégico de controle disciplinar e dos arranjos

²² Cf. FOUCAULT, Michel, o *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 75.

²³ Para Foucault: “a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado.” Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 221.

²⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 42.

²⁵ Para mais informações sobre o conceito de biopolítica em Michel Foucault, ver FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 286-312.

do biopoder, pois é o elo entre corpo e população. Assim, “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiam”.²⁶

Com isso, Foucault (1988) recusa a “tese do sexo reprimido” a partir do século XVII. Para ele, nunca se falou ou produziu tanto sobre o sexo como na modernidade. Sobre o sexo, se criou toda uma rede colaboracionista para inquiri-lo, incitá-lo e sujeitá-lo ao novo projeto de sociedade. Essa função que na Idade Média cabia somente ao cristianismo ou às instituições cristãs, seculares ou eclesiásticas, na Era Moderna passou a ser exercida de uma outra forma e de maneira mais clara e amplamente por uma distinta articulação entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, instituições religiosas, justiça, entre outros. Essa solidariedade entre as instituições produz discursos científicos sobre o sexo, pois inventa-se um saber – a sexualidade. Sobre isto, assinala Foucault,

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos. (...) O século XIX e o nosso foram [século XX], antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das ‘perversões’. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais”.²⁷

A sexualidade é um “dispositivo”,²⁸ um saber-poder, pelo qual o Estado burguês passa a regulamentar os “perigos do sexo”, tendo como principal ferramenta a psiquiatria que passa a ser a ciência responsável pela construção do controle de determinadas formas de anomalias.²⁹ De acordo com Foucault, cria-se o “dispositivo da sexualidade”, um mecanismo de poder que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos,

²⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 33.

²⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 43 e 44.

²⁸ Partindo da formulação da noção de dispositivo cunhada por Michel Foucault ao longo das suas obras, Giorgio Agamben compreende este conceito como sendo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-Santa Catarina: Argos, 2009, p. 40.

²⁹ Foucault situa o nascimento de uma nova psiquiatria entre os anos de 1850 e 1870. Para ele: “O nascimento de uma psiquiatria que é outra coisa que não a velha medicina dos alienistas (a simbolizada por Pinel e Esquirol) teremos de ver que essa nova psiquiatria passa, apesar de tudo, por cima de algo que até então havia constituído o essencial da justificação da medicina mental. Ela simplesmente passa por cima da doença. A psiquiatria deixa então de ser uma técnica e um saber da doença ou é só secundariamente que ela pode se tornar – e como que no limite – técnica e saber da doença. A psiquiatria, nos anos 1850, abandonou ao mesmo tempo o delírio, a alienação mental, a referência a verdade e, enfim, a doença. O que ela assume agora é o comportamento, são seus desvios, suas anomalias; ela toma sua referência num desenvolvimento normativo.” Cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 392 e 393.

proposições filosóficas e morais, com um objetivo de fazer com que o indivíduo confesse sua sexualidade. “Por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito”.³⁰

Com isso, nos séculos XVIII e XIX, a atenção que antes era devotada para o sexo na relação matrimonial, volta-se para as “sexualidades periféricas”: “a sexualidade das crianças, a dos loucos, dos criminosos, os devaneios, as obsessões e o prazer dos que não amam o outro sexo”.³¹ Fica claro, portanto, que é nesse momento que surge o homossexual na história. Não se trata simplesmente das práticas ou discursos daqueles e sobre aqueles que fazem sexo com o mesmo. A coisa não é tão simples e universal. Trata-se de uma criação, uma invenção ou construção desse saber-poder. Ele, assim como qualquer outro “anormal”, carregaria a marca “da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio psíquico’”.³² Mais do que um comportamento externo e eventual, o homossexual é um novo sujeito naturalizado com dimensões ou configurações internas e externas bem marcadas que incluem e ultrapassam o seu ser. Demonstrando uma espécie de subjetivação do sujeito, de acordo com Foucault,

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre”.³³

Em outras palavras, a homossexualidade é uma invenção da modernidade, o homossexual é uma espécie “fabricada” por ela. Foucault data como marco do seu nascimento o artigo de K. F. O. Westphal de 1870. Neste, estas “sensações sexuais contrárias”, como se refere o autor, são descritas como “uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino”.³⁴”

³⁰ Cf. FOUCAULT, Michel, o *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 264.

³¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 46.

³² Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 47.

³³ Cf. FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, p. 50.

³⁴ O sexo entre os gregos antigos, por exemplo, não era uma forma de classificar o indivíduo, não havia a classe dos sodomitas, “o homem que preferia os *paidika* [rapazes] não se experimentava como ‘outro’ face àqueles que buscavam as mulheres”. Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 170. Neste sentido, compreende-se o porquê não se pode falar em homossexualidade na Grécia Antiga ou em qualquer outro espaço e tempo antes dos séculos XVIII e XIX. As relações de poder e produção de verdade que se estabeleciam na

Provavelmente, Foucault demarcou essa publicação como sendo inaugural por perceber presente nela, pela primeira vez, um discurso psiquiátrico mais sistemático e claro acerca das emoções, dos desejos e das práticas daqueles que praticam sexo entre iguais, reconhecendo, desse modo, uma estreita relação entre síndrome e atividade sexual com pessoas do mesmo sexo. Todavia, é salutar destacar que outros historiadores da sexualidade, como é o caso de Jonathan Ned Katz, aponta que o uso do termo “homossexual” foi empregado um ano antes pelo jornalista e memorialista Karl-Maria Benkert³⁵ em uma carta enviada em 6 de maio de 1868 para Karl Henrich Ulrichs. Ambos eram considerados reformadores sexuais e lutaram em defesa da reforma da lei da sodomia e dos direitos dos *urnings*³⁶ (como Ulrichs denominava os homens que amavam outros homens) na Alemanha. De qualquer forma, o mais importante é notar que o conceito de “homossexualismo”,³⁷ longe de se constituir como uma verdade originária, emerge num campo de disparates, de estratégias e de disputas, que opõem o saber médico e as prescrições jurídicas às reivindicações de si por parte dos praticantes de sexo entre iguais.

A constituição de saberes e de um nome para designar aqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo não fabricou apenas discursos. Trata-se, sobretudo, de uma *ratio* aplicada, visível na realidade das instituições e dos corpos, nas subjetividades e nas práticas dos indivíduos. O sujeito que se constitui na modernidade é um “portador” de uma sexualidade. Seu

antiguidade não criavam um interdito para o amor entre aqueles do mesmo sexo, pelo contrário, era através das instituições – lugar reservado para o exercício de poder e produção de saber – que essas práticas encontravam sua principal base de sustentação social. Entretanto, cabe ressaltar, que mesmo não havendo linhas de forças na Grécia Antiga que separassem os amantes do mesmo sexo dos que amavam o sexo diferente, o amor não era tão livre, como poderia aparentar, entre os gregos. Em consonância com Foucault (1984), o ato sexual “privilegiado” pela moral grega entre dois homens era aquele que envolvia um parceiro mais velho, com sua formação completa e supostamente na posição de ativo no ato sexual, com um mais jovem, ainda em formação e sem *status* definido na sociedade. Um outro tipo de relação sexual que envolvesse dois homens maduros poderia levantar suspeita acerca das posições sexuais, supostamente presumiriam que um deles seria passivo. Desse modo, a antiguidade grega também possuía seus desviantes, visto que “onde há poder, há resistência” Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 105.

³⁵ De acordo com Júlio Assis Simões e Regina Facchini, Karl-Maria Benkert depois mudou o seu nome para Károli Maria Kertbeny. Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 38.

³⁶ Conforme Katz, numa tentativa de defender o amor entre os iguais, em 1862, na Alemanha, o escritor Karl Heinrich Ulrichs cunhou os nomes *Urnig* ou *Uranie*, em português “uranista”, para designar os homens que amavam outros homens e *Dioning* para designar os homens que amavam mulheres. Posteriormente, criou também o termo *Urninde* para se referir às mulheres que amavam mulheres. Essas terminologias derivaram do nome da deusa Urânia que, segundo a mitologia romana, é a divindade representante do amor entre o mesmo sexo. Logo em seguida, essas expressões foram suplantadas pelo termo homossexual. Para mais informações, ver KATZ, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 62.

³⁷ A reprodução do termo como elaborado no século XIX, fazendo uso do sufixo “ismo” como indicativo de doença, é mais uma evidência do comprometimento do termo “homossexual” com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexológico e higienista. Para mais informações, ver COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, *passim*.

desejo sexual torna-se sua bandeira, inscreve-se em sua testa uma marca. Tudo que ele é não escapa ao seu sexo. “Pois, o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças teu sexo”.”³⁸

Essa gama de “espécies *sexualis*” é essencialmente rotulada e direcionada a ocupar um lugar na sociedade. A modernidade, além de produzir limites epistemológicos, garantiu para os indivíduos um novo sentimento de si, um *locus* de pertencimento. Esse sujeito que emerge nos séculos XVIII e XIX passa a experimentar o tempo e o espaço a partir do lugar que ocupa nessa sociedade. Dessa forma, essa sexualidade permeada por “verdades” é responsável também pela produção de subjetividades e de novas lógicas intersubjetivas. O corolário desses intercâmbios é a produção de identidades e posições políticas. A identidade é o que cria cortes no indivíduo em seu interior e em relação ao outro. Sobre isto, Homi K. Bhabha, ao analisar a constituição de sujeitos culturais híbridos no mundo pós-colonial, afirma:

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno.³⁹

Nesta perspectiva, a sociedade moderna antes vista como excludente e repressora torna-se uma grande arena alojadora. Percebe-se então que, em vez de extinguir as sexualidades ilegítimas do seu projeto de sociedade, a modernidade lhes reserva um lugar na estruturação social, posicionando-os e os vigiando. Entretanto, o “terceiro sexo” já é produzido sob o signo do pecado, do crime e da doença. Essa série de significados atribuídos à homossexualidade lança os indivíduos classificados como homossexuais numa posição subalterna na sociedade. Sendo assim, é visível o fio condutor que une as questões sexuais à política. Essa ligação fica mais clara quando identificamos o componente aglutinador desse processo – a identidade. A compreensão desse elemento é crucial para entendermos como se dá o uso político do conceito de “homossexualidade” por aqueles que praticam relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo e, com isso, apreendermos o processo que resulta na formação dos movimentos sociais que se organizam no mundo e no Brasil a partir da década de 1960 sob a bandeira da homossexualidade.

Para a Sociologia clássica, conforme Stuart Hall, na obra “A Identidade Cultural na

³⁸ Cf. FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 229.

³⁹ Cf. BHABHA, Homi K., *O Local da Cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 19.

Pós-Modernidade”, a identidade é formada na relação entre o “eu real” (essência do indivíduo) e o outro (a sociedade).⁴⁰ Segundo Manuel Castells, no seu livro “O Poder da Identidade”, as identidades constituem fontes de “significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, podendo haver múltiplas identidades num mesmo indivíduo.⁴¹ Para ele, sempre se desenvolvem em contextos marcados por relações de poder. “A identidade, então, costura (ou para usar uma metafórica médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura.”⁴²

Nesse sentido, a identidade cultural de um indivíduo é a imagem da posição que ele ocupa na sociedade moderna, aquilo que representa sua “categoria”. De acordo com Hall, essa concepção sociológica clássica em que se acredita que o sujeito possui um “eu” inato que é moldado através da interação com o mundo moderno está cedendo espaço para outros argumentos que preveem a possibilidade desse mesmo indivíduo assumir diversas identidades. Essa constatação de que o ser humano pode possuir múltiplas facetas nos gera fortes desconfiças acerca da necessidade de assumir uma identidade. Para Foucault, as identidades não passam de uma maquilagem, um simulacro. Segundo ele,

Pois, esta identidade, bastante fraca contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam: os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. Quando estudamos a história nos sentimos ‘felizes, ao contrário dos metafísicos, de abrigar em si não uma alma imortal mas muitas almas mortais’.⁴³

Assim, em consonância com Foucault, ao invés de evidenciar a essência do sujeito, a identidade o plastifica, adéqua-o e acomoda-o ao projeto de sociedade. Guattari corrobora com esta concepção negativa da identidade acrescentando uma percepção catastrófica que concebe esta identificação cultural como uma grande nuvem escura que se sobrepõe a toda uma riqueza de diferenças, signos e singularidades.⁴⁴ Ainda sobre esta problemática da identidade, Roger Chartier, no seu famoso artigo “O Mundo como Representações”, considera que as identidades sociais enquanto “representações”⁴⁵ de grupos ou indivíduos são construídas em diferentes

⁴⁰ Cf. HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁴¹ Cf. CASTELLS, Emanuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 2: O Poder da Identidade. Paz e Terra, 1998, p. 22.

⁴² HALL, Stuart, *Op. Cit.*, p. 12.

⁴³ Cf. FOUCAULT, Michel, o *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 34.

⁴⁴ Cf. GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do desejo*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 85.

⁴⁵ Segundo Chartier: “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Cf. CHARTIER,

direções, mas sempre visando gerar posições dentro da hierarquia da estruturação social. Segundo ele:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.⁴⁶

O debate em torno da identidade do sujeito é o ponto de partida para se pôr em relação as lutas de representação e linhas de fuga que atravessam o conceito de “homossexualidade”. Ao interrogar a identidade homossexual entramos num caminho inexpugnável. A questão que se segue é: por que homens e mulheres que se sentiam atraídos por pessoas do mesmo sexo se renderam ao “fetichismo de identidades”⁴⁷ se autoidentificando como homossexuais no século XIX, um conceito produzido por escritores e cientistas e carregado de marcas subalternas? Qualquer resposta a essa aparente aporia passa pela análise da formação e organização de movimentos coletivos em torno da homossexualidade. Podemos depreender então que o surgimento do conceito de homossexualidade e a apropriação desse discurso pelos ditos homossexuais ocorrem concomitantes com a mobilização coletiva em torno da liberdade de amar o mesmo sexo. Assim, a luta em defesa dos direitos civis de homossexuais no Brasil e, em especial, na Bahia nas décadas de 1970 e 1980, como veremos adiante, deve ter sua compreensão orientada pela construção de um movimento homossexual que inicia sua formação ainda no final do século XIX na Europa e se intensifica por todo o mundo até adquirir contornos mais definidos de movimento social na década de 1960. Neste sentido, torna-se imprescindível recorrermos a uma gênese de uma “identidade coletiva”⁴⁸ e consciência política homossexual.

Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

⁴⁶ Cf. CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), 1991, p. 183.

⁴⁷ Termo utilizado por Bhabha. Cf. BHABHA, Homi K., *O Local da Cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 29.

⁴⁸ De acordo com o sociólogo alemão Klaus Eder: “As identidades coletivas proporcionam um princípio de integração social. Outro princípio é constituído pelos interesses. Há uma complementaridade teórica específica a ser identificada na relação entre identidades e interesses. As identidades definem fronteiras em relação ao mundo exterior; excluem os outros. (...) As identidades definem as fronteiras de um espaço em que se incluirão os interesses”. Cf. EDER, Klaus. *Identidade Coletiva e Mobilização de Identidades*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº. 53, outubro/2003, p. 7.

1.2 Por uma ascética homossexual: mobilizações coletivas em torno da homossexualidade

O questionamento acerca da assunção da identidade homossexual por parte dos praticantes de sexo entre iguais nos conduz para além do problema da ascese da recepção da “verdade” sobre seus sentimentos, desejos e prática sexual, tornando-se premente pensar também sobre as formas pelas quais esse discurso “verdadeiro” foi apropriado e praticado por esses sujeitos. De acordo com Foucault (2010), é este exercício da “verdade”, que não necessariamente corresponde a prática indexada no significante, que transforma o discurso produzido em *ethos*. Trata-se do segundo estágio da ascese. Neste prisma, o filósofo francês define ascética como sendo:

(...) o conjunto mais ou menos coordenado de exercícios disponíveis, recomendados, até mesmo obrigatórios, ou pelo menos utilizáveis pelos indivíduos em um sistema moral, filosófico e religioso, a fim de atingirem um objetivo espiritual definido. [Entenda] por ‘objetivo espiritual’ uma certa mutação, uma certa transfiguração deles mesmos enquanto sujeitos de ação e enquanto sujeitos de conhecimentos verdadeiros. É esse objetivo da transmutação espiritual que a ascética, isto é, o conjunto de determinados exercícios, deve permitir alcançar.⁴⁹

É nesta perspectiva que para Foucault, numa entrevista publicada no jornal *Gai Pied*, intitulada “Da Amizade como Modo de Vida”, “a homossexualidade não é uma forma de desejo, mas algo de desejável”⁵⁰, um vir-a-ser que requer uma ascética própria, um “cuidado de si”.⁵¹ A partir daí, podemos compreender que a própria *metanóia* homossexual já exige um movimento real, um deslocamento. Utilizando a navegação como um tropo, Foucault⁵² apresenta quatro elementos da arte de navegar: a ideia de trajeto, a necessidade de traçar uma meta, a busca por segurança e a produção de uma técnica ou saber. Desse modo, o homossexual se apresenta na modernidade, ainda que capturado pela linguagem e pelo discurso científico, como um enviesado, em constante trânsito. De acordo com o filósofo Gilles Deleuze, este deslocamento ocorre porque embora a racionalidade moderna esteja fundada na determinação

⁴⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*: Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves de Fonseca e Salma Annus Muchail. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010, p. 374.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel, *Da Amizade como modo de vida*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal *Gai Pied*, nº 25, abril de 1981, p. 38.

⁵¹ Foucault depreende o conceito de “cuidado de si” (*epimelêia heatou*) das práticas culturais da sociedade helenística e romana, compreendendo-o como: “primeiramente, o tema de uma atitude geral, um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. (...) Em segundo lugar, a *epimelêia hetou* é também uma certa forma de atenção, (...) converter o olhar, do exterior, dos outros, do mundo, etc., para “si mesmo”. (...) Em terceiro lugar, a noção de *epimelêia* (...) também designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pela quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. Cf. FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*: Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves de Fonseca e Salma Annus Muchail. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 11 e 12.

⁵² FOUCAULT, Michel, *Op. Cit.*, p. 222.

conceptual, nos princípios da “razão suficiente” e da “recíproca”, o predicado que se mantém fixo ao conceito ao se determinar na coisa se torna outra coisa.⁵³ O predicado se modifica.

Nesse sentido, a identificação daqueles que amam o mesmo sexo com uma categoria inventada para eles se deu como uma “profanação”,⁵⁴ uma estratégia transgressora frente a este dispositivo moderno. É por isso que para Michel de Certeau, os “dominados” sempre encontram “maneiras de fazer”, de burlar as produções da “elite” dominante. Trata-se de operações diárias, sorradeiras, “produções secundárias”, uma verdadeira “poética” pela aquisição do poder. Conforme Certeau:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para os seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização.⁵⁵

Sendo assim, a astúcia que já era uma característica marcante dos sodomitas na era não-moderna torna-se a marca registrada dos homossexuais na modernidade. Seus modos de proceder na arena pública foram adicionados à sua identidade. Numa análise mais próxima, o historiador estadunidense James N. Green examina a construção de uma identidade homossexual masculina no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Segundo Green, os homossexuais já eram presença marcante nos parques do Rio de Janeiro, São Paulo e outras grandes cidades brasileiras nesse período. De acordo com o autor, o uso da palavra “homossexualismo” no Brasil ocorreu pela primeira vez em 1896, citada no romance “O Bom-Crioulo” de Adolfo Caminha. Para ele, o empréstimo do termo cunhado por Benkert por uma literatura homoerótica nacional revela o interesse dos escritores brasileiros com o que era produzido sobre a homossexualidade na Europa. Dessa forma, médicos, advogados, jornalistas, literatos, chargistas, entre outros, transmitiram para os leitores nacionais uma certa visão acerca da homossexualidade. Isso, de acordo com Green, sem perder de vista idiosincrasias “tupiniquins”, como a grande confusão entre gênero e orientação sexual e a ênfase exacerbada no binarismo ativo/passivo, tendo como modelo privilegiado a díade “bicha/bofe”. Com isso,

⁵³ Como descreve Gilles Deleuze: “de acordo com um princípio de razão suficiente, há sempre um conceito por cada coisa particular. De acordo com a recíproca, princípio dos indiscerníveis, há uma coisa e apenas uma por conceito.” Cf. DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª ed. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 2000, p. 21.

⁵⁴ Cf. AGAMBEN, Giorgio, *O que é o Contemporâneo?* E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-Santa Catarina: Argos, 200, p. 45.

⁵⁵ Cf. CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 39.

essa “homossexualidade à brasileira” era negociada e muitas vezes restrita àqueles que assumiam uma performance efeminada na sociedade e passiva sexualmente.

Esta caracterização do homossexual brasileiro pode ser observada na obra “Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital”, do médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida, publicada em 1906. Embora Pires de Almeida não distinga o “pederasta ativo” do “pederasta passivo”, ambos compreendidos por ele como “degenerados”, sobre o primeiro não pesa a perda da virilidade, atributo inerente ao homem, enquanto sobre o segundo recai o diagnóstico da efeminação. Para os produtores de linguagem, esses últimos que eram os “verdadeiros homossexuais”.⁵⁶ Esta concepção de Pires de Almeida fica mais clara em sua descrição de “Traviata”, indivíduo identificado por ele como sendo homossexual.

Libidinoso e efeminado até o extremo, a sua voz era dulçurosa, sibilante, sua frase curta e ameigada, seus requebros petulantes, constituindo-se no todo o pederasta mais convidativo e cínico. (...) O Traviata tinha o andar típico dos uranistas, tal como o encontramos descrito nos especialistas: requebra-se todo nas cadeiras, caminhava derreado, com as nádegas estufadas para trás; de vez em quando dava uns saltinhos, que ele fazia preceder de alguns passos mais curtos, em que os joelhos ficavam exageradamente curvados, semelhando assim perfeitamente o caminhar da mulher.⁵⁷

Assim como o pai de santo João, exposto por Ruth Landes, Traviata é apresentado por Pires de Almeida enquanto um “pederasta” preso degeneradamente ao seu sexo. Sua performance é o que ele é, num vir-a-ser considerado completamente ilegítimo e disposto em escalas entre as configurações masculinas e femininas. Sua presença é “inscrita na forma do desejo”.⁵⁸

O uso do termo “uranista” por parte de Pires de Almeida revela ainda o seu contato com as ideias do reformador Ulrichs que, em sua luta a criminalização do amor pelo mesmo

⁵⁶ “O indivíduo que se entrega à pederastia deve, em geral, ser considerado um degenerado e digo – um degenerado – porque o instinto sexual não o impele, como nos casos normais, para o sexo oposto, mas para o que ele mesmo pertence. Nestas circunstâncias, ele só encontra excitações, não na contemplação dos órgãos pudendos da mulher, mas na dos homens. E isto quer se trate de um pederasta ativo ou passivo. Há, porém, um modo de ser diverso, que distingue um do outro; embora suas excitações sejam produzidas pelas mesmas cenas, suas aptidões sexuais são inteiramente diversas. No pederasta ativo, embora ele seja indiferente às exibições femininas que por ele passam como os quadros mais insignificantes da natureza, o alvo é chegar a qualquer ato sexual por contato com outro homem. Não perdem, pois, as características de seu sexo, apenas desviam-nas para aplicações contrárias às leis da natureza. No pederasta passivo, porém, embora essas mesmas causas despertem em maior escala as apetências venéreas, ele como que perdeu as qualidades de seu sexo; seus gestos, suas tendências, seus *ademanes*, são todos os do sexo feminino”. Cf. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906, p. 164-165.

⁵⁷ Cf. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Op. Cit.*, p. 361.

⁵⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 25.

sexo na Alemanha, ironicamente, atribuiu uma “natureza” feminina aos amantes do mesmo sexo, classificando-os como uma espécie de “terceiro sexo”⁵⁹. Nesta perspectiva, ser homossexual no Brasil da transição dos séculos XIX e XX era sinônimo de efeminado, de “prostituto” ou “puto”, e o lugar reservado para eles na sociedade eram os destinados ao feminino. Tendo em vista que esses sujeitos na escala da hierarquia social não chegavam a se constituir como uma “mulher de verdade”, esse essencialismo uranista os condenava a uma posição social ainda mais vil e subalterna na sociedade brasileira.

Para Green, estas determinações produzidas acerca da homossexualidade abria uma fenda, uma verdadeira lacuna entre representações e práticas, pois muitos homens que desfrutavam das experiências sexuais com outros homens não se viam representados por essas produções, sendo assim, não eram e nem se consideravam homossexuais. Estas disputas de representações em torno do conceito de homossexualidade travestiam uma repetição tomada de forma nua pelos intelectuais brasileiros e revelavam os “simulacros”,⁶⁰ as disputas e as desindexações. A fabricação do conceito de homossexualidade transformou o que era uma “questão” individual e psicológica, privada, em um problema social e político, por conseguinte, público. A construção de uma identidade homossexual masculina no final do período oitocentista e início do século XX, no Brasil, já evidenciava esse componente político presente na performance desses sujeitos. Cabe, então, analisar de que forma se dava o consumo dessa imagem pelos “homossexuais de verdade”, ou seja, por aqueles que se encaixavam nessa classificação.

Alguns passaram a usar roupas e estilos que serviam de indicativos de suas predileções sexuais e projetavam imagens efeminadas a fim de veicular sua disponibilidade para interações sexuais e sociais com outros homens. Embora a *persona* e os traços físicos generizados de alguns desses homens derivassem das noções comumente aceitas sobre o comportamento e desempenho femininos, sua auto-representação não significava, necessariamente, que adotavam comportamentos sexuais passivos em geral associados aos homens efeminados. Outros retinham uma imagem masculina, mas isso não quer dizer que se conformavam exclusivamente ao papel socialmente atribuído de penetrador nas relações sexuais. Entre alguns, os papéis sexuais eram bastante fluídos, e os usos que faziam do corpo para fins prazerosos não podem ser rigidamente classificados. (...) As roupas, costumes e códigos desses homens indicam

⁵⁹ Para mais informações, ver POLLAK, Michael, *La Homosexualidad Masculina o: ¿La Felicidad en el Ghetto?*, In: *Sexualidades Occidentales*, Philippe, Ariès, A. Béjin, M. Foucault y otros. Editorial Paidós, Buenos Aires, Argentina, 1987, p. 71-102.

⁶⁰ Segundo Deleuze: “O sistema do simulacro afirma a divergência e o descentramento; a única unidade, a única convergência de todas as séries é um caos informal que compreende todas elas. Nenhuma série goza de um privilégio sobre a outra, nenhuma possui a identidade de um modelo, nenhuma possui a semelhança de uma cópia. Nenhuma se opõe a uma outra nem lhe é análoga. Cada uma é constituída de diferenças e se comunica com as outras por meio de diferenças de diferenças. As anarquias coroadas substituem as hierarquias da representação; as distribuições nômades substituem as distribuições sedentárias da representação.” Cf. DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 1ª ed. 2000, p. 261.

que haviam construído uma identidade social comum ligada ao seu comportamento sexual. Alvo de desprezo pelos profissionais de saúde e pela sociedade de forma geral, ainda assim demonstravam uma resistência surpreendente ao manter múltiplas formas de se socializarem, enquanto desafiavam o comportamento normativo da sociedade brasileira.⁶¹

Essas linhas de fuga encontradas pelos ditos homossexuais tensionavam as normas da sociedade brasileira. Percebe-se, portanto, o caráter positivo da identidade, a sua estreita relação com a política. A aparição desses sujeitos na arena pública, ainda que em busca de afetos e prazeres, revela uma luta de representações, uma tentativa de recuperar o poder sobre o seu corpo e sua existência, mesmo esse enfrentamento não estando ainda voltado para o Estado organizado ou um grupo específico da sociedade. Esses comportamentos manifestam, outrossim, as “bricolagens”⁶² formuladas por esse grupo de homens, “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”.⁶³

Para Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado, a visibilidade dessas identidades sexuais desviantes da norma padrão da sociedade desvela os conflitos culturais, legitimando esses sujeitos a lutarem por reconhecimento dentro do mundo moderno. De acordo com eles, “desta forma, a objetivação das relações sociais proclama identidades, formas de se apresentar, formas de se reconhecer, e estas exigem não só a construção social de pertencas, mas também a elaboração e interiorização das atribuições sociais e de direitos”.⁶⁴

É nesse ponto que Guattari vê mais um problema na identificação cultural. “Ela [a identidade] é um meio de auto-identificação num determinado grupo que conjuga seus modos de subjetivação nas relações de segmentariedade social”.⁶⁵ Com isso, ao adotar para si uma identidade, o sujeito delimita fronteiras com o outro exterior ao seu campo de interesses e estes que passam a compartilhar de suas preferências tornam-se pertencentes ao seu território. É nesta esteira que Foucault afirma: “Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente

⁶¹ GREEN, James N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 106.

⁶² Termo utilizado por Michel de Certeau para designar as combinações feitas pelos usuários seguindo seus interesses próprios e suas próprias regras. Trata-se de uma alternativa criativa para se fazer uso de uma cultura imposta pelas “elites” produtoras de linguagem. Cf. CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 40.

⁶³ Cf. CERTEAU, Michel de, *Op. Cit.*, p. 41.

⁶⁴ Cf. PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra Homossexualidade; A Hierarquia da Invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 23.

⁶⁵ Cf. GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do desejo*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, op. cit., p. 85.

adversários de alguém”.⁶⁶

Essa constituição de uma identidade coletiva pode ocorrer de forma silenciosa ou acordada, mas sempre orientada por uma narrativa integradora. Para Marcel Mauss, citado por Chartier, essas identificações coletivas e suas representações “só tem existência na medida em que comandam atos”.⁶⁷ Nota-se, portanto, que sua expressão cultural está totalmente atrelada a sua atuação política na sociedade. Ainda sobre isto, assinala Certeau:

A relação dos procedimentos com os campos de força onde intervêm deve, portanto, introduzir uma análise *polemológica* da cultura. Como o direito (que é um modelo de cultura), a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas.⁶⁸

Dessa forma, além de promover a integração dos indivíduos, essas identidades coletivas produzem “táticas”, práticas cotidianas de resistência, e “estratégias” na luta pelos seus interesses.⁶⁹ Os historiadores e demais teóricos da homossexualidade destacam três importantes momentos do ativismo homossexual pelo mundo. De acordo com Prado e Machado (2008), o primeiro momento inicia na Europa em meados do século XVIII, intensifica-se na metade do século XIX e ganha mais força no início do século XX; o segundo momento tem seu começo nos anos 1940 e se perdura até a década de 1960, quando tem início a terceira fase do movimento homossexual com a irrupção da “Revolta de Stonewall” nos Estados Unidos, em 1969.

Esse processo de mobilização coletiva em torno da homossexualidade não engloba apenas a estreia dos homossexuais na sociedade enquanto novas personagens desse mundo moderno, mas também se refere à própria construção da heterossexualidade, pois, da mesma forma que a homossexualidade foi inventada, inventou-se o heterossexual. Para Katz, essa constatação é importante não para pôr em confronto essas duas identidades sexuais, antes é

⁶⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 37.

⁶⁷ Cf. CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), 1991, p. 183.

⁶⁸ Cf. CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 44.

⁶⁹ Nas palavras de Certeau: “Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de sua relação com uma exterioridade distinta. (...) Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. Ela não dispõe de base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (...) tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. Cf. CERTEAU, Michel, *Op. Cit.*, p. 45.

mais uma tentativa de historicizá-las, ou seja, estranhar o que foi normatizado pela modernidade, além de revelar a frágil aparência dessas representações. Desse modo, o movimento que emergiu lá no século XVIII teve como seu principal inimigo a moral sexual vigente naquele período.⁷⁰

A primeira fase de mobilizações coletivas em torno do amor pelo mesmo sexo foi marcada por acontecimentos isolados e pelo surgimento de diversas organizações e personalidades europeias na luta contra as instituições e o Estado que criminalizava e punia os amantes do mesmo sexo. Estes grupos de “sodomitas” obtiveram alguns avanços na *démarche* pela legalização da sua sexualidade. A França foi o primeiro país a descriminalizar a prática de sodomia, em 1791. Para Prado e Machado, esse pioneirismo francês foi resultado da grande propagação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que permearam a Revolução Francesa e contagiaram toda a população.⁷¹ Já na Inglaterra, devido as severas leis anti-homossexuais que puniam inclusive com a pena de morte até o ano de 1967, as contestações ficaram por conta da literatura *underground* repleta de temas homoeróticos, entre estes literatos se destacam Coward-Mccann, Walt Whitman, Edward Carpenter e Oscar Wilde, que foi levado a três julgamentos por praticar o “amor que não se ousa dizer o nome”.⁷² A legislação contra a prática homossexual somente foi extinta na Inglaterra em 1967.

Mas foi na Alemanha que se desenvolveu o ativismo mais marcante, como destacam Peter Fry e Edward MacRae, no livro “O que é Homossexualidade”. Segundo os autores, os ativistas alemães mobilizaram toda a sociedade numa grande campanha pela remoção do artigo 175 do código penal que previa a condenação de sodomitas. Não obstante, apesar de obterem êxito, esse processo de descriminalização da homossexualidade na Alemanha foi o responsável por convalidar uma “inferioridade” da prática homossexual diante daqueles que amavam o sexo diferente.⁷³ Para Pollak⁷⁴ e Katz⁷⁵, trata-se de uma grande ironia da história, pois numa tentativa estratégica de demonstrar que os praticantes de sexo com iguais não eram criminosos, nem pecadores, os reformadores sexuais alemães, Ulrichs e Benkert, já citados como responsáveis pelo termo “homossexual” e “uranista”, essencializaram o desejo pelo mesmo sexo atribuindo-

⁷⁰ Cf. KATZ, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

⁷¹ PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana, op. cit.

⁷² Para mais informações sobre o ativismo homossexual na Inglaterra no século XIX, ver LAURITSEN, John e THORSTAD, David. *Los Primeros Movimientos em favor de los derechos homosexuales (1864-1935)*. 1 Ed. Barcelona: Tusquets Editor, 1977, pp. 64-72.

⁷³ Cf. FRY, Peter e MACRAE, Edward. *O Que é Homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁷⁴ Cf. Para mais informações, ver POLLAK, Michael, *La Homosexualidad Masculina o: ¿La Felicidad en el Ghetto?*, In: ARIÈS, Philippe [et. al.]. *Sexualidades Occidentales*. Editorial Paidós, Buenos Aires, Argentina, 1987.

⁷⁵ Cf. KATZ, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

lhe um caráter patológico, uma pulsão inata e invertida, por conseguinte, não passível de punição, mas de tratamento médico. O principal líder dessa campanha foi Magnus Hirschfeld que partilhava dessa mesma ideia. Suas ações visavam ainda mudanças na legislação e campanhas educativas, gerando aliança com outros movimentos, como os trabalhistas e socialistas e grupos libertários. Ele fundou o “Comitê Científico Humanitário”, em 1897, e passou a publicar o “Anuário de Intermediários Sexuais”, uma revista anual dedicada à luta por direitos civis dos homossexuais.⁷⁶ Foi desse grupo também que saiu Adolf Brand que se destacou por se contrapor aos outros reformadores, pois desconfiava do inatismo da homossexualidade e não aceitava que a considerasse doença⁷⁷.

Na segunda fase, de acordo com Prado e Machado, houve uma maior organização do ativismo homossexual e suas ações estão inscritas nos acontecimentos da década de 1940.⁷⁸ Essas organizações formaram-se na Europa e Estados Unidos e suas publicações se voltavam para a descriminalização da homossexualidade. Segundo Fry e MacRae, esse retorno à repressão homossexual no continente europeu fazia parte das medidas tomadas pelo stalinismo e nazismo que identificavam esse comportamento como uma ameaça à família; ambos associavam tal “degeneração” com as inovações políticas engendradas pelo bloco oposto. Em tempos de guerra, esse movimento ficou conhecido como “homófilo”, pois enfatizava o amor entre as pessoas do mesmo sexo em detrimento de meras práticas sexuais. Surgiram grupos na Holanda, Dinamarca, França, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. O movimento homófilo estadunidense foi o que mais se destacou por ter adotado uma perspectiva marxista na luta por uma aceitação pública da homossexualidade que fosse mais “digna”.⁷⁹ Segundo Prado e Machado, isso ocorreu porque a maioria dos seus fundadores eram comunistas e radicais de esquerda.⁸⁰ Além disso, em 1948, teve grande repercussão a publicação do primeiro relatório sobre o comportamento homossexual – “Relatório Kinsey” – formulado por Alfred Kinsey. De acordo com Simões e Facchini, seus resultados apontaram que a prática homossexual era bem frequente e não estava restrita apenas a um grupo de indivíduos. Nesse mesmo ano, foi fundado um dos principais grupos, o *Mattachine Society*, considerado por muitos como o precursor do

⁷⁶De acordo com Lauritsen e Thorstad, este comitê tinha como principais finalidades: “(1) ganarse a los cuerpos legislativos para que apoyen la petición de abolir el párrafo anti-homosexual del código penal alemán, el párrafo 175; (2) sacar a la luz pública la verdade sobre la homosexualidad; (3) ‘interessar a los próprios homosexuales en la lucha em favor de sus derechos’.” Cf. LAURITSEN, John e THORSTAD, David. *Los Primeros Movimientos em favor de los derechos homosexuales (1864-1935)*. 1 Ed. Barcelona: Tusquets Editor, 1977, p. 27.

⁷⁷ Ver: LAURITSEN, John e THORSTAD, David. *Op. Cit.*, pp. 19-38.

⁷⁸ PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana, op. cit.

⁷⁹ FRY, Peter e MACRAE, Edward, op. cit.

⁸⁰ PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana, op. cit.

movimento de liberação homossexual da década de 1960.⁸¹

O terceiro momento confunde-se com uma série de acontecimentos contestatórios que agitaram todo o mundo. Permeada por constantes revoluções e transformações nos valores morais das sociedades, essa fase faz dos anos 1960 o cenário propício para a emergência dos movimentos homossexuais. Conforme Simões e Facchini (2009), a partir da década de 1950 teve início nos Estados Unidos todo um clima de politização da liberdade sexual. Diversos movimentos de contracultura como a geração *beat* e os *hippies*, formado em sua maioria por jovens, se empenhavam pela construção de um mundo onde houvesse mais amor e menos guerra. Essa juventude se interessava principalmente por uma cultura considerada “marginal” que se expressava na valorização do rock e da música negra, no uso de substâncias psicoativas, na oposição à ação norte-americana no Vietnã e no uso do corpo livre dos valores puritanos da classe média tradicional. Segundo os autores, é nesse período também que se forma uma nova representação da homossexualidade – a identidade gay.

O marco dessa liberação gay foi a Revolta de *Stonewall* nos Estados Unidos, considerada por militantes e pesquisadores como o nascimento do movimento homossexual moderno. Segundo Simões e Facchini, na madrugada de 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, um estabelecimento voltado para o público homossexual no bairro de Greenwich Village, em Nova York, enfrentou mais uma batida policial. Entretanto, nessa noite, os frequentadores do bar, em sua maioria jovens não-brancos, reagiram de forma inusitada, enfrentando os policiais em uma verdadeira sublevação coletiva que durou o fim de semana inteiro. Devido à forte resistência, os revoltosos gritavam e pichavam nos muros expressões como *Gay Power* (poder gay) e *Gay Pride* (orgulho gay). Para os autores, a importância desse acontecimento consiste na emergência de um novo modelo de existência para o homossexual baseado no orgulho e não mais na vergonha e clandestinidade. Eles ressaltam que foi a partir daí que o ser “gay” adquiriu um caráter mais subversivo, numa ampla postura de contestação política e cultural. O corolário dos protestos do Stonewall foi o surgimento de organizações como a *Gay Liberation Front* que começou nos Estados Unidos e se espalhou por vários países da Europa, desenvolvendo-se também na Argentina com o grupo político *Nuestro Mundo*, formado em 1969, que depois passou a se chamar *Frente de Liberación Homossexual* (FLH), em 1971.⁸²

No Brasil, essa terceira onda do movimento homossexual no plano internacional coaduna-se com as circunstâncias políticas vividas pelo Estado brasileiro, já que passou a

⁸¹ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

⁸² SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina, op. cit.

contribuir para impulsionar os homossexuais a se organizarem politicamente a partir da década de 1970, engrossando ainda mais as demandas sociais. Esse processo de politização das subjetividades e das performances dos amantes do mesmo sexo se espalha por todo o país e teve na Bahia sua institucionalização, primeiramente, com o Grupo Gay da Bahia (GGB). Torna-se, portanto, premente analisarmos de forma mais detalhada esse processo histórico de aparecimento de uma identidade homossexual coletiva e de mobilização política em defesa dos direitos civis dos homossexuais no Brasil, denominado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

1.3 A emergência de uma identidade coletiva homossexual no Brasil: o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em tempos de Ditadura Militar

Antes de se formarem identidades homossexuais politizadas no Brasil, criou-se toda uma agitação sociocultural em torno da homossexualidade. A busca pela apreensão de uma construção do movimento homossexual brasileiro nos remete a essas diferentes formas de associação, que podem ser vistas como fomentadoras de identidades homossexuais coletivas. As décadas de 1960 e 1970 presenciaram um verdadeiro *boom* da homossexualidade na cena pública nacional. Esse “desbunde”⁸³ de uma cultura homossexual, para utilizar um termo da época, embarçou ainda mais esse confuso período da nossa história, marcada por forte repressão da Ditadura Militar, emergência de novos atores e novas demandas sociais e movimentos contestatórios em todo o mundo. É nesse interstício que emerge mais claramente uma performance homossexual politizada no Brasil.

A tomada do poder pelos militares em 31 de março de 1964 gerou, na sociedade brasileira, uma cisão entre “sociedade política” e “sociedade civil.”⁸⁴ O rompimento dessa delicada parceria atordoou diversos setores sociais em expansão e estancou o debate em torno de reformas sociais e políticas⁸⁵. O golpe militar de 1964 não representou apenas uma violência

⁸³ De acordo com João Silverio Trevisan, “desbunde” ou “desbum” era um termo muito utilizado nas décadas de 1960 e 1970 para designar uma liberação individual, um descompromisso com partidarismo político, uma negação da “ceticidade”. Muitas vezes também estava associado ao uso de drogas e práticas homossexuais. Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 284.

⁸⁴ Para uma compreensão mais didática sobre política, adota-se, neste trabalho, a concepção de Gramsci, que compreende dois grandes *planos superestruturais*: “o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela do ‘domínio direto’ ou comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.” Cf. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 20 e 21.

⁸⁵ Para mais informações sobre os impactos do golpe de 1964 para a democracia brasileira, ver TOLEDO. Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. Revista Brasileira de

contra as instituições democráticas do país, pois também foi responsável por desencadear um clima de terror e pânico na população. Em nome da “segurança nacional”, os governos militares censuravam e torturavam opositores ao seu regime ditatorial. Essa situação atingiu seu paroxismo em 1969, com a chegada do General Emílio Gastarrazu Médici a presidência da república e com a implantação de um terrorismo de Estado, que estava pautado no “estado de exceção” iniciado com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado ainda no governo de Arthur da Costa e Silva (1967-69). Já na virada para a década de 1970, a resistência dos estudantes a um governo autoritário e a reorganização da classe trabalhadora, em muito, impulsionada pela ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda, gerou uma onda contestatória que agitou diversos setores sociais.

Oportunamente, é neste momento também que a homossexualidade teve uma maior visibilidade no cenário nacional. De acordo com Green, nas décadas de 1960 e 1970, as grandes cidades tornaram-se o principal destino para se ingressar numa sociabilidade homoerótica e expressar coletivamente sua identidade homossexual. Segundo ele, a partir de 1972, houve um grande investimento em saunas, boates e discotecas voltadas para o público homossexual masculino, sobretudo, da classe média em expansão.⁸⁶ Além desses espaços, os cinemas, praias e praças públicas continuavam sendo importantes pontos de encontro eróticos, principalmente para os mais pobres e negros. No entanto, como apontam Simões e Facchini, esses grandes centros tão fascinantes e discretos também tinham seus riscos. Segundo eles, mesmo que o Código Penal Brasileiro de 1940 não previsse nenhuma punição à homossexualidade, constantemente homossexuais sofriam agressões sob a alegação de vadiagem ou prática de atos obscenos em público. Por isso, muitos optassem por formas de socialização mais privativas, como era o caso das reuniões e festas de grupos de amigos em residências particulares, fã-clubes de cantoras de rádio, barracões de escolas de samba, entre outros. Mesmo atestando a escassez de fontes, Simões e Facchini destacam também alguns espaços de concentração de mulheres homossexuais nos grandes centros urbanos, tais como alguns bares, restaurantes, boates e pontos de encontros de intelectuais, mas sempre com um cuidado maior em comparação aos homens no que tange à discrição.⁸⁷

A contradição que caracterizou essa fase da política e sociedade brasileiras também reverberou na cena artístico-cultural. Em plenos anos de forte repressão militar, muitos artistas

História. São Paulo. V. 24. Nº 47, 2004.

⁸⁶ Cf. GREEN, James N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 400.

⁸⁷ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina, Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 67.

assumiram uma androginia performática – *genderfucker* –, fazendo uso de uma moda unissex como uma forma de negar a “ceticidade”, protestar contra o Estado autoritário e negar os rígidos padrões de gênero no Brasil. Em consonância com João Silvério Trevisan, no livro *Devassos no Paraíso*, três fenômenos artísticos se destacaram nesse período: o cantor Caetano Veloso, o grupo musical Secos & Molhados, com seu vocalista Ney Matogrosso, e o grupo teatral “Dzi Croquettes”, liderado pelo coreógrafo Lennie Dale. Esses atores e cantores eram influenciados pelo movimento de contracultura que eclodiu na Europa e nos Estados Unidos e se espalhou por todo o mundo.⁸⁸ A insólita combinação de maquiagem e pelos no peito evidenciava a “artificialidade” das performances do sexo e a “farsa” teatral e deliberada das identidades sexuais. Entretanto, suas atitudes pós-identitárias muitas vezes eram confundidas com o comportamento homossexual. Na prática, suas performances colocavam a homossexualidade na pauta dos assuntos do cotidiano nacional.

Toda essa movimentação homossexual, ampliação dos espaços públicos de sociabilidade e profusão de discursos acerca dessa sexualidade foram responsáveis também por propagar um novo modo de representar a homossexualidade. Surge assim, o “entendido”. De acordo com Green, esse termo já circulava no Brasil desde a metade da década de 1940, e seu uso referia-se aos homossexuais da classe média tradicional, em sua maioria “enrustidos”, mas se populariza mesmo ao longo dos anos 1960.⁸⁹ É neste período que sua aplicação passou a ter um viés político de afirmação homossexual que se distanciava do comportamento sexual hierárquico baseado na oposição binária entre a “bicha-passiva-feminina” e o “bofe-ativo-masculino” e introduzia no imaginário social, mesmo que ainda das classes mais elitizadas e intelectualizadas, um modelo mais igualitário equivalente ao preconizado por uma identidade gay nos Estados Unidos do pós-Stonewall. Neste sentido, o “entendido” se distinguiu da “bicha” ou “boneca” por sua ênfase no gênero masculino e pelo seu desejo sexual por homens que compartilhavam dessa mesma identidade. Esse deslocamento político gerado por essas novas representações identitárias homossexuais afetou também o corpo e as performances desses indivíduos, que passaram a se afastar cada vez mais de um comportamento feminino e adotar posturas másculas, criando assim um fosso entre a “bicha-louca” e o “entendido-politizado”.⁹⁰

⁸⁸ Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 283 - 291.

⁸⁹ GREEN, James N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 307.

⁹⁰ De acordo com Guimarães: “Para os da *network* [rede de entendidos], porém, ser homossexual tem outro significado. Parafraseando Bourdieu, não se trata apenas de diferir do comum (a bicha), mas se diferir diferentemente. A performance, enquanto código de comunicação, é demonstrativa do *ethos* desses indivíduos e se expressa nos termos com que se caracteriza este homossexual: o “requinte”, o “nada excessivo”, o “bom gosto”. No seu conjunto, os sistemas expressivos (a linguagem, o vestuário, o uso do corpo – próprios do habitus de classe)

Durante as mudanças nas formas de se conceber o homossexual e o aumento da sua visibilidade pública nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, a imprensa exerceu um importante papel no fortalecimento de identidades, serviu como guia de espaços de interação homoerótica e lazer e produziu e reproduziu saberes acerca das homossexualidades. Segundo Simões e Facchini, tratou-se de uma “verdadeira explosão discursiva” em torno da homossexualidade na segunda metade dos anos 1970. Os autores destacam o enfoque dado ao amor pelo mesmo sexo na grande imprensa, como foi o caso da “Coluna do Meio”, assinada por Celso Curi para o jornal popular *Última Hora*, pertencente ao grupo Folha, e a polêmica matéria na revista semanal *IstoÉ*, sobre o poder homossexual na edição de 28 de dezembro de 1977. Embora essas publicações tenham gerado grande repercussão nacional, Simões e Facchini observam que foi, sobretudo, a imprensa nanica, exclusivamente voltada para o público homossexual, composta de jornais caseiros, mimeografados e folhetos, que mais contribuiu para a construção de identidades homossexuais coletivas nos país.⁹¹

Segundo Green, o primeiro desses periódicos foi o *Snob*, que passou a ser publicado em 1963 por Agildo Guimarães. Em suas linhas, trazia-se comentários, fofocas, divulgação de concursos e entrevistas com travestis famosos. O autor ressalta que, mesmo suas publicações girando em torno do universo destinado ao feminino, foi por parte de um dos membros desse jornal – Hélio Fonseca, mais conhecido como “Gato Preto” – que o termo “entendido” passou a ser popularizado. Poucos anos depois do fim do *Snob*, em 1969, alguns antigos redatores e leitores decidiram produzir um novo jornal intitulado “Gente Gay”, em 1976. Green observa que o uso do termo “gay” no título já revelava uma nova postura diante da homossexualidade e estabelecia uma certa familiaridade com o movimento *Gay Liberation* dos Estados Unidos. Da mesma forma, surgiram o *Entender* e o *Mundo Gay* em São Paulo, e o *Little Darling* que depois passou a se chamar *Ello*, do estilista baiano Waldeilton di Paula. O papel desse jornalismo gay independente foi mais um importante vetor e catalisador para a formação de uma consciência homossexual politizada no país.

Toda essa agitação político-cultural homossexual ajudou a criar uma mística dos anos 1960 e 1970 e preparou o caminho para a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no ano de 1978. O MHB surge quase dez anos depois da Revolta de Stonewall nos Estados Unidos. Para Green, essa década de atraso se deveu a forte repressão da Ditadura

definem e revelam, na situação de confronto público, uma identidade de posição social mais elevada, sem que o conteúdo semântico (o significado) da comunicação verbal seja relevante ou sequer conhecido. Cf. GUIMARÃES, Carmen Dora. *O Homossexual Visto por Entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004, p. 78.

⁹¹ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 78 e 79.

Militar, pois as condições necessárias para o seu surgimento já estavam presentes nos anos 1960.⁹² É nesta perspectiva que, o historiador estadunidense Benjamim Cowan, analisa a estratégia biopolítica adotada pelos ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional durante a Ditadura Militar que relacionava a homossexualidade com a subversão comunista. Para Cowan, o homossexual, neste período, além de patologizado, passa a ser visto como uma ameaça degenerativa de dissolução inspirada pelos comunistas. Esta aparelhagem de poder que combatia ao mesmo tempo tanto a imoralidade sexual e o comunismo foi forjada nas publicações da Revista Militar Brasileira, nos foros ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), e nos informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Segurança e Informações (DSI), que passaram a se voltar para a censura dos que os militares consideravam como sendo uma promoção da homossexualidade na imprensa e na televisão.⁹³

No entanto, Facchini argumenta que, ao invés de centrarmos nossa observação nos aspectos repressivos do golpe militar de 1964, é salutar focarmos nas resistências coletivas que surgem em contraposição ao Estado autoritário. Embora ela destaque que essa profusão de movimentos sociais tenha ocorrido em tempo de abertura política, toda a sua movimentação em torno de demandas sociais inicia ainda na fase mais repressiva do regime militar. Destarte, mas, se a repressão serviu para limitar ou adiar o MHB, ela também viabilizou a emergência de um conjunto de reações e resistências sociais à Ditadura.⁹⁴ Além disso, Trevisan atesta, sem atenuar a crueldade desse capítulo da nossa história, que o exílio forçado ou voluntário permitiu que muitos intelectuais homossexuais, como foi o seu caso, tivessem contato com os acontecimentos e discussões que ocorriam no movimento gay estadunidense e europeu. Segundo relato dele:

O golpe militar de 1964 tinha em suas entranhas um nem sempre secreto teor nacionalista/xenofóbico que, aliás, a esquerda daquele período compartilhava com gosto – não obstante as graves diferenças entre os dois pólos ideológicos. Paradoxalmente, a compulsória modernização desse período da vida brasileira ocorreu, no terreno cultural, por força dos próprios militares que, ao provocar o exílio de inúmeros intelectuais, colocaram-nos em contato brutal com o mundo. Quando esses personagens começaram a voltar, graças à anistia instaurada em 1979, trouxeram consigo convivências que haviam absorvido em sua forçada temporada longe do lar. Foi assim que nos chegou, por exemplo, o eurocomunismo. Assim nos chegaram também as inquietações ecológicas, feministas e anti-racistas tal como vicejavam,

⁹² GREEN, James N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 396.

⁹³ COWAN, Benjamim. Homossexualidade, Ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2014, p. 28 e 29.

⁹⁴ Cf. FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 93.

àquele período, em países capitalistas avançados (...) ⁹⁵.

Trevisan ainda ressalta que esse momento foi propício também para a organização de mobilizações coletivas em torno de identidades de raça e de gênero no Brasil. Negros e mulheres também vão às ruas protestarem contra o Estado antidemocrático e reivindicarem condições sociais mais igualitárias. ⁹⁶

De acordo com Maria da Glória Gohn, esses sujeitos coletivos configuram os chamados “novos movimentos sociais” com ênfase na afirmação e reconhecimento de identidades culturais, em oposição aos “movimentos sociais tradicionais” que se baseiam na luta de classes. Assim, nessa empreitada pela construção de um movimento homossexual brasileiro, os feminismos e suas críticas ao patriarcado e à desigualdade de gêneros acrescentaram muito à causa homossexual ⁹⁷.

Além disso, outras importantes transformações colaboraram para uma tomada de formação política por parte dos homossexuais. Claudio Roberto da Silva sintetiza, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo”, os fatores que modificaram a maneira de conceber o homossexual no Brasil neste período:

O primeiro se refere à imprensa alternativa que promove uma reformulação da imagem associada ao indivíduo que sente atração por outros do próprio sexo; ele deixa de ser tratado como um amaldiçoado, incapaz de auto-realização, para transformar-se num ser que poderia provocar a revolução da estrutura social; o segundo se refere a produção acadêmica que retira a discussão do campo da medicina e da psicologia para colocá-la no campo das ciências humanas, alterando o enfoque ideológico e teórico da questão homossexual; o tema deixa de ser tratado como vício abominável, patologia e desvio, para tornar-se uma variável neutra da sexualidade humana, estudada como subcultura socialmente construída; e o terceiro [já citado] se refere aos novos movimentos sociais que viabilizaram uma crítica ao machismo e ao racismo do país, conduzindo à reformulação das noções de gênero e sexo e à consolidação da identidade do militante homossexual. ⁹⁸

Neste sentido, o movimento homossexual que se iniciou no Brasil em 1978 coaduna uma série de elementos que lhe conferem uma experiência única. Para muitos pesquisadores e

⁹⁵ Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7^o ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 336.

⁹⁶ TREVISAN, João Silvério, op. cit., p. 336.

⁹⁷ Para Gohn: “Um movimento social é sempre uma expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e forma redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos, projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias das formas como sustentam e encaminham suas reivindicações”. Cf. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2^o ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 14.

⁹⁸ Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998, p. 8.

militantes, o marco dessa politização das homossexualidades no país foi a fundação do grupo Somos, de São Paulo, e a primeira publicação do jornal *Lampião da Esquina*, nesse mesmo ano.

O surgimento do jornal “*Lampião da Esquina*” se insere no contexto da explosiva profusão de discursos sobre a homossexualidade produzidos pelo jornalismo independente da década de 1970. Porém, este periódico se diferenciou dos demais devido a sua íntima relação com o emergente movimento homossexual brasileiro, fazendo com que suas publicações se tornassem uma espécie de baliza para a construção de homossexualidades politizadas em todo o país, e por ter um maior alcance nacional. De acordo com MacRae, a fundação desse jornal nos remete à visita do ativista gay estadunidense Winston Leyland, editor da revista “*Gay Sunshine*”, que veio ao Brasil em 1977, a pedido do advogado e jornalista gaúcho João Antônio Mascarenhas.⁹⁹ Aproveitando o ensejo, conta MacRae, Mascarenhas promoveu um encontro de Leyland com vários escritores brasileiros como Aguinaldo Silva, Caio Fernando Abreu, João Carlos Rodrigues, João Silvério Trevisan, Gasparino Damata e Darcy Penteado. Essa reunião entusiasmou a todos, despertando assim o desejo de criar um jornal brasileiro voltado para o público homossexual. Nasce, portanto, o jornal “*Lampião da Esquina*”.¹⁰⁰

Segundo MacRae, a escolha do nome do jornal foi feita pelo jornalista pernambucano Aguinaldo Silva, que sugeriu esse título em homenagem à figura mítica do cangaceiro *Lampião*, que, segundo ele, era uma personagem ambígua da nossa história, ao mesmo tempo famoso pela sua virilidade e por questionamentos acerca da sua heterossexualidade. Para a publicação dos primeiros números do jornal, os editores recorreram a amigos e apoiadores da causa homossexual em todo o Brasil, conseguindo um bom financiamento. Com isso, a edição de número zero do *Lampião da Esquina* foi publicada em abril de 1978, com circulação restrita. Nesta edição, destacava-se um editorial chamado “*Saindo do Gueto*” e a apresentação dos membros do conselho, além de um ensaio memorialístico de Darcy Penteado.¹⁰¹ Segue um fragmento do primeiro editorial do jornal:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que

⁹⁹ Cf. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 71.

¹⁰⁰ MACRAE, Edward, op. cit., p. 73 e 74.

¹⁰¹ MACRAE, Edward, op. cit., p. 73 e 74.

alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.¹⁰²

Além disso, o jornal trazia reportagens, ensaios e entrevistas especiais sempre enfocando a homossexualidade e apresentando-se como uma voz das minorias. Ao comentar sobre o jornal, Simões e Facchini ressaltam que sua diversidade de temas incluía ainda matérias sobre o movimento negro, feminista, populações indígenas, uso de maconha, prostituição masculina e feminina, entre outros, sempre orientados por uma visão política alternativa libertária.¹⁰³

Outra importante inovação desse periódico foi a denúncia da discriminação, violência e arbitrariedade policial que assolava os homossexuais. Em compensação, assinala MacRae, essas constantes críticas direcionadas à força policial geraram consequências consideradas graves para os membros do Conselho Editorial, que foram submetidos a inúmeros vexames durante um inquérito promovido pelo Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 1978, sob a alegação de que o jornal ofendia a moral e bons costumes da época. Somente em dezembro de 1979 esse inquérito foi arquivado, mas os editores continuaram recebendo ameaças de prisão cautelar.¹⁰⁴

A partir de 1979, tanto MacRae¹⁰⁵ quanto Simões e Facchini¹⁰⁶ apontam um retorno do jornal às questões referentes às representações e práticas dos homossexuais. De acordo com eles, havia uma discussão em relação ao uso dos termos para se referir à homossexualidade, pois alguns eram contrários ao emprego da palavra “gay” por considerá-la imperialista. Muitos optavam pelo uso da palavra “entendido”. Além disso, havia outra querela também em torno do emprego ou não de termos pejorativos como “bicha”, “boneca” e “veado”, bastante utilizados na coluna denominada “Bixórdia”. Aguinaldo Silva, numa tentativa de dirimir tal discussão, compreendia que a apropriação dessas palavras pelos homossexuais era uma estratégia para esvaziá-las do seu sentido negativo e potencial ofensivo na luta contra o machismo. Além dessa preocupação com os nomes, publicaram também artigos sobre diversas identidades homossexuais, como a travesti, a transexual, a lésbica e a bissexual, atentando desde esse momento para as suas especificidades e revelando a heterogeneidade no meio visto como homossexual.

¹⁰² “Saindo do Gueto”. In: *Jornal Lampião Da Esquina*. Ano 1. Nº zero, abril de 1978.

¹⁰³ SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 86.

¹⁰⁴ Cf. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 76.

¹⁰⁵ MACRAE, Edward, op. cit., p. 77.

¹⁰⁶ SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina, op. cit., p. 88 e 89.

Esta gama de temáticas do universo da homossexualidade fazia do “Lampião da Esquina” o porta-voz do amor pelo mesmo sexo no Brasil. Isso gerou em João Antônio Mascarenhas, um dos editores, uma expectativa de fundar um movimento pelos direitos civis dos homossexuais nos moldes das organizações estadunidenses. Todavia, como assinala MacRae, muitos membros do conselho editorial, como era o caso de João Silvério Trevisan, tinham uma postura anárquica e se opugnavam a qualquer forma de institucionalização do ativismo político homossexual. Esses acreditavam que toda forma de poder era nociva. Essas desavenças marcaram a saída de Mascarenhas do conselho editorial, no final de 1978, e foi a primeira de muitas que resultariam no fim da publicação.¹⁰⁷

No ano de 1980, como nos contam Simões e Facchini, iniciou-se uma fase de declínio do “Lampião da Esquina”, ocasionada por dificuldades financeiras e operacionais, divergências entre os editores do jornal e rompimento com os recém-criados grupos em defesa dos direitos civis dos homossexuais. Segundo os autores, a partir do ano de 1981, o periódico, sob a liderança de Aguinaldo Silva, passou a investir em fotos de rapazes nus para aumentar a venda do jornal, entretanto, os resultados não foram satisfatórios, o que gerou mais dissidências e finalmente a dissolução do jornal, em junho de 1981. Para eles, o encerramento do Lampião da Esquina não decretou apenas o fim da imprensa alternativa homossexual como também deixou o emergente movimento homossexual brasileiro órfão do principal veículo de comunicação de suas ideias e ações em âmbito nacional. Percebe-se, por conseguinte, a nítida importância que teve essa publicação para o impulso inicial e sustentação do Movimento Homossexual Brasileiro. Basta lembrar que o jornal foi um dos principais responsáveis pelo surgimento do primeiro grupo homossexual organizado em torno de questões políticas no Brasil – o grupo “Somos-SP”.¹⁰⁸

Foi neste mesmo momento em que se acendeu a luz do “Lampião” que os homossexuais masculinos saíram das sombras para a cena pública brasileira. Essa afirmação é bem elucidativa no que se refere aos acontecimentos que marcaram a estreia de uma organização política em torno da homossexualidade no Brasil. No mesmo mês em que o jornal “Lampião da Esquina” publicou sua edição de número zero no Rio de Janeiro, surgia em São Paulo um grupo também disposto a apresentar para a sociedade uma nova imagem da homossexualidade e desfilar seu orgulho de amar o mesmo sexo. Um dos principais

¹⁰⁷ Cf. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 91.

¹⁰⁸ SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 108.

representantes desse grupo foi João Silvério Trevisan, que também integrava a comissão editorial da publicação carioca. No livro *Devassos no Paraíso*, obra já mencionada, Trevisan testemunhou seu desejo de fundar um grupo de discussão sobre a homossexualidade no Brasil desde 1976, no entanto, suas tentativas não obtiveram nenhum êxito. Segundo ele, naquele momento, para muitos, a questão homossexual era ainda muito diminuta diante dos graves problemas enfrentados pelo país.

De acordo com MacRae, esse quadro só foi alterado quando, em abril de 1978, o jornal *Versus*, ligado à organização trotskista “Convergência Socialista”, promoveu um amplo debate político. Um dos temas desse encontro era a atuação da imprensa alternativa, o que despertou o interesse dos editores do recém-criado jornal “Lampião da Esquina”. Todavia, essa tentativa de participação dos representantes do “Lampião” desencadeou uma moção de protestos que resultou numa grande discussão sobre os vínculos entre homossexualidade e política. Segundo ele, essa foi à primeira vez em que se deu um debate claramente público com alto teor político acerca da identidade homossexual. A partir daí, os participantes dessa discussão que se identificavam como homossexuais decidiram se unir e formar um grupo para discutirem especificamente sua sexualidade.¹⁰⁹ Trevisan era um desses quinze homens, em sua maioria profissionais liberais, estudantes e atores, que passaram a realizar reuniões semanais para relatar experiências cotidianas e discutir a possibilidade de formação de um movimento político. Nas palavras dele: “Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome”.¹¹⁰ Além de Trevisan, destacam-se também nomes como o do estadunidense James Naylor Green, mais conhecido como Jimmy, Edward MacRae, Glauco Mattoso, Jean-Claude Bernadet, entre outros.

Conforme relatos de MacRae, logo de início, o grupo adotou o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”. Foi somente em um debate na USP, em 1979, promovido pelos estudantes de Ciências Sociais, que o grupo passou a se chamar “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, em homenagem a uma publicação da extinta *Frente de Liberación Homossexual* da Argentina. Esse debate propiciou também a formação de outros dois grupos, o “Eros” e o “Libertos”.¹¹¹

Nesse mesmo ano, o grupo teve um grande crescimento, como assinalam Simões e Facchini, sendo que foram incorporados ao Somos dezenas de outros integrantes, fazendo com

¹⁰⁹ Cf. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 97 e 98.

¹¹⁰ Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 341.

¹¹¹ MACRAE, Edward, op. cit., p. 112.

que o grupo se dividisse em subgrupos menores, denominados de “subgrupos de identificação”, que depois passaram a se chamar de “reconhecimento”, e “subgrupo de atuação” que tinha a função de coordenar as atividades. Foi também nesse período que as mulheres do grupo resolveram criar um subgrupo denominado “Lésbico-Feminista (LF)”: era a primeira vez que se pensava exclusivamente na construção de uma consciência política homossexual feminina no Brasil.¹¹²

A renúncia a qualquer forma de autoritarismo fazia com que as tomadas de decisão no interior do “Somos” se dessem por consenso. Em compensação, na prática, isso gerava desgastantes discussões que emperravam diversas ações do grupo. Apesar dessas corriqueiras divergências, MacRae¹¹³ aponta o desenvolvimento de fortes laços afetivos entre os integrantes do grupo. Ele chega a falar na existência de uma espécie de “casamento com o grupo”. Muitos integrantes chegaram a largar o trabalho e outras ocupações para se dedicar em somente ao Somos. Com isso, formavam-se também relações de afeto entre os membros que muitas vezes superavam o estágio da amizade e se tornavam relações amorosas e estáveis, chamadas à época de “casos”. MacRae ainda destaca que, devido à grande ênfase na construção de uma identidade homossexual politizada dentro do grupo e o repúdio a qualquer forma de dominação, esses relacionamentos tendiam a seguir o modelo igualitário em oposição ao modelo hierárquico que predominava nos “guetos homossexuais”.¹¹⁴ De acordo com o autor, essa era mais uma das formas que os “respeitáveis militantes” tinham para se distinguirem dos(as) “bichas loucas”, vistos por eles como alienados e reprodutores da dominação masculina na sociedade.

A atuação de João Silvério Trevisan no Somos e sua participação no conselho editorial do “Lampião da Esquina” fez com que os destinos do grupo e do jornal sempre estivessem entrecruzados. Constantemente as publicações do “Lampião” traziam alguma matéria sobre as ações do Somos. Da mesma forma, os integrantes do grupo colaboravam na comercialização do jornal. Essa aliança culminou na organização, em dezembro de 1979, do Encontro de

¹¹² Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 98.

¹¹³ Cf. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 122.

¹¹⁴ Em consonância com Júlio Assis Simões e Isadora Lins França, no artigo ‘Do “gueto” ao mercado’, “gueto homossexual” refere-se a espaços urbanos públicos ou comerciais – parques, praças, calçadas, quarteirões, estacionamentos, bares, restaurantes, casas noturnas, saunas – onde as pessoas que compartilham uma vivência homossexual podem se encontrar. (...) O “gueto” não somente amplia a oportunidade de encontrar parceiros e viver experiências sexuais, mas também pode contribuir decisivamente para reduzir os sentimentos de desconforto e culpa em relação à própria sexualidade, reforçar a auto-aceitação do desejo e, eventualmente, a disposição para “assumi-la” em âmbitos menos restritos.” Cf. SIMÕES, Júlio Assis & FRANÇA, Isadora Lins. *Do “gueto” ao mercado*. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/julio01.pdf>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

Homossexuais Militantes, no Rio de Janeiro, atraindo grupos organizados de todo o país. As principais reivindicações desse encontro foi a inclusão na Constituição Federal do respeito à “opção sexual” e a retirada da homossexualidade da lista das doenças mentais.

Já em abril de 1980, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), realizados em São Paulo. Dessa vez, quem ficou responsável pela organização foi apenas o “Somos”. O evento contou com a cobertura do jornal *Lampião da Esquina* e a participação de organizações homossexuais de todo o país. Entre as deliberações oriundas deste evento, ficou decidido o compromisso de todos os grupos participantes na ação pela alteração do Código de Doenças referente a “transtornos sexuais”.

Não obstante, a preparação do encontro serviu para acirrar ainda mais as desavenças dentro do grupo. Segundo Trevisan, a situação ficou insustentável quando, durante o evento, foi proposto por parte dos integrantes da ala socialista do Somos, sob a liderança de Jimmy, a votação de uma moção que pretendia obrigar todo o Movimento Homossexual a participar da comemoração do 1º de maio, dia dos trabalhadores, em São Bernardo do Campo, cidade próxima a São Paulo. De acordo com seu relato:

O grupo insuflado e inspirado pelos trotskistas propunha uma participação compulsória e irrestrita. O grupo adversário ponderava que o número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o Movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si; propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória dos grupos e sim uma decisão particular ou individual. Fui um dos que se opuseram à participação compulsória, para horror dos esquerdistas-de-algibeira ali presentes. Eu sabia, sobejamente, que a chamada “liderança proletária” costumava esconder, debaixo do seu apelo à unidade, todo tipo de imposição e manipulação, já que só aceitava a unidade conforme ditada por seu Comitê Central.¹¹⁵ (TREVISAN, 2007, p. 355).

Segundo Simões & Facchini, essas divergências resultaram na formação de uma nova organização denominada de “Outra Coisa”. Aproveitando o embalo, o subgrupo formado por lésbicas resolveu também se desvincular do Somos e fundar o “Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF).” Os autores ainda contam que, mesmo rachado, foi logo após esse fracionamento que o Somos realizou sua principal ação pública. Segundo eles, na tarde de 13 de junho de 1980, os militantes se reuniram em frente ao Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra a campanha “Operação Limpeza”, promovida pela polícia civil do estado e comandada pelo delegado José Wilson Richetti, contra os frequentadores noturnos do centro da

¹¹⁵ Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7º ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 355.

cidade, em sua maioria gays e travestis. No entanto, passado esse acontecimento, o grupo sofreu mais dissensões, dissolvendo-se de vez no ano de 1982.¹¹⁶

Para alguns militantes e pesquisadores que vivenciaram esse período, a dissolução do Somos, juntamente com o fechamento do jornal “Lampião da Esquina”, em junho de 1981, representou um declínio do movimento homossexual brasileiro. No entanto, para alguns estudiosos e ativistas contemporâneos, o fim do grupo representou, na verdade, o início de uma segunda fase do MHB com a emergência de novos grupos organizados e a presença de novos personagens marcantes na cena política homossexual.¹¹⁷ É nesse período que surgem, em Salvador, o Grupo Gay da Bahia, fundado sob a liderança de Luís Mott, e o grupo Adé Dudu, a primeira organização homossexual de negros no país. A trajetória política desses coletivos baianos é de extrema importância para se compreender as diversas formas de luta e de resistências na defesa da liberdade de existir e de ter direitos por parte dos homossexuais no Brasil.

Entretanto, antes que essa narrativa se apresente como um ensaio causal e linear acerca da trajetória dos movimentos homossexuais no Brasil, é imperativo analisar de forma mais aprofundada como é que se constrói na Bahia, notadamente em Salvador, devido a uma maior visibilidade de homossexuais, no período anterior a fundação do Grupo Gay da Bahia, uma identidade coletiva e uma subjetividade política focada numa maior emancipação do homossexual. Nesta descontinuidade, torna-se importante também observar o trânsito de significantes e significados operados sobre o signo da homossexualidade que se inscrevem como novidades no real e que deslocam as suas representações¹¹⁸.

¹¹⁶ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 114.

¹¹⁷ Para Simões e Facchini, o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil pode ser dividido em três “ondas” ou fases: a “primeira onda”, focalizada no período que corresponde a “abertura política”, de 1978 em diante, quando surge o grupo Somos e o jornal Lampião da Esquina; a “segunda onda”, da qual o Grupo Gay da Bahia faz parte, marcada pelo processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e pelas mobilizações em torno da Assembleia Constituinte e no combate à epidemia do HIV-AIDS; e a “terceira onda”, iniciada a partir de meados da década de 1990, caracterizada pela parceria entre Estado e grupos homossexuais organizados, pela adoção da designação LGBT para identificar o movimento e a consagração das “Paradas do Orgulho LGBT” em todo o país. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina, op. cit., p. 14.

¹¹⁸ Diferentemente do sistema estruturalista formulado pelo linguista Ferdinand Saussure, Jacques Derrida elaborou a “teoria da desconstrução”, na qual o signo em vez de ter um significante (imagem acústica) que sempre se refere a um significado (conceito), passa a ser compreendido, por meio de seus “rastros”, como contendo uma cadeia de significantes e significados. “Isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação.” Cf. DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. 2ª ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1995, p. 232.

CAPÍTULO II

SOB O SIGNO DO PECADO: A AGITAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL HOMOSSEXUAL NA BAHIA

Em um ato sem precedentes, a Santa Sé publicou, ontem o Código Sexual Contemporâneo para os católicos, atacando “a descontrolada exaltação do sexo”, e condenando toda relação sexual extra-matrimônio, assim como relações homossexuais, o onanismo e a exacerbação dos sentidos. O documento não altera nenhum dos dogmas tradicionais da igreja no que diz respeito ao sexo, mas apresenta com franqueza e clareza inusitadas a rejeição vaticana dos argumentos da sociedade atual – e mesmo de alguns teólogos católicos – em favor da liberalização da ética em assuntos sexuais. (...) Com relação aos homossexuais, o documento afirma que “não podem ser aprovados, em caso algum”, embora “os que são homossexuais em virtude de uma espécie de instinto inato ou de uma constituição patológica tida como incurável... certamente devem ser tratados com compreensão e auxiliados, na esperança de poderem superar suas dificuldades pessoais e sua incapacidade de adaptação na sociedade”.¹¹⁹

A publicação do “Código Sexual Contemporâneo” pelo Papa Paulo VI, em 1976, noticiada acima pelo jornal baiano “A Tarde”, um dos jornais de maior circulação em Salvador nos anos 1970, pode ser compreendida como uma reação da Igreja Católica aos movimentos de liberação sexual que emergiram em todo o mundo a partir da década de 1960. Com esse documento, os católicos visavam frear o que eles denominaram de “descontrolada exaltação do sexo”, provocada, sobretudo, pelo movimento *hippie*, pela geração *beat* e, tratando-se de Brasil, pela estética “tropicalista”,¹²⁰ esta última liderada pelos baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil. Além dessas incursões, o emergente movimento homossexual, que surgiu nos Estados Unidos em 1969 e que se espalhou numa dimensão global, despontava como uma grande ameaça aos valores morais e éticos de conduta sexual prescritos pela doutrina católica.

Embora estas proibições expressas neste documento tenham representado mais um reforço dos temas da austeridade sexual adotados pela igreja do que necessariamente uma inovação, como atesta a reportagem, no que tange mais precisamente à homossexualidade,

¹¹⁹ JORNAL A TARDE, Salvador, 16 de janeiro de 1976, p. 7.

¹²⁰ Segundo Napolitano e Villaça: “Seus eventos fundadores são localizados em 1967, embora o Tropicalismo, como movimento assim nomeado, tenha surgido no começo de 1968: na música - sua maior vitrine - através das inovadoras propostas de Caetano e Gil, no III Festival de Música Popular da TV Record de 1967. No teatro, com as experiências seminais do Grupo Oficina, ou seja, as montagens d' *O Rei da Vela* e de *Roda Viva*. No cinema, acompanhando a radicalização das teses do Cinema Novo, em torno do lançamento de *Terra em Transe*, de Glauber Rocha. Não poderíamos deixar de citar as experiências das artes plásticas, sobretudo as elaboradas por Hélio Oiticica, área menos reconhecida pelo grande público, apesar de ter sido o campo onde a palavra Tropicália ganhou significado inicial, adquirindo as feições gerais que mais tarde a consagrariam. (...) Apesar do seu hiper-criticismo, a Tropicália será a face positiva, prospectiva e culturalmente inovadora, do processo histórico marcado pelos "impasses" catalizados pelo golpe militar de 1964”. Cf. NAPOLITANO, Marcos e VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 35, São Paulo: 1998.

percebe-se um leve deslocamento de discurso. Nesta direção, o médico e professor baiano Thales de Azevedo,¹²¹ ao respaldar esta carta papal, observa que a Igreja Católica tratou desse tema “caridosamente” na medida em que distinguiu o “pecado” do “pecador”, ou seja, que manteve a homossexualidade como ato abominável, mas demonstrou compaixão para com aqueles homossexuais que se reconheciam como naturalmente degenerados ou eram diagnosticados como doentes. Com isso, a caridade cristã, cujo escopo autorreferenciado era compreender e auxiliar àqueles que possuíssem alguma carência, não alterava efetivamente o discurso inatista da identidade patológica atribuída a esses grupos. Entretanto, seguindo esta linha interpretativa de Azevedo, na prática, este novo discurso da igreja não gerava nenhuma alteração para os ditos homossexuais que continuavam a ser vistos como sujeitos inferiores e condenados a viver sob a marca do pecado, da doença e do crime, como veremos adiante.

Sem embargo, uma leitura mais atenta acerca dessa nova postura adotada pela Igreja católica evidencia, com efeito, uma outra preocupação por parte desses religiosos. Ao abrir uma “concessão” aos homossexuais que se viam enquanto “anormais” ou “enfermos”, o clero católico, inevitavelmente, reconheceu a emergência de novas significações sobre o ser homossexual pelos idos de 1970, notadamente, a partir dos impactos gerados pelos movimentos de liberação gay após o ano de 1969 e pelas novas produções literárias sobre o tema. Estas hodiernas concepções sobre a homossexualidade passaram então a representar um grande perigo para os ensinamentos da fé católica. Este temor era compartilhado ainda por outras instituições sociais, como a família, a escola e o Estado. Neste diapasão, o jornal “A Tarde” noticiou em 1977, na seção “Preserve a Saúde”, a inquietação de uma leitora com a maior visibilidade de homossexuais no final dos anos 1970. Segue um trecho da nota:

Uma leitora diz que está preocupada com o aparente aumento do número de homossexuais, depois de lê tanto sobre eles nos jornais e vê-los desfilarem na televisão. Ela pergunta se os homossexuais são loucos ou perigosos e se seu número está realmente aumentando. O homossexualismo provavelmente tem recebido mais atenção do que merece na imprensa e na televisão. Não há dúvida de que o interesse público pelo fenômeno tenderá a diminuir com o tempo. Não há provas científicas de que o homossexualismo esteja aumentando. O que acontece é que, cada vez mais os homossexuais são identificados, porque declaram abertamente suas preferências homossexuais.¹²²

Neste fragmento, fica perceptível o pânico e o desconforto da sociedade em geral com o crescimento das aparições de homossexuais na cena pública. Todavia, não é bem verdade que que a temática da homossexualidade não fosse retratada na imprensa e na televisão nos anos

¹²¹ AZEVEDO, Thales. Das Normas à Irresponsabilidade. *Jornal A Tarde*. Salvador, 23 de janeiro de 1976.

¹²² JORNAL A TARDE. Salvador, 31 de outubro de 1977.

anteriores. O que mudou, de fato, foi um maior aparecimento de discursos na grande mídia que nem criminalizava nem patologizava a homossexualidade. Segundo a historiadora Rita de Cassia Colaço Rodrigues,¹²³ durante este período de Ditadura Civil-militar no Brasil, os jornalistas que não abordassem a temática da homossexualidade pela perspectiva desqualificadora e ridicularizante poderiam ser indiciados pela previsão legal exposta no artigo 17 da Lei nº 5.250 (Lei da Imprensa),¹²⁴ de 9 de fevereiro de 1967, sob a acusação de ter ofendido a moral pública e os bons costumes: A punição se estendia ao cárcere por tempo determinado e ao pagamento de multas pecuniárias, tal era a força disruptiva que tinha determinados comportamentos sexuais para o tecido social.

Esta violência discursiva se traduzia nas ruas por uma forte repressão policial. Em Salvador, assim como nas demais grandes cidades brasileiras, regularmente, os policiais realizavam “rondas” e “batidas” em boates, bares e casas de hospedagem frequentadas majoritariamente por indivíduos que buscavam sociabilidade e práticas eróticas com pessoas do mesmo sexo. No ano de 1975, a Delegacia de Jogos e Costumes (DJC), comandada pelo delegado Armando Campos de Oliveira, deu início a uma ação denominada por ele de “operação *hippie*” que tinha como objetivo “limpar” a capital baiana de indivíduos identificados com a contracultura *hippie*, prostitutas e homossexuais.¹²⁵ Acusados de atentarem contra a moral e os bons costumes, os homossexuais eram presos como criminosos e expostos a todos os tipos de humilhação, como se vê na matéria abaixo:

A “batida” contra a hospedaria da Rua Alfredo Brito ocorreu por volta das duas horas da madrugada, quando agentes da DJC, chefiados pelo comissário Clóvis Bonfim, vasculharam o local e verificaram a existência de vários casais de homossexuais nos quartos. O proprietário da hospedagem, Carlos Alberto Oliveira Pereira, foi imediatamente detido e levado – junto com os frequentadores – para a delegacia. Várias irregularidades no funcionamento do estabelecimento foram constatadas.¹²⁶

Fica nítido então que ser homossexual na Bahia dos anos 1970 era ter sua existência marcada pelos signos combinados do pecado, do crime e da doença. O movimento homossexual que se organizou em Salvador a partir de 1980, sob a égide do Grupo Gay da Bahia, além de

¹²³ Para mais informações acerca da censura ao tema da homossexualidade nos meios de comunicação durante o Regime Militar no Brasil, ver COLAÇO, Rita de Cassia Rodrigues. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

¹²⁴ “Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes: Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.” Cf. BRASIL. Congresso Nacional, Lei nº 5.250, 9 de fevereiro de 1967.

¹²⁵ Informações extraídas de matérias publicadas no Jornal *A Tarde*. Cf. JORNAL A TARDE, Salvador, 27 de maio de 1975; e JORNAL A TARDE, Salvador, 3 de junho de 1975.

¹²⁶ JORNAL A TARDE. Salvador, 10 de outubro de 1978.

ter dado continuidade às principais demandas suscitadas na primeira fase do MHB, encampou uma série de lutas que, em última instância, tinham como meta também desarticular estes significados negativos atribuídos à homossexualidade. No entanto, para se compreender melhor esse trânsito de sentidos operados pela militância homossexual baiana na década de 1980, bem como suas ações, é salutar adentrar um pouco mais nesta “Salvador dos homossexuais” do final da década de 1970.

Neste sentido, esse capítulo tem como escopo discutir a agitação político-cultural em torno da homossexualidade em Salvador no final dos anos 1970 e a organização de grupos homossexuais no estado a partir da década de 1980. Com este intuito, torna-se premente identificar os espaços urbanos destinados a prática da homossociabilidade e do homoerotismo na capital baiana, o papel da imprensa alternativa na promoção do amor pelo mesmo sexo, bem como a movimentação político-cultural de sujeitos esparsos em prol de uma maior visibilidade homossexual neste período. Igualmente, investiga-se a respeito da formação do primeiro grupo organizado de homossexuais na Bahia, o Grupo Gay da Bahia, e sobre a fundação do Grupo Adé Dudu e a sua atuação na luta contra a dupla opressão que recai sobre o homossexual negro. Apesar de se tratar de uma secção mais centrada na análise de fontes documentais e narrativas históricas, muitas das questões teóricas discutidas no capítulo anterior estão também compreendidas nesta análise. Da mesma forma, novos conceitos foram introduzidos, sobretudo, no que tange à análise dos usos da cidade e da atuação política dos sujeitos no espaço urbano. Aqui, foram utilizadas fontes, tais como referências bibliográficas; matérias publicadas na imprensa alternativa, em especial no Jornal “Lampião da Esquina” e no Jornal “Inimigos do Rei”, e na grande mídia, no Jornal “Tribuna da Bahia” e no Jornal “A Tarde”; boletins informativos do Grupo Gay da Bahia; estatuto e dossiês elaborados pelo grupo Adé Dudu; e fontes orais de cunho memorialístico.

2.1 Salvador dos homossexuais: sujeitos e espaços de homossociabilidade na capital baiana no final da década de 1970

A partir da segunda metade do século XX, a sociedade brasileira passou por importantes transformações, muitas delas ocasionadas pela aceleração do processo de urbanização gerado pelo grande fluxo de migrações internas. Com isso, nas décadas de 1960 e 1970, as grandes cidades do país se tornaram o principal destino para um indivíduo interessado em ingressar numa sociabilidade homoerótica e expressar coletivamente sua identidade homossexual. Para o sociólogo alemão Louis Wirth, o fenômeno da urbanização não deve ser compreendido apenas como um processo de atração de pessoas e inchaço das grandes cidades,

mas também como um estilo de vida, uma influência que transpassa os limites do urbano.¹²⁷ As grandes capitais brasileiras, densidade demográfica e heterogeneidade, garantiam aos sujeitos ávidos em desfrutar dos prazeres do mesmo sexo uma espécie de anonimato.

Esta concentração de sujeitos em espaços públicos ou privados, visando uma sociabilidade homossexual nos anos 1970 e 1980, é o que os sociólogos e antropólogos urbanos denominam de “gueto homossexual”. Para Júlio Assis Simões e Isadora Lins França, “o ‘gueto’ é importante na medida em que proporciona um ambiente de contatos no qual as pressões da estigmatização da homossexualidade são momentaneamente afastadas ou atenuadas”.¹²⁸ Embora Simões e França reconheçam a importância da categoria analítica “gueto”, importada dos estudos sobre a concentração urbana da comunidade homossexual na cidade estadunidense de São Francisco, eles alertam que, no caso do Brasil, é preferível utilizar as categorias “mancha” ou “circuito”.¹²⁹ No entanto, tratando-se de uma análise historiográfica centrada nos decênios de 1970 e 1980, período em que o termo “gueto” era ainda muito disseminado no país, sobretudo, no discurso da militância homossexual, é recomendável o seu uso nesta discussão.

Vale salientar ainda que o lugar destinado aos homossexuais na estruturação social não fabrica apenas subjetividades, representações e práticas. A materialidade dessas produções se dá, principalmente, na ocupação do espaço e no uso que se faz dele. Conforme aponta Michel de Certeau:

Um *lugar* é a ordem (seja ela qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] O *espaço* é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram”.¹³⁰

Nesta perspectiva, “o espaço é um lugar praticado”.¹³¹ Segundo Certeau, os espaços se

¹²⁷ Segundo Wirth, são três as características básicas da cena urbana: quantidade de população, densidade da população e heterogeneidade. Desse modo, o sociólogo alemão define as cidades “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”. Cf. WIRTH, Louis. *O Urbanismo como Modo de Vida*. In: VELHO, Otavio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 95.

¹²⁸ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FRANÇA, Isadora Lins. *Do “gueto” ao mercado*. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/julio01.pdf>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

¹²⁹ De acordo com José Guilherme Cantor Magnani: “são as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante.” [...] A noção de circuito se refere ao exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito *gay*, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e shows black, do povo-de-santo, dos antiquários, dos clubblers e tantos outros”. Cf. MAGNANI, José Cantor Guilherme. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº 49, 2002, pp. 22-24.

¹³⁰ Cf. CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16º Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 184.

¹³¹ Cf. CERTEAU, Michel. *Op. Cit.*, p. 184.

especificam pelas ações dos sujeitos históricos. É por excelência existencial. Por conseguinte, são zonas identitárias. Assim, os espaços urbanos de Salvador, recortados pelos amantes do mesmo sexo no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, podem ser perspectivados como verdadeiros laboratórios de troca de experiências e de produção de novas subjetividades, identidades e pertencimentos homossexuais.

Não obstante, a existência desses espaços delimitados para a prática do amor pelo mesmo sexo, por si só, evidenciavam a negação dos direitos civis dos homossexuais. Para Sandra Jatahy Pesavento, o reverso da cidadania é a exclusão social dos indivíduos, sua segregação espacial, seu direcionamento para os “maus lugares”.¹³² Percebe-se então que a cidade não é apenas uma arena de disputa. É também o que se disputa. Assim, na mais acabada tradução do léxico urbano, o que se encontra é o poder, as relações de poder. Para Michel Foucault, o que delineaia um território é sempre um certo tipo de poder que o vigia e o controla¹³³.

Dentro ainda dessa concepção de uma dimensão política do uso dos espaços urbanos, o sociólogo brasileiro Rogério Proença Leite distingue dois planos espaciais: o espaço urbano, faixa territorial urbana, e o espaço público, definido pelas ligações existentes entre as atuações dos sujeitos numa determinada espacialidade, dando-lhe sentidos de lugar e pertencimento, e a projeção que este espaço lança sobre eles, funcionando assim como uma espécie de tábua de cálculo de “estratégias e táticas” que os orienta as suas ações.¹³⁴ Dessa forma, enquanto que para Certeau se tem um espaço somente quando um plano geométrico urbanístico é cruzado e estriado por diversos sujeitos – “lugar praticado” –, Leite percebe uma espacialidade urbana anterior e fora do sujeito, mas que podem vir a se tornar um espaço público a partir da sua apropriação enquanto arena política. O sociólogo alarga a abrangência desse conceito quando estende a noção de espaço público para além do uso das ruas, compreendendo também as instituições públicas e os estabelecimentos privados de uso comum.

Estes espaços públicos de homossociabilidade em Salvador foram cartografados pelo “Grupo Gay da Bahia” na primeira edição do “Guia Gay da Bahia”, publicado em 1981. Neste informativo produzido pelo grupo são listados os principais locais e estabelecimentos de sociabilidade homossexual na capital baiana no final dos anos 1970 e início da década de 1980,

¹³² Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

¹³³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 157.

¹³⁴ LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17. Nº 49. Junho/2002.

alguns deles em funcionamento desde os anos 1940 e 1950. Nesse excursão pelo gueto homossexual de Salvador, duas regiões da cidade se destacam por atrair grandes agrupamentos de pessoas amantes do mesmo sexo: o centro e a extensa orla da cidade.¹³⁵

Na região central, as áreas de maior concentração eram: a Praça da Sé e o Terreiro de Jesus, pois muitos dos seus frequentadores residiam no Pelourinho; a Rua da Ajuda, com suas travessas e becos escuros que permitiam práticas sexuais “mais livres”; a Praça Municipal, devido à grande circulação de pedestres que utilizavam o Elevador Lacerda; a Praça Castro Alves, principalmente nos dias de carnaval; a Praça da Piedade; a Rua Carlos Gomes; Largo dos Aflitos; e a Praça do Campo Grande. Na orla, no roteiro indicado pelo grupo, as principais áreas de convergência homossexual eram o Porto, o Farol e o Cristo da Barra, principalmente aos sábados e domingos, a Pituba, a Praia dos Artistas, no bairro da Boca do Rio, e a Praia de Placaford.¹³⁶

Neste momento, já se pode perceber também em Salvador a formação de um “mercado gay” com a presença de bares e boates voltadas ou tendo como principais frequentadores um público homossexual, em sua maioria das camadas médias, e em alguns casos, travestis e “michês”.¹³⁷ Dentre esses estabelecimentos, destacavam-se a sofisticada Boate “Holmes”, situada no bairro do Gamboa; Boate “Tropical”, na Baixa dos Sapateiros; Boate “Safari”, na Rua Carlos Gomes, comandado por Waldeilton Di Paula; e os bares “Cactus”, localizado no “Beco dos Artistas”, no Garcia, “Salum”, no Relógio de São Pedro, e o “Oásis” e o “Braseiro”, na Carlos Gomes. De acordo com o “mapa homossexual” elaborado pelo GGB, em 1981, as lésbicas eram predominantes no “Zanzibar” e no “Barzim”.¹³⁸ Numa carta enviada para o Jornal “Lampião da Esquina”, o soteropolitano Paulo Emanuel também traça seu roteiro de homosociabilidade na cidade de Salvador. Segundo seu relato:

A porta do Teatro Castro Alves foi descoberta no verão passado, entre os shows de Caetano, Simone e outras. Os gueis [sic] invadiram e formaram o “clube da escada”. (...) Perto daí, no bairro de Fazenda Garcia, logo no começo, há um “beco” onde um francês inaugurou também pela mesma época do verão, um barzinho e restaurante. O barzinho era freqüentado pelos do “clube da escada” e por outros gueis, em geral classes B e A, que desfilavam os seus mais recentes modelos via Paris ou mesmo Iguatemi (shopping center). (...) Para gueis mais “barra pesada” (não há discriminação no tempo: somos todos iguais na noite, e no dia também), existem bares na Rua Carlos Gomes (centro) onde se pode encontrar companhia e bebida barata. (...) Nos bairros

¹³⁵ GRUPO GAY DA BAHIA. *Guia Gay Da Bahia*, 1981, 16 folhas.

¹³⁶ GRUPO GAY DA BAHIA. *Guia Gay Da Bahia*, 1981, 16 folhas.

¹³⁷ O termo “michê”, nesta acepção, refere-se “aos varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente”. Cf. PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 17.

¹³⁸ GRUPO GAY DA BAHIA. *Guia Gay Da Bahia*, 1981, 16 folhas.

da Vitória e Barra há também bares para gueis classe A. (...) No Terreiro, Pelourinho e adjacências, é fácil a pegação barra pesadíssima, com michês. (...) Na minha modesta opinião, o clube da escada é o melhor local para quem vem de fora. (...) E ainda tem o fato de que se encontra aí pessoas de nível cultural alto, com quem se pode, além de transar um ótimo relacionamento sexual, trocar idéias [sic], sensibilidades, talentos, vida. (Paulo Emanuel).¹³⁹

As expressões “gueis classe A” e “gueis barra pesada”, conforme a distinção fornecida por Paulo Emanuel, já possibilita perceber no meio desses “iguais” a existência de marcadores hierárquicos que os diferenciavam. A ênfase dada às classes sociais dos frequentadores desses estabelecimentos comerciais, por parte desse informante, evidencia as desigualdades socioeconômicas e culturais no interior da comunidade homossexual. Para o cientista político Juan P. Pereira Marsiaj, os locais públicos são sempre mais ocupados por homossexuais de classes mais baixas, expostos a todo tipo de vulnerabilidade, enquanto os espaços privados, saunas, bares, boates e outros, devido ao alto custo financeiro, concentram um maior número de homossexuais das classes média e alta, muitas vezes identificados com a representação do “entendido”.¹⁴⁰ Estes conflitos de classe entre os amantes do mesmo sexo na cena gay de Salvador foram evidenciados pelo “Grupo Gay da Bahia”, no artigo intitulado “Bahia by Night”, publicado em seu boletim informativo em abril de 1982. Segundo os militantes baianos:

Lastimavelmente, os gays baianos contam com mínimas opções na noite soteropolitana. Não temos nenhuma sauna gay. O principal cinema freqüentado pelos entendidos, o Capri, desde que pegou fogo, deixou a turma desamparada, passando vexame no Bristol devido à medieval intransigência de um tal gerente que mais parece um leão de chácara. Nem todos dispõem de Cr\$ 1.000,00 para passar uma noite no Holmes agora com máquina que solta neve e fogo londrino, tudo importado dos States. A boite Tropical, a Cr\$ 200,00 embora não seja tão violenta e baixo nível como muita bicha despeitada e metida a burguesa costuma alardear por aí, tem um inconveniente: os desagradáveis bofes e caçadores que costumam ficar estacionados na porta, inoportunos e muitas vezes perturbadores.¹⁴¹

O *status* socioeconômico, portanto, não definia apenas a classe social dos membros da comunidade, mas também o grau de marginalização que este sujeito poderia sofrer, podendo ser classificado como o “gay rico” ou “entendido”, mais palatável numa sociedade considerada heteronormativa, ou a “bicha pobre”, vulnerável a todos os tipos de discriminações. Com isso, fica nítido que, mesmo com o aumento dos espaços de homosociabilidade e de práticas homoeróticas na capital baiana, estes locais ainda eram poucos e restritos a um público seletivo, composto majoritariamente por homens brancos das camadas médias. A “bicha despeitada”

¹³⁹ JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano 2. Nº 14, Julho de 1979, p. 4.

¹⁴⁰ MARSIAJ, Juan P. Pereira. *Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL. Vol. 10. Nº 18/19. 2003.

¹⁴¹ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I. Nº 3. Abril de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, 38.

(mal comportada e violenta) e “metida a burguesa” (pobre e fora do seu lugar social) são a personificação social que funciona claramente como marcador de uma assimetria. Segundo o boletim, trata-se de uma coexistência transversalmente indesejada. Na própria apresentação do “Guia Gay da Bahia” de 1981, o GGB expõe uma Salvador para o turista interessado em desfrutar dos prazeres com mesmo sexo em sua visita, como uma cidade de desempregados, pobre e violenta, principalmente, se comparada as grandes cidades do sul-sudeste do país.

Diante destas limitações financeiras, muitos baianos ansiosos em praticar sexo entre iguais buscavam outros pontos de encontro de homossexuais que fossem mais acessíveis, como era o caso dos cinemas, como o “Cine Astor”, na Rua da Ajuda, o “Bistol”, no Politeama, e o “Pax”, na Baixa dos Sapateiros, entre outros, ou até mesmo sanitários públicos, que também eram utilizados para práticas homoeróticas.

Estes relatos acerca da espacialização da homossexualidade em Salvador no início da década de 1980, além de demarcar os locais de homosociabilidade e homoerotismo, deixam escapar ainda uma certa “tipologia” dos amantes do mesmo sexo na cidade. De acordo com a classificação sistêmica formulada por Luiz Mott (1987), existiam três grandes grupos: gays ou bichas, “travestis”,¹⁴² e homens com práticas homossexuais, como “caçadores”,¹⁴³ michês e “bofes”.¹⁴⁴ Esses sujeitos eram distribuídos de forma hierárquica dentro de uma escala social que ia desde “tipos” mais subalternizados, aqueles que mais se aproximavam do papel de gênero e sexual feminino-passivo, até os “tipos” dominantes, aqueles que mais reproduziam o lugar do masculino-ativo. Com isso, na prática, esta tipologia servia também para medir o grau de repressão que cada praticante de sexo entre iguais poderia sofrer a partir da sua posição nesta hierarquia sexual. Dessa forma, as travestis e os “bichas-loucas”, por performarem publicamente os registros de gênero atribuídos às mulheres ou ao feminino, eram as mais vulneráveis a todo tipo de violência, fosse ela simbólica ou física.¹⁴⁵ No interior do gueto

¹⁴² “Os travestis formam o grupo que mais se aproxima da aparência do sexo oposto, muito embora nunca seja supérfluo recordar que travestir-se de mulher, aplicar seios de silicone ou desenvolvê-los à custa de hormônios femininos, adotar nome e roupas femininas – toda essa parafernália mulheril – não implica obrigatoriamente em fantasias e práticas sexuais similares à do sexo feminino no que se refere a “ser penetrado” – Há muito travesti que na cama assume o papel de macho, sendo ativos e inclusive super-dotados”. Cf. MOTT, Luiz. *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia*. Salvador: Editora Espaço Bleff, 1987, p. 10.

¹⁴³ “Caçador é o termo mais antigo na Bahia para identificar rapazes que transam com gays em troca de alguma vantagem material, seja dinheiro, um simples vale-transporte, um acarajé ou de presentes e somas mais valiosas. Tais rapazes, contudo são “free-lancers”, não vivem desse expediente”. Cf. MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000, p. 60.

¹⁴⁴ “O termo “bofe” faz parte do vocabulário dos homossexuais brasileiros ao menos desde a década de 30. (...) Bofe é sinônimo de homem, ou melhor, do varão que ostenta aparência máscula, e do qual geralmente se espera que seja sexualmente ativo-penetrador”. Cf. MOTT, Luiz. *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia*. Salvador: Editora Espaço Bleff, 1987, p. 24.

¹⁴⁵ “Compreende-se que, sob esse ponto de vista que liga sexualidade a poder, a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher”. Cf. BOURDIE, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria

homossexual, essas agressões poderiam advir dos próprios homens que não se viam enquanto homossexuais, apesar de frequentarem estes locais em busca de práticas homoeróticas, ou até mesmo de policiais. Davi Aranha, membro-fundador do GGB, em seu depoimento, narra esta insegurança vivida pelos amantes do mesmo sexo dentro dos espaços de homossociabilidade e erotismo em Salvador no final dos anos 1970. Segundo ele:

Todas as noites tinha ronda dentro das boates. A polícia chegava desligava o som, desligava tudo, e a polícia entrava para olhar lá, não sei o quê. Porque lá só tinha homens que gostava de homens e música eletrônica. Então não sei, exatamente, o porquê dessas “batidas”. Porque as “batidas” dentro das boates não acontecia em boates heterossexuais. Na época, frequentávamos outras boates na cidade, como a “Zum Zum”, como a “Maria Fumaça”, na Barra, que eram boates frequentadas por heterossexuais e não tinha as “batidas” policiais dentro dessas unidades. Então foi também uma forma de discriminar [os homossexuais].¹⁴⁶

O testemunho de Davi Aranha deixa claro as tensões e os riscos que enfrentavam os frequentadores do gueto homossexual na busca por uma homossociabilidade e por práticas homoeróticas em Salvador no final dos anos 1970. Isso fazia com que muitos homossexuais, por vezes, optassem por outros espaços e eventos para a prática de interações homossexuais na capital baiana, como os concursos de misses, os terreiros de candomblé, os bailes e as manifestações de rua no carnaval, a exemplo da tradicional lavagem da escadaria do antigo Palácio dos Esportes, localizado na Praça Castro Alves, realizada por um grupo de travestis,¹⁴⁷ bem como as reuniões e “shows” particulares das “turmas”.

Em consonância com o que afirma Carlos Figari, desde a década de 1950, já se podia observar, nas grandes cidades, os ajuntamentos de homossexuais em casas ou apartamentos privados com a finalidade de organizar festas temáticas, desfiles de moda, encenação de peças de teatro, entre outras atividades. Estes grupos funcionavam ainda como uma espécie de família improvisada, principalmente, para aqueles que vinham do interior.¹⁴⁸ O estilista e apresentador de TV, Waldeilton Costa de Paula, mais conhecido como Di Paula, nome recorrente na cena homossexual baiana desde 1960, foi um dos integrantes das chamadas turmas de homossexuais em Salvador. Estes grupos de amigos eram organizados, clandestinamente, em residências privadas, e funcionavam como uma espécie de “laboratórios identitários”, assim como os concursos de misses, os terreiros de candomblé, os bailes e as manifestações de rua no carnaval,¹⁴⁹ que propiciavam para seus integrantes trocas de experiências e de sensibilidades e

Helena Kühner. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 32.

¹⁴⁶ Depoimento concedido por Davi Aranha, em 24 de março de 2016.

¹⁴⁷ JORNAL A TARDE. Salvador, 8 de fevereiro de 1978.

¹⁴⁸ Cf. FIGARI, Carlos. *@s “outr@s” Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, pp. 378-380.

¹⁴⁹ Expressão utilizada por Carlos Figari. Cf. FIGARI, Carlos. Op. Cit., p. 367.

uma autoafirmação homossexual. Di Paula, em entrevista dada ao antropólogo inglês Peter Fry, cita pelos menos três dessas turmas em Salvador, a “VIDs (Verv importante Doils)”, a “Carimbós” e a turma “Os Intocáveis”.¹⁵⁰ Esses grupos de homossexuais com suas atividades lúdicas foi o que permitiu que Di Paula vislumbrasse, já nesse momento, a possibilidade de mudar os rumos de sua vida, ingressando numa via artística. Num outro depoimento, concedido ao jornal “A Tarde”, o estilista baiano traça um breve resumo da sua biografia.

Sou da cidade de Alagoinhas e me sinto um sertanejo de alma, pois passei toda a minha infância em Queimadas. (...) Vim para Salvador, já rapaz, e prestei vestibular para Direito, na Ufba. Fui aprovado. Mas, por força da vida artística, tive que transferir o curso para Faculdade de Direito da católica. Cheguei ao terceiro ano, mas já estava envolvido com o mundo artístico, e atraído pelo consumismo. Ganhava o suficiente e desfrutava bens, como carro último modelo. Tudo isso proporcionado pelo salário de bancário que recebia no Banco de Londres, onde trabalhei por 18 anos. Quando eu conheci Álvaro Guimarães, no auge da carreira teatral e na TV, e o seu produtor Carlos Borges, a minha vida tomou outro rumo.¹⁵¹

Esta desistência da carreira burocrática estável para se aventurar numa carreira artística, por parte de Di Paula, deveu-se também, em muito, às suas encenações teatrais, às organizações de concurso de misses e aos “jornaizinhos” que retratavam os interesses do universo homossexual já frequentado por ele.

A produção de “jornaizinhos” era um traço comum entre essas turmas de homossexuais. Entre os anos de 1962 e 1964, chegou até a funcionar no Brasil uma Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG), fechada pela ocasião da instauração do Golpe Civil-militar de 1964.¹⁵² No contexto da Bahia, Di Paula foi o responsável por pôr em circulação os primeiros periódicos voltados para um público homossexual, ainda que para um contingente bem restrito.

O primeiro desses jornais produzidos por Di Paula foi o “Fotos & Fofocas”, publicados entre os anos de 1962 a 1967, em exemplar único, composto de desenhos coloridos, que ia passando de mão em mão até voltar para a posse do seu editor. Em seu conteúdo, este periódico ilustrava os integrantes da turma performando mulheres glamourosas vivendo situações típicas de senhoras da alta sociedade. Esta publicação foi substituída por pelo “Zéfiro”, lançado em 1967, que já era datilografado, e este último, por sua vez, deu lugar ao “Baby”, em 1968, que já contava com uma produção em maior escala, com tiragem de cinquenta exemplares. O “Little

¹⁵⁰ FRY, Peter. História da Imprensa Baiana. In: JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 4, Agosto-setembro de 1978, p. 4.

¹⁵¹ JORNAL A TARDE. Entrevista com Di Paula: da Advocacia para Televisão. Revista da TV. Salvador, 10 de junho de 2001, p. 12.

¹⁵² A ABIG era dirigida por Anuar Farah, da Turma OK, e por Agildo Guimarães, fundador do jornal *Snob*. Cf. LIMA, Marcus Antônio Assis. Da Ditadura à Grande Mídia. Historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da Mídia Alternativa: Histórias & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2009, p. 237.

Darling”¹⁵³ apareceu somente em 1970, diferenciando-se bastante dos seus antecessores. Trazia em suas edições além das fofocas das turmas, críticas do cinema e do teatro, informações acerca do estilo de vida homossexual no Brasil e no mundo e outras notícias que compunham o universo de interesses de Di Paula. Saía com tiragem de cem exemplares. Por ocasião da visita de Winston Leyland que desaprovou o nome “Little Darling”, por considerá-lo “cafona”, Di Paula resolveu mudar o título desse jornal para “Ello”, o que, para ele, seria uma forma de expressar a sensação que muitos homossexuais tinham de não se reconhecer nem como “ele” nem como “ela”. Esse último periódico publicado por Di Paula, além de um maior profissionalismo, destacou-se também por ter uma coluna assinada por Anuar Farah, integrante da “Turma OK”, e por ter dado ênfase às experiências homossexuais de seus leitores na sessão “A Primeira Vez”.¹⁵⁴

A despeito do pioneirismo de Di Paula, seus periódicos também foram alvos de críticas que partiam de indivíduos inseridos na própria comunidade homossexual. Numa nota publicada no jornal “Lampião da Esquina”, intitulada “Pauladas na Bixórdia”, José Alcides Ferreira afirmou que publicações como o “Little Darling”, diferentemente do “Lampião”, não passavam “de uma camarrilha machista que só consegue se impor através do ridículo, da vulgaridade e do *beautiful people* indigesto”.¹⁵⁵ Esta declaração de José Alcides gerou uma forte indignação em Fry que, mesmo admitindo um viés machista nestas publicações, procurou rebater essas críticas, sustentando que esses “jornaizinhos” eram produtos das limitações impostas aos homossexuais numa determinada época e que com o tempo eles foram se adequando às novas concepções sobre a homossexualidade, sendo o Jornal “Lampião da Esquina”, inclusive, beneficiado por essas primeiras produções jornalísticas que se voltaram para um público homossexual. Sobre a ausência de uma política homossexual nos periódicos do estilista baiano, Carlos Borges, amigo e produtor do programa “Na Intimidade” que foi apresentado por Di Paula, no ano de 1981, fez a seguinte confissão:

Os homossexuais baianos não identificam em Di Paula o tipo de homossexual que eles eram ou queriam ser. Di Paula era “embaixador” dos travestis.¹⁵⁶ Por isso que eu

¹⁵³ Peter Fry conta que a escolha do título desse jornal foi uma homenagem de Di Paula a um garoto que ele namorava nas aulas de inglês e que tinha recebido esse apelido por parte do professor. Cf. FRY, Peter. História da Imprensa Baiana. In: JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 4, Agosto-setembro de 1978, p. 4.

¹⁵⁴ Estas informações detalhadas acerca dos jornais produzidos por Di Paula, nos anos 1960 e 1970, foram extraídas da sistematização elaborada por Peter Fry em sua matéria publicada no Jornal *Lampião da Esquina*, ver FRY, Peter. História da Imprensa Baiana. In: JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 4, Agosto-setembro de 1978, p. 4.

¹⁵⁵ JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 2, Junho-junho de 1978, p. 14.

¹⁵⁶ Onde tem escrito travestis, leia-se transformistas, ou seja, homens que se montavam com indumentárias e trejeitos femininos para fazerem shows em boates gays.

te falei que o primeiro rompante de indignação em favor da liberdade e do amor veio dos travestis. Di Paula exercia uma liderança porque ele era uma pessoa muito inteligente, coisa que a maioria dos travestis não eram. Eram pessoas muito simples. (...) Eu me lembro de ter tido um outro [jornal produzido por Di Paula]. Eram toscos, feito de mimeógrafo, que era o que era possível para fazer, e eles tinham essa característica de poder avisar – eles tinham classificados – festas, trocas de algumas coisas... Eram muito primitivos. (...) Di Paula não acreditava no conflito como forma de despertar uma consciência homossexual. (...) Ele era um homossexual conservador cujo a veia libertária se manifestava na arte e na cultura. Não se manifestava no discurso político, não se manifestava em tomadas de posições, porque ele tinha muito medo de perder a posição que ele alcançou, o dinheiro que ele conseguiu, o conforto que ele prezava acima de tudo. Ele era muito preocupado, extremamente preocupado, com bem-estar material dele. Ele sabia ou tinha medo que qualquer coisa que colocasse ele numa posição mais polêmica poderia fazer com que ele perdesse alguns espaços que ele não queria perder¹⁵⁷.

O testemunho de Carlos Borges é contundente acerca do posicionamento de Di Paula em relação a uma política de defesa dos direitos dos homossexuais. Pode-se perceber neste discurso de Carlos que a representação do homossexual efeminado já começa a perder espaço para outras representações da homossexualidade, provavelmente, mais masculina e próxima do *gay power* estadunidense. As ideias de simplicidade, rusticidade e primitivismo atribuídos às “travestis” serviam de antítese da afirmação dessa referência, suplementando hierarquias admitidas no meio gay. Por este prisma, era óbvio que a atuação de Di Paula, mais ligada a moda e os concursos de “miss-gay” e misses na Bahia, não fosse tão apreciada por boa parte de muitos outros homossexuais baianos que se colocavam como arautos de um certo entendimento do que era ou deveria ser o comportamento homossexual respeitável.

Sem embargo, o que não se pode negar é que os jornais produzidos por Di Paula ou suas aparições na TV lançavam luz sobre a temática da homossexualidade. Em seu programa “Na Intimidade”, transmitido pela “TV Itapoan”, canal de televisão local de grande audiência neste período de transição dos decênios de 1970 para 1980, Di Paula entrevistava, principalmente, artistas identificados pela opinião pública com a homossexualidade, como era o caso de Ney Matogrosso, Cazuzza, Zizi Possi, entre outros.¹⁵⁸ Nota-se, com isso, que Di Paula, mesmo seguindo a linha de outros homossexuais famosos como era o caso de Clóvis Bornay¹⁵⁹ e Clodovil Hernandez,¹⁶⁰ dava a sua contribuição para pôr as questões referentes à homossexualidade na pauta do dia, ampliando assim a visibilidade homossexual na Bahia e, sobretudo, em Salvador.

¹⁵⁷ Entrevista concedida por Carlos Borges em 16 de maio de 2016.

¹⁵⁸ JORNAL A TARDE. Entrevista com Di Paula: da Advocacia para Televisão. Revista da TV. Salvador, 10 de junho de 2001, p. 12.

¹⁵⁹ Clóvis Bornay foi um museólogo e carnavalesco que constantemente era chamado para ser jurado em programas de auditório da televisão brasileira na década de 1970.

¹⁶⁰ Clodovil Hernandez foi um famoso estilista, apresentador de televisão e político brasileiro.

Vale salientar ainda que, no intervalo de 1978 a 1980, a capital baiana experimentava também uma forte efervescência artístico-cultural, sobretudo, nos campos da música, sob a influência da vanguarda tropicalista, e do teatro. No que diz respeito à cena teatral, várias peças que foram montadas ou que passaram por Salvador, neste ínterim, tinham como tema central a questão da homossexualidade. Dentre esses espetáculos, destacam-se a peça “Terezinha de Jesus”, de autoria de Ronaldo Ciambone, que contava a história de um rapaz que foi expulso de casa por ser homossexual e ao chegar na cidade grande assumiu uma outra identidade sexual;¹⁶¹ a peça “Os Filhos de Kennedy”, de Roberto Patrick, que tinha como um dos seus protagonistas um personagem homossexual narrando as suas vivências;¹⁶² a peça “Rapaz de Aluguel”, de Jurandyr Ferreira, que também trazia a homossexualidade como tema;¹⁶³ e a peça “Gracias a la Vida” que foi produzida pelo grupo “Teatro Livre da Bahia”.¹⁶⁴ Nesta última, a temática da homossexualidade foi retratada por um viés político em contraposição a uma concepção “machista, bizarra e folclórica” do homossexual masculino.¹⁶⁵ Para João Augusto, integrante desse grupo teatral e colunista do jornal “A Tarde”, em seu artigo intitulado “Quem é quem no teatro baiano?”, a relação entre teatro e ação política deveria ser sempre simbiótica. Sobre isso, ele comenta:

Teatro, além de arte, é caminho – um caminho onde o homem aprende a assumir a sua verdade. A se respeitar e respeitar o ser humano. Arte não é ornamento há muito tempo. É uma necessidade do homem, um instrumento de percepção do homem, onde ele sofre uma ação transformadora de si mesmo e do mundo, onde ele exercita aquela consciência e liberdade pelas quais somos e nos definimos como seres humanos.¹⁶⁶

Por esta ótica, a peça “Gracias la vida” representou um dos primeiros esforços em direção à construção de identidades homossexuais politizadas na Bahia. Outros impulsos vieram dos movimentos sociais que começavam a emergir ou se reorganizar em Salvador, neste ano de 1978. O Movimento Estudantil, o Movimento Feminista e o Movimento Negro Unificado, de forma dialógica, começaram a problematizar os direitos dos homossexuais na Bahia. Dentre estes, alguns integrantes do movimento negro, que analisaremos mais à frente, e alguns estudantes anarquistas passaram a incluir a defesa pelo “amor livre” ou pelo “amor pelo

¹⁶¹ JORNAL A TARDE. Salvador, 16 de novembro de 1978.

¹⁶² JORNAL A TARDE. Salvador, 19 de novembro de 1978.

¹⁶³ JORNAL A TARDE. Salvador, 31 de julho de 1978.

¹⁶⁴ O Teatro Livre da Bahia foi uma companhia teatral conduzida por Sônia dos Humildes e que teve como um dos seus principais atores Benvindo Siqueira. Do início da década de 1970 até a sua morte, em 1979, João Augusto dirigiu várias peças produzidas por esse grupo. Cf. SILVA, Denise Pereira. João Augusto e o Teatro Livre da Bahia: Artistas, intelectuais e o Estado na Bahia nos anos 1970. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

¹⁶⁵ JORNAL A TARDE. Salvador, 30 de julho de 1978.

¹⁶⁶ JORNAL A TARDE. Salvador, 6 de agosto de 1978.

mesmo sexo” dentro dos seus campos de atuação.

Em 1977, estudantes das faculdades de Filosofia, Economia, Ciências Sociais e Comunicação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), resolveram fundar um jornal anarquista que passou a se chamar “O Inimigo do Rei”. Esse periódico foi distribuído em todo o Brasil, de 1977 a 1988, e desde seu primeiro número se engajou na luta em defesa das minorias. Segundo o cientista social Nildo Avelino (2004), além de “anarquismo”, no jornal poderia se encontrar ainda temas como “sindicalismo, feminismo, o homem do campo, problemas de racismo, homossexualidade, autogestão etc.; (...) igualmente uma forte coloração contracultural que é a marca de seu tempo, valorizando as discussões sobre maconha e aborto, e divulgando a música jovem e rebelde do tropicalismo baiano”¹⁶⁷.

A temática da homossexualidade apareceu pela primeira vez nas páginas do jornal na edição nº 4, publicada em março de 1979. Antes disso, na edição de outubro de 1978, João Silvério Trevisan, membro-fundador do grupo Somos-SP e do Jornal “Lampião da Esquina”, havia enviado uma carta à redação do “O Inimigo do Rei” para denunciar a “censura” imposta pelos editores do jornal “Movimento”¹⁶⁸ aos seus textos que discutiam temas do interesse dos homossexuais.¹⁶⁹ Esta quarta edição tinha como capa a reportagem “Além de preto, bicha”, do jornalista Hamilton Vieira, um dos fundadores do grupo Adé Dudu, como veremos adiante, e trazia ainda a discussão sobre homossexualidade e política. Pautando-se num viés ontológico da homossexualidade, os anarquistas baianos expunham a seguinte opinião:

O homossexualismo é uma possibilidade erótica que está em todos os indivíduos. Existe a possibilidade de se gozar com o mesmo sexo. Dizer que não se gosta é uma questão de repressão sexual. Esta perspectiva existe como existe a possibilidade de se gozar com a própria mão. Com um pedaço de pano, um travesseiro, um colchão de espuma, uma bananeira ou um animal qualquer. (...) O porquê da homossexualidade ser tida como uma aberração está enraizado na sociedade escravocrata e no desperdício do sêmen, numa atividade puramente lúdica, sem finalidade reprodutora. A partir daí, a sociedade passou a persegui-la essa perseguição sobreviveu até nossos dias, perpetuando-se em todas as teorias de direita e em todas as teorias de esquerda, com exceção do anarquismo.¹⁷⁰

Depreende-se, portanto, que para esses anarquistas o amor pelo mesmo sexo era mais uma das possibilidades de se vivenciar o “amor-livre”. Segundo testemunho de Ricardo Liper, um dos fundadores do jornal e membro-fundador do Grupo gay da Bahia, era inconcebível, para ele, alguém se proclamar anarquista e adotar uma perspectiva “tomista” na sociedade.

¹⁶⁷ Cf. AVELINO, Nildo. *Ética e Antologia de Existências*. Rio de Janeiro: 2004, p. 87.

¹⁶⁸ O Jornal *Movimento* foi uma das mais importantes publicações da imprensa da esquerda alternativa durante a Ditadura Militar. Este periódico circulou regularmente entre os anos de 1975 a 1980.

¹⁶⁹ JORNAL O INIMIGO DO REI. Ano 2, nº 3, Salvador, outubro de 1978.

¹⁷⁰ JORNAL O INIMIGO DO REI. Ano 3, nº 4, Salvador, fevereiro e março de 1979.

Sobre isto, ele declara:

(...) nós já tínhamos lido aqui o livro de Émile Armand sobre sexualidade, Emma Goldmam. Já tinha falado de “amor livre”, aí uma “zebra” qualquer daqui do Brasil (não estou me referindo a ninguém), porque foi criado dentro de uma cultura católica, misturou o catolicismo sem saber com o anarquismo, aí quis dar um modelo familiar, heteronormativo. Acha feio se falar de “amor livre”, se falar de liberdade sexual... Aí é que está! Você obedece quem? Uma “zebra” que pensa de forma “zebrista” ou você segue a tradição do anarquismo que é polemizar? (...) O anarquismo foi umas das primeiras teorias a falar abertamente sobre sexualidade e defender o amor livre. Amor livre, inclusive, de gênero e sexo das pessoas. Daniel Guérin, inclusive, teve uma vida sexual muito livre. Então, não tinha o porquê a gente ser colonizado, fazer esse grande mal ao anarquismo, esse “anarcotomismo”, não teria sentido.¹⁷¹

Liper, além de abordar a homossexualidade por um soslaio político no Jornal “O Inimigo do Rei”, era o responsável também por fazer circular em Salvador o Jornal “Lampião da esquina”.¹⁷² Com isso, além de “imprimir utopias anarquistas”, o jornal “O Inimigo do Rei” funcionou também como um canal de politização da homossexualidade na Bahia.

Percebe-se, portanto, que já existia em Salvador, entre aos de 1978 a 1980, toda uma agitação político-cultural em torno da homossexualidade. Entretanto, não é possível falar ainda da existência de um movimento homossexual na capital baiana, pelo menos, não nos moldes de uma ação coletiva consciente em prol de uma finalidade única, como já se configurava em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a fundação de grupos Somos-SP e Somos-RJ. No entanto, já é perceptível na capital baiana, neste período, alguns focos de ativismo homossexual e alguns grupos de sujeitos que, mesmo esparsos, já se posicionavam em defesa dos direitos dos homossexuais. A análise dessa “movimentação” homossexual em Salvador, assim como da atuação dos primeiros grupos organizados de homossexuais no país, é crucial para se compreender a formação de um movimento homossexual na Bahia, em 1980, que tem como marco principal a fundação do Grupo Gay da Bahia.

2.2 “Gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados...”: a formação do Grupo Gay da Bahia (GGB)

A partir dos anos 1980, muitas das questões que emperravam o Movimento Homossexual Brasileiro em sua primeira fase, como as divergências político-ideológicas, resistências a qualquer forma de burocratização, a ausência de uma identidade homossexual coletiva consolidada e o afastamento do gueto gay, foram deixadas de lado. Ao invés disso, essa

¹⁷¹ Depoimento de Ricardo Liper presente no vídeo-documentário “O Inimigo do Rei – imprimindo utopias anarquistas, de 2007, produzido por Carlos Baqueiro e Eliene Nunes.

¹⁷² LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano 1, nº 5, outubro de 1978.

década presenciou o surgimento de grupos de homossexuais empenhados em discussões mais orgânicas, menos resistentes à institucionalização, focados numa identidade homossexual já estabelecida e preocupados com uma politização da homossexualidade tanto dentro quanto fora do movimento. No entanto, esse processo é marcado por continuidades e descontinuidades, visto que muitas das principais reivindicações dessas novas organizações foram ainda suscitadas pelos primeiros grupos organizados de homossexuais. Além disso, essas vicissitudes no estilo de militância refletem também as contradições sociopolíticas do processo de redemocratização enfrentado pelo país. É neste contexto que é fundado em Salvador, em 29 de fevereiro de 1980, o Grupo Gay da Bahia. A partir daí, impulsionada pela criação do GGB, tem início uma nova fase da “politização” da homossexualidade no Brasil que tem o grupo baiano como o principal agente desse processo de transição.

O surgimento do Grupo Gay da Bahia está vinculado à chegada a Salvador daquele que seria o seu principal articulador: o antropólogo Luiz Mott. Nascido em São Paulo, numa família de classe média, Mott se mudou para a cidade mineira de Juiz de Fora na adolescência e aos 17 anos entrou para um convento em Belo Horizonte. Entretanto, decidiu largar o noviciado e retornou para seu estado natal onde ingressou na carreira acadêmica na área de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e posteriormente passou a ensinar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Já em 1978, Mott foi convidado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) para ministrar algumas aulas como professor visitante. Logo que chegou à Salvador, Mott conheceu o estudante baiano Aroldo Assunção com quem iniciou um namoro. Em um dos seus passeios com Aroldo, Mott conta que foi agredido por um morador de rua, apenas por ser homossexual. Esse incidente, segundo ele, foi determinante para que ele se unisse a outros homossexuais baianos e formassem um grupo na luta pelos direitos civis dos homossexuais. Em entrevista concedida, Mott faz referência a esse “mito de origem” do grupo. Segundo ele:

Eu vim para Salvador após sete anos de professor na Unicamp e um casamento de cinco anos e um divórcio. Vim para começar vida nova já que eu tinha me assumido publicamente em 1977, em Campinas. Vim com um companheiro, Roldão Lima, do Maranhão. Depois de um mês de estado aqui eu conheci Aroldo Assunção que foi meu primeiro grande amor baiano, durante sete anos, co-fundador do Grupo Gay da Bahia. Inclusive, foi ele que batizou o nome como GGB. Era época de tropicalismo e de grande desbunde. Vim como professor visitante da Universidade Federal da Bahia, gay assumido, e logo fui vítima, em 1979, de uma agressão no Farol da Barra. Levei um “tapão” na cara de um homófobo e foi isso que, praticamente, despertou a minha sensibilidade para fundar um grupo aqui em Salvador. Eu tinha, ainda em 1979, escrito uma mensagem no “Lampião”: “bichas baianas, rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienadas. Vamos fundar um grupo de luta pelos nossos direitos”. Dei o endereço da minha casa porque eu não tinha caixa-postal nem nada. A primeira reunião foi no dia 29 de fevereiro de 1980, foi no meu apartamento, na Federação.

[Compareceram] dezessete pessoas, entre jornalistas, estudantes e profissionais liberais. (...) O grupo foi fundado ainda na Ditadura e tivemos que enfrentar problemas como registro e todo temor de perseguição policial, por isso agimos discretamente no início e depois nos tornamos mais visíveis.¹⁷³

Mott conta em seu depoimento que enviou um anúncio para o Jornal Lampião da Esquina, ainda em 1979, muito antes da primeira reunião do Grupo Gay da Bahia em 29 de fevereiro de 1980, convocando os homossexuais baianos para se organizarem em defesa dos seus direitos. Todavia, mesmo que esta convocatória tenha sido enviada no ano anterior, ela só foi publicada pelo jornal na edição de março de 1980, ou seja, dias depois da fundação do grupo. Dessa forma, a mensagem de Mott, na verdade, serviu mais para corroborar uma mobilização coletiva que já vinha ocorrendo em torno da questão da homossexualidade na Bahia. A reprodução desse anúncio na íntegra deixa bem claro que esse grupo formado por jornalistas, estudantes universitários e profissionais liberais, já se reunia para discutir os direitos civis dos homossexuais antes mesmo desta data, como se pode ver: “E atenção, gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados – Participem de um grupo de discussão sobre homossexualismo. Para maiores informações, escrevam para Luiz Mott: Rua Milton de Oliveira, 114, 40000, Salvador, Bahia”.¹⁷⁴

Davi Aranha, um dos membros-fundadores do GGB, ao tratar a respeito da formação do grupo, em seu depoimento, afirma que antes da chegada de Mott à Salvador e da fundação do Grupo Gay da Bahia, já existia, no final da década de 1970, um núcleo de indivíduos que se encontravam no centro da cidade para discutir sobre os direitos dos homossexuais, passando até mesmo a ser vistos por parte dos demais frequentadores do gueto homossexual soteropolitano como sendo os “gays ativistas”. Segue um trecho da sua declaração:

Mott, para mim, é um mestre. Nos encontramos em uma dessas reuniões, desses encontros, e ele me convidou para fazer parte do movimento. Ele me deu um nome que se chamava “Piu-piu” que era o nome que eu assinava as minhas pichações na cidade. (...) Mott foi o agregador, foi o líder que reuniu todas essas cabeças, todas essas pessoas em um só pensamento e buscar uma direção. Mas, a gente já participava de movimentos sociais na cidade, o movimento negro já existia. Então toda essa efervescência cultural também existia. Quando Mott chegou só fez agregar e dar valor ao pensamento em uma linha única, na diretriz dessas buscas desses direitos sociais, desses direitos políticos, dos homossexuais.¹⁷⁵

Além de Davi Aranha, destacam-se também, dentre os membros-fundadores do GGB, nomes como os de Ricardo Líper, Antônio Pacheco, também conhecido como Tony Pacheco, Alexandre Ferraz, Hédimo Santana, Wilson Santos, Aroldo Assunção e Huides Cunha. Percebe-

¹⁷³ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2016.

¹⁷⁴ JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano 2. Nº 20. Janeiro de 1980, p. 10.

¹⁷⁵ Depoimento concedido por Davi Aranha, em 24 de março de 2016.

se então que, embora a iniciativa de formar um grupo político em torno da homossexualidade tenha partido de Luiz Mott, já havia naquele momento toda uma agitação político-cultural em Salvador para a construção de um movimento homossexual baiano. Muitos desses que vieram a se tornar membros do grupo já se posicionavam em defesa da homossexualidade, mesmo sem fazer parte de um grupo propriamente homossexual. Em entrevista concedida a Silva (1998), Mott dá a sua versão sobre este processo de formação do grupo:

Na época, um militante do movimento homossexual de São Paulo... que era baiano, voltou a Bahia. Ele entrou em contato comigo, colocou-me em contato com alguns anarquistas, jornalistas e professores. Essas pessoas também tinham pensado em organizar algo relacionado a movimento gay. Fizemos os primeiros contatos e marcamos a primeira reunião do Grupo Gay da Bahia. Foi no dia 29 de fevereiro de 1980... era um ano bissexto!! Reunimo-nos, dezessete pessoas num sábado à noite, estavam o Aroldo, Ricardo Líper, o caso de Ricardo Líper que era o Antônio Carlos Pacheco, um outro que chamava-se Alexandre Ferraz – anarquista-jornalista –, Carlinhos e o seu caso... Wilson. Este último era negro... ele se separou do Grupo Gay depois de dois anos e fundou o Adé Dudu.¹⁷⁶

Ricardo Líper, Tony Pacheco e Alex Ferraz, juntamente com outros estudantes da UFBA, foram os fundadores do jornal “O Inimigo do Rei”. Era por influência dos três que a defesa do amor pelo mesmo sexo era assunto recorrente nas páginas do jornal. Além dos anarquistas, dentre esses integrantes era notável também a participação de Wilson Santos que, desde 1979, já atuava no “Movimento Negro Unificado (MNU)” baiano,¹⁷⁷ onde teve contato com as ideias de Edson Santos Tosta, mais conhecido como “Tosta Passarinho”, que tentava aliar sua luta por igualdade racial com a defesa da liberdade de amar o mesmo sexo.¹⁷⁸ O interesse deste por essa questão resultou na fundação do “Adé-Dudu – Grupo de Negros Homossexuais”, em 14 de março de 1981, formado por ele e mais sete integrantes, como analisaremos mais adiante.

Com isso, a iniciativa de Mott foi de importante para reunir atores sociais que já lutavam, ainda que de forma não organizada, pelos direitos civis dos homossexuais. Além disso,

¹⁷⁶ Depoimento concedido por Mott a Cláudio Roberto da Silva, em 22 de junho de 1995. Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998, p. 460.

¹⁷⁷ O movimento negro contemporâneo na Bahia tem como marco a criação do Bloco Afro Ilê Aiyê, no Curuzu, bairro da Liberdade, em 1974, sob a liderança de Antônio Carlos dos Santos, o “Vovô”. A partir daí se inicia uma onda de valorização da cultura africana e afirmação da identidade negra em Salvador. O Movimento Negro Unificado Bahia, fundado em 1978, foi resultado dessa agitação cultural, bem como de uma série de acontecimentos que propiciaram a emergência do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) que depois ficou conhecido apenas como MNU, em São Paulo, em 18 de junho de 1978. Para mais informações, ver MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978 – 1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

¹⁷⁸ Estas informações podem ser encontradas na entrevista concedida por Wilson Santos ao blog “Adé Dudu”. Disponível em: <http://adedudu.blogspot.com.br/2011/05/um-pouco-de-historia.html>. Acesso em 02 de março de 2012.

sua convocação direta e o fato dos demais membros não terem nenhum envolvimento com partidos políticos de esquerda fizeram com que o grupo se voltasse exclusivamente para as demandas da homossexualidade, contrapondo-se assim ao grupo “Somos-SP” que, desde a sua fundação, foi marcado por uma quebra-de-braço interna sobre a questão da participação ou não na considerada “luta maior” – luta de classes. O que contribuiu, em alguma medida, para a cisão do grupo.

Outra importante diferença do movimento homossexual baiano em relação à militância do Grupo “Somos-SP” dizia respeito à construção de uma identidade homossexual coletiva. Enquanto o “Somos” trazia a necessidade de uma afirmação identitária homossexual no próprio nome, o GGB já nasce com essa identidade definida e consolidada compondo uma das suas siglas. Não obstante, antes de isso representar um contraponto entre esses dois grupos, veremos que se trata mais de um processo de relativa continuidade que possuía um papel legitimador das vinculações entre grupos com propósitos admitida e aparentemente semelhantes. Com efeito, o grupo baiano em sua fundação tratou de pôr em prática as ideias sobre homossexualidade que já estavam sendo discutidas nos outros grupos homossexuais do Brasil e difundidas nacionalmente pelo Jornal “Lampião de Esquina”¹⁷⁹. Uma prova disso foi que logo de início o grupo iria se chamar “Somos/Bahia”. No entanto, intentou-se marcar algumas distinções que demonstram a movimentação ou transitoriedade identitárias. Por isso, logo depois, por sugestão de Aroldo Assunção, é que o grupo foi definitivamente batizado de Grupo Gay da Bahia”:

Inicialmente o primeiro grupo a existir no Brasil era o “Somos”. O grupo Somos de São Paulo que foi fundado em 1978, 1979, nessa faixa. Inicialmente o GGB ia se chamar “Somos Bahia” e quem batizou o nome do grupo foi Aroldo. Aroldo Assunção que sugeriu o nome de “Grupo Gay da Bahia”. Então a partir daí que é que surgiu o grupo.¹⁷⁹

A escolha do vocábulo “gay” já era um indicativo de que se tratava de um grupo de homens de orientação homossexual e com identidade sexual masculina, enfatizando, assim, em

¹⁷⁹ Entrevista concedida por Marcelo Cerqueira, atual presidente do Grupo Gay da Bahia, em 27 de fevereiro de 2012. Vale ressaltar que Marcelo Cerqueira só ingressou no Grupo Gay da Bahia em meados da década de 1980, portanto, os dados cedidos por ele, anteriores a isso, por mais que tenham um caráter memorialístico, trata-se de uma “memória herdada”, pois foram informações adquiridas no convívio com Luiz Mott e demais membros-fundadores do grupo. O conceito de “memória herdada” se encontra nas formulações do sociólogo Michael Pollak. Segundo ele, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.” Cf. POLLAK, Michael. *Memória e identidade Social. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5.

seu discurso, as relações homossexuais conjugais baseadas no modelo igualitário, em contraposição ao binarismo “bicha/bofe”. De todo modo, o uso desse termo internacionalizava o movimento homossexual que surgia na Bahia, alinhando-o com os acontecimentos do *Gay Liberation* nos Estados Unidos. Neste sentido, a representação do “entendido”, mais característica das turmas de homossexuais que se formaram nas grandes cidades brasileiras na década de 1960, também não davam conta das pretensões desses militantes homossexuais baianos. Em defesa da identidade gay, o grupo se pronunciava da seguinte forma, retomando de um ponto de vista positivado as temporalidades mítico-fundadoras e trans-históricas para legitimar a sua existência efetiva e nominal:

Muita gente pensa que “gay” é uma invenção da língua inglesa. Engano! Desde o século XII, na língua catalão-provençal (prima do português), já se utilizava o tremo “gai” para referir-se a rapazes alegres, trovadores, sodomitas, isto é, homossexuais. No português, os termos gaiato, gaiatice, gaio, vêm da mesma raiz. Portanto, é com muito orgulho que usamos “gay” para nos auto-identificar, pois não foi uma expressão imposta pela medicina (como a palavra homossexual, somente inventada em 1869), nem é pejorativo como várias expressões-palavrões correntes em nossa sociedade. E como “gay” é um termo internacional, o GRUPO GAY DA BAHIA pede encarecidamente aos homossexuais brasileiros que escrevam GAY e não “guei”, pois GAY está mais próximo das nossas raízes. OK¹⁸⁰?

Já assumidos, a primeira aparição pública do GGB ocorreu em 13 de maio de 1980, em um ato público do MNU baiano contra o racismo e a falsa abolição da escravatura. Aproveitando a ocasião e a multidão que aguardava o som dos tambores da banda “Olodum”, Mott subiu no palanque para discursar sobre a dupla discriminação sofrida pelos homossexuais negros na sociedade baiana. Esse discurso era fruto dos debates que já ocorriam no grupo, levantados, sobretudo, por Wilson Santos. Uma importante fonte de inspiração teórica para essa discussão foi a matéria “Além de preto, bicha”, de Hamilton Vieira, publicada no jornal “O Inimigo do Rei”, em 1979.

Já em dezembro de 1981, o GGB foi convidado para participar da reunião de preparação do II Encontro de Grupo Homossexuais Organizados (EGHO) do país. O Grupo Gay da Bahia, embora já tivesse sido criado, não participou do I EGHO que ocorreu em São Paulo. Esta prévia para o II EGHO ocorreu no Rio de Janeiro e contou com a participação de dezessete grupos. Além do Grupo Gay da Bahia, participaram deste encontro os integrantes do grupo Auê e do Somos/RJ, do Rio de Janeiro, Beijo Livre, de Brasília, Terceiro Ato, de Belo Horizonte, Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), de Olinda, Somos/SP, Eros, Outra Coisa

¹⁸⁰ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano VII, nº 14, Abril de 1987. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 149.

e Libertos, de São Paulo, GOLS, do ABC paulista, Bando de Cá, de Niterói, Ação Lésbico-Feminista, também de São Paulo, e os grupos Alegria Alegria, Terra Maria, Fração Gay de Convergência Socialista e integrantes do Jornal “Lampião da Esquina”. No entanto, devido aos desentendimentos que ocorreram nesta reunião, o encontro nacional se tornou inviável.¹⁸¹ Em seu lugar, foram realizados dois encontros: o Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados e o Encontro de Grupos Organizados do Nordeste (EGHON), realizados em abril de 1981.

O primeiro EGHON ocorreu entre os dias 17 e 19 de abril de 1981, em Recife, e contou com a participação de cinco grupos de homossexuais: o GATHO, o GGB, o Nós Também, de João Pessoa, o Dialogay, de Aracaju, e o Grupo Adé Dudu, fundado em Salvador, em 14 de março de 1981. Entre as principais deliberações desse encontro, ficou acordada a participação desse militantes na 33ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que ocorreria em Salvador, neste mesmo ano, a autonomia desses grupos homossexuais perante os partidos políticos que se reorganizaram ou começaram a surgir com o fim do bipartidarismo,¹⁸² e a criação da “Bichana”, uma revista que visava integrar os grupos organizados de homossexuais da região.¹⁸³ Estas deliberações foram levadas adiante pelo “Grupo Gay da Bahia”, sendo até cruciais para luta do grupo por conquistas de reconhecimento e direitos para os homossexuais.

Outra importante iniciativa do GGB, já discutida pelo MHB na prévia do II EGHO, foi a busca por reconhecimento social e legal e um acesso mais direto ao Estado organizado. Nesta meta, primeiramente, o grupo tratou de obter uma sede para as suas reuniões e organização das suas ações. Inicialmente, eles se reuniam aos domingos na casa de Luiz Mott, logo depois passaram a se reunir na sede do jornal “Inimigo do Rei”, que ficava localizada próximo ao “Relógio de São Pedro”, centro de Salvador. Com o aumento do número de participantes e o interesse do grupo por um espaço que permitisse a execução de diversas atividades voltadas para a comunidade homossexual surgiu, então, a necessidade de se adquirir

¹⁸¹ Segundo relato de Ronaldo Ribondi, publicado no jornal *Lampião da Esquina*, tendo como título “Notas sobre o ódio”, a prévia do II EGHO pareceu mais uma disputa de grupos opositores. “O clima de animosidade era também digno de um coquetel entre forças inimigas. Nunca se olhou tanto pelo rabo do olho nem se falou tanto pelas entrelinhas. Subitamente senti-me inimigo mortal de uma meia dúzia de pessoas que nunca havia encontrado antes, algumas que gostaria muito de conhecer e outras que me provocaram delírios maravilhosos, Muito destes mal-entendidos puderam ser desfeitos ou à noite ou no domingo pela manhã, quando algumas pessoas foram se refrescar na “Bolsa de Valores”, aquela prainha que a gente ouve falar tanto aqui em Brasília, Voltando ao assunto, tudo era como se os grupos disputassem a primazia de falar em nome dos homossexuais e quisessem demonstrar que a curta existência de cada um já lhes houvesse a maneira correta – e única – de conduzir a luta”. Cf. JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano 3. Nº 32. Rio de Janeiro, janeiro de 1981, p. 15.

¹⁸² Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁸³ JORNAL DA CIDADE. Recife, nº 222, 18 a 24 de abril de 1981.

um local que fosse de uso exclusivo. O responsável pela concretização desse projeto foi Luiz Mott, que adquiriu um imóvel por conta própria para a instalação do grupo. A inauguração festiva da nova sede do GGB na Escada da Barroquinha, Edifício Derby, ocorreu em 15 de abril de 1982.

Finalmente o GGB realiza um velho sonho: ter um lugarzinho só seu. Após quase dois anos nos reunindo na sede do Grupo Anarquista Inimigos do Rei, coordenado por Ricardo Liper e Toni Pacheco, conseguimos uma sede! Luiz Mott comprou uma quitinete e nos empresta gratuitamente, com total usufruto e controle do GGB. Embora pequenina, 40 m², situa-se em local privilegiado: na escada da Barroquinha, bem em frente a Praça Castro Alves! (Edifício Derby, nº. 502). A partir de Abril aí estará funcionando uma série de atividades do GGB: Arquivo e Biblioteca sobre homossexualismo, ponto de encontro e reuniões para as Gegetes e simpatizantes. Logo após a Semana Santa GGB oferecerá aos gays e lésbicas um plantão de atendimento médico gratuito, assim como uma assessoria jurídica, com dias e horários a serem brevemente divulgados.¹⁸⁴

A conquista da sede foi apenas o primeiro passo do grupo neste processo de institucionalização. Outra importante empreitada foi a elaboração de um estatuto nesse mesmo ano. Antes disso, a distribuição das tarefas e tomada de decisão no interior do grupo se davam por meio de consenso, de acordo com a concepção anarquista predominante no movimento, numa fórmula muito semelhante à do grupo Somos-SP. Nesse novo momento, criou-se um regimento interno estabelecendo um colegiado composto por seis conselheiros, seis coordenadores, tesoureiro, arquivista, secretário e o presidente e vice-presidente. Para Marcelo Cerqueira, essa nova postura do grupo foi uma estratégia encontrada pelos seus membros para delinear e viabilizar novos projetos. Segundo ele:

Inicialmente o GGB assumia uma postura anarquista. Por muito tempo funcionou dessa maneira, a gente não tinha estatuto, regimento interno, a gente não cobrava ficha de filiação das pessoas, achávamos que elas deveriam se inserir naturalmente no processo, não tinha registros de endereço, e nada disso. Então tínhamos esse ideal anarquista e assim foi por muitos anos. Somente a partir de 1983 o GGB começa a ser estruturado com estatuto, com CNPJ, como entidade legalizada da sociedade civil. Por ter essa postura anarquista o grupo não queria de maneira alguma se institucionalizar, a institucionalização veio por uma pressão de ações mais concretas que requeriam CNPJ.¹⁸⁵

Como antecipa Marcelo Cerqueira, o registro do Grupo Gay da Bahia enquanto entidade civil só ocorreu em 1983. No entanto, para alcançar esse objetivo o grupo enfrentou o que eles denominaram de uma “odisseia” que, pela primeira vez, tinha o Estado organizado como principal obstáculo. A ideia de odisséia é interessante, pois no mito grego é um trânsito forçado e involuntário, isso demonstra os deslocamentos, mesmo que estratégicos, traçados

¹⁸⁴ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, nº 03, Abril de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 29.

¹⁸⁵ Depoimento concedido por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012.

pelo grupo. Essa “saga” está narrada nos boletins do GGB:

Fizemos os Estatutos do GGB, tudo direitinho. Primeiro a secretária do Cartório de Salvador disse que devíamos passar pela Polícia Federal. Depois que o Juiz tinha de deliberar. O Juiz disse que o Tabelião é que devia dar o parecer. Este sugeriu o Corregedor. Que fôssemos a um cartório do interior que seria mais fácil. Tivemos de contratar um Advogado: agora os Estatutos encontram-se protocolados na Vara de Registro de Títulos Públicos, à espera do despacho. Esperamos que no próximo Boletim essa odisséia tenha sido coroada de sucesso. Afinal, nenhuma lei pode impedir que os gays se reúnam em sociedade civil. Impedi-lo é discriminação homofóbica. Pensamento positivo, amizade!¹⁸⁶

As metáforas utilizadas pelos ativistas do GGB, nesse período, sempre fazendo alusão à guerra, são bem elucidativas acerca do engajamento bélico que se formou em torno do reconhecimento civil do grupo. Inclusive, conseguiram angariar o apoio de militantes de outras regiões do país que também se propuseram a lutar o “bom combate”, como foi o caso do advogado João Antônio Mascarenhas, que cooperou oferecendo consultoria gratuita à organização. Contra a legalização do grupo, o cartório alegava que essa iniciativa era inédita, sem precedentes na jurisprudência brasileira, o mais indicado seria apelar a um juiz. Diante disso, eles contrataram como advogado Augusto Paula que apresentou ao juiz mais de vinte documentos anexos, justificando que nem a Constituição Federal, nem o Código Penal impediam que os homossexuais se organizassem legalmente. Perante toda essa mobilização e o irrefutável amparo legal da petição, o juiz Gudesten Soares, do Fórum Rui Barbosa de Salvador, proferiu, em 24 de janeiro de 1983, a seguinte sentença:

O homossexualismo é um fato da natureza e não conduta perniciosa, e jamais o seu direito de ser foi definido pelo Legislador Brasileiro como crime ou coisa que valha. O preconceito e a discriminação, sim, tiveram sempre a repressão da lei maior. A associação suplicante, pelo exame cuidadoso de seus Estatutos, devidamente publicados no órgão Oficial, tem fins objetivos, expressamente, definidos como culturais, científicos e recreativos; como poderia parecer aos menos avisados, não tem por finalidade levar a termo práticas HOMO ou HETEROSEXUAIS, com ofensa à lei. (...) Por isso, há de ser deferido o pedido de registro dos estatutos do GGB, como o defiro, mesmo que pareça estranho a quem pudesse negar lugar, no Jardim da Criação de Deus, às rosas rubras, brancas e amarelas só porque não são róseas. (...) Paga as custas, registrem-se os Estatutos.¹⁸⁷

Mesmo combinando discursos de calibres diferentes, que oscilam de visões mais socioculturais até as mais biologizantes, a decisão do juiz Gudesten Soares, além de garantir ao Grupo Gay da Bahia o registro de sociedade civil de interesse público, abriu um precedente judicial que afastava da forma da lei as significações sociais atribuídas à homossexualidade que

¹⁸⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano II, nº 05, dezembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 50 e 51.

¹⁸⁷ DIÁRIO OFICIAL. Diário de Justiça. Salvador, 4 de fevereiro de 1983.

eram estranhas ao Direito, como as noções de pecado, de crime e de doença. Para os militantes baianos, mais do que uma vitória do grupo, o posicionamento favorável de uma autoridade pública representou uma vitória para os homossexuais de todo o Brasil. Tal acontecimento foi noticiado por todo o país, tendo ressonância tanto na grande mídia impressa quanto televisiva. Não obstante, os objetivos “culturais, científicos e recreativos”, definidos pelo GGB em seu estatuto, e ressaltados pelo juiz, podem ser lidos como uma tática operada pelo grupo que tinha como finalidade principal desmontar o forte preconceito institucional contra a homossexualidade que imperava na justiça brasileira e a velada repressão à luta homossexual por parte do Estado ditatorial. Neste sentido, foi necessário que os militantes homossexuais baianos atenuassem no seu estatuto o viés de luta política em defesa dos direitos civis dos homossexuais.

De qualquer forma, a obtenção do registro de pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos, assim como a aquisição da sede, foi de grande importância para o desenvolvimento e fortalecimento do GGB em defesa do amor pelo mesmo sexo na Bahia e no Brasil. Tendo como principal objetivo “lutar contra todas as formas de discriminação de que são alvo os gays”, o Grupo Gay da Bahia inaugurou uma nova política homossexual no país, muito mais objetiva e focada nas fendas abertas pelo processo de redemocratização do Estado nacional.

Antes de nos aprofundarmos um pouco mais na discussão acerca da atuação político-cultural do GGB nos anos 1980, é importante salientar que, nesta primeira metade da década, foram fundados mais três grupos organizados de homossexuais em Salvador, o “Grupo Aquarius (Grupo de Libertação Homossexual)” e o “Grupo Adé Dudu – Grupo de Homossexuais Negros”, em 1981, e o “Grupo Libertário Homossexual (GLH)”, formado por mulheres lésbicas, em 1983. Infelizmente, se tem poucas informações acerca da atuação do “Aquarius” e do GLH. Pelos registros encontrados se depreende que esses grupos não funcionaram por muito tempo.¹⁸⁸ Em compensação, o Grupo “Adé Dudu” foi responsável por introduzir a discussão acerca da problemática de ser negro e homossexual no Brasil. Neste sentido, torna-se de grande importância a análise da trajetória desse grupo organizado de homossexuais negros na Bahia.

¹⁸⁸ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, nº 03, abril de 1982; BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano IV, nº 12, março de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 31 e 128.

2.3 “Além de preto, bicha”: intersecções entre “raça” e sexualidade na Bahia – a fundação do Grupo Adé Dudu

Salvador é internacionalmente conhecida como a capital mais negra do Brasil. Em 1980, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) já demonstrava que a porcentagem de negros e pardos na cidade era bem superior à da parcela branca da população.¹⁸⁹ Porém, na prática social, essa superioridade numérica não se convertia em diminuição das desigualdades raciais nem em melhores condições de vida para os negros que continuavam a sofrer com o racismo imposto por uma lógica sócio-histórica e cultural.¹⁹⁰ Com isso, diante de um grande densidade e heterogeneidade de pessoas não-brancas em Salvador, era de se esperar que a questão da discriminação racial fosse atravessada por outros marcadores sociais, como as questões referentes à classe social, ao gênero e à orientação sexual. O entrecruzamento dessas categorias heurísticas de análise da realidade social é o que muitos cientistas sociais denominam de “interseccionalidade”. Sobre este conceito, Kimberle Crenshaw afirma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.¹⁹¹

A interseccionalidade enquanto chave teórica de análise de duas ou mais opressões que recai sobre o mesmo indivíduo deriva das experiências de militância das feministas negras no Brasil, nas décadas de 1970 e de 1980. Com as suas participações no movimento feminista e no movimento negro, estas mulheres passaram a perceber que as suas lutas contra o racismo e o sexismo não estavam sendo totalmente contempladas pelas agendas desses movimentos sociais. Era necessário então organizar um movimento que desse conta da dupla opressão sofrida pelas mulheres negras no país.¹⁹² Esta constatação dessas mulheres serviu de base para que alguns

¹⁸⁹ Segundo Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, a identidade negra no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos que leva em consideração a afro-descendência, é definida pela cor da pele e outros traços físicos, sobretudo textura do cabelo. Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. & FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 290.

¹⁹⁰ Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*: Bahia. Rio de Janeiro. Vol 1. Tomo 5. Nº 15.

¹⁹¹ CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002, p. 177.

¹⁹² O “movimento de mulheres negras (...) surgiu da percepção de que existem especificidades na forma como mulheres e homens sofrem a discriminação racial. Lélia Gonzalez, uma das mais importantes ativistas negras nas décadas de 1970 e 80, foi uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da organização das mulheres negras. Em 1988, foi criado em São Paulo o GELEDÉS, uma organização política que tem como propósito o

negros homossexuais começassem a pensar acerca da especificidade de ser negro e homossexual no Brasil. O Grupo Adé Dudu, fundado em Salvador, em 14 de março de 1981, é herdeiro dessa tradição de pensamento. Num documento intitulado “A Participação dos Homossexuais no Movimento Negro Brasileiro”, Wilson Santos, um dos principais líderes do grupo e ex-membro do GGB, conta como se deu a formação do Adé Dudu.

Quatorze de março de 1981, sábado, uma casa emprestada, oito rapazes negros, homossexuais, reunidos. Estava sendo criado o Adé Dudu – Grupo de Negros Homossexuais, por alguns membros do MNU-Ba e outros que estavam chegando. Duas horas de discussões concluindo conversas anteriores e decidiu-se que o grupo deveria ser formalizado com uma Carta de Abertura, onde seriam colocados os seus objetivos: a luta contra o racismo, contra o machismo e a eliminação do preconceito dirigido ao homossexual negro, como também o apoio a todos oprimidos. Nesse mesmo documento explicou-se o nome do grupo, uma maneira de chegar mais junto às nossas raízes: Adé Dudu. Adé, forma utilizada nos terreiros de candomblé para designar os homossexuais e Dudu, palavra que significa negro em Iorubá, idioma falado em algumas regiões da África; muito falado em algumas localidades da Nigéria¹⁹³.

É importante notar que o Adé Dudu foi formado por indivíduos que já tinham uma experiência no ativismo negro e homossexual em Salvador. Além de Wilson Santos, que já militava no Movimento Negro Unificado baiano e no Grupo Gay da Bahia, destacam-se outros membros atuantes como Edson Santos Tosta, o Passarinho, um dos primeiros a levar o problema da discriminação dos homossexuais negros para a roda de discussão do MNU; Hamilton Vieira, que foi um dos primeiros a sistematizar as desigualdades entre homossexuais brancos e negros na Bahia; Ermeval, que também fazia parte do GGB; Marco e “Estevão dos Santos”, todos eles também integrantes do MNU-Bahia.¹⁹⁴

Todavia, desde o ano anterior, quando se fundou o Grupo Gay da Bahia, esses militantes homossexuais negros do MNU baiano já tinham a pretensão de fundar um grupo específico que lutasse contra a dupla opressão sofrida pelos negros homossexuais. Dessa forma, a saída de Wilson Santos do GGB para fundar o grupo Adé Dudu, mesmo levando em consideração as suas acusações relativas a existência de racismo dentro do grupo, não representou necessariamente uma dissidência do GGB.¹⁹⁵ A fundação do Adé Dudu está mais

combate ao racismo e a valorização das mulheres negras. Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. & FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 292.

¹⁹³ SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 39.

¹⁹⁴ Não obtivemos informações acerca dos outros dois membros que participaram da fundação do grupo Adé Dudu. Da mesma forma, não encontramos nas fontes documentais pesquisadas os de Ermeval e Marco. Já em relação a “Estevão dos Santos”, constatou-se que este nome se tratava de um pseudônimo.

¹⁹⁵ MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 273.

ligada ao surgimento de um discurso que unia a luta antirracista com o empenho em pôr fim à discriminação homossexual. Wilson Santos destaca pelo menos dois acontecimentos como marcos dessa irrupção prático-discursiva no Brasil: a intervenção de Passarinho, que veio a se tornar membro-fundador do grupo Adé Dudu, em sua fala contra a discriminação sofrida pelos negros homossexuais na Conferência sobre o “13 de maio”, ministrada pela antropóloga e militante negra e feminista Leila Gonzalez, em maio de 1978, em Salvador, e a publicação da matéria “Além de Preto, Bicha!”, de Hamilton Vieira, no jornal “O Inimigo do Rei”, em março de 1979.

Em seu artigo, Hamilton Vieira levantou uma série de questionamentos com o escopo de provar que os negros homossexuais sofriam mais discriminação que os homossexuais brancos na sociedade baiana. Para tanto, Hamilton Vieira refutou a tese de que não havia preconceito racial, mas meras desigualdades de ordem socioeconômica. Com isso, procurou demonstrar, por meio de vários depoimentos de homossexuais masculinos, negros e brancos, e de representantes da “Sociedade Malê-Cultura e Arte Negra”, que os privilégios sociais concedidos aos homossexuais brancos em detrimento dos homossexuais negros iam desde as ocupações profissionais até a predileção sexual dos turistas estrangeiros pelo “negro exótico”. Segue a problemática apresentada pelo jornalista:

Ser negro é ser minoria, logo estigmatizada. Nesse contexto, como o homossexual de cor se vê? O fato de ele ser negro não influi no aspecto da marginalização ser ainda mais forte? Ele não sofre mais acentuadamente a repressão imposta a todos os homossexuais devido ao fator cor? Outro aspecto a ser levantado é o seguinte: vivemos numa sociedade onde os valores culturais predominantes são de origem europeia. Nessa sequência de valores quase exclusivamente brancos, como se situa o indivíduo que possui características culturais distintas das desejáveis por toda uma sociedade? No caso por exemplo, do homossexual negro, o primeiro dado a ser levantado é este: no nosso país, a homossexualidade é marginalizada e até vista por muitos como uma espécie de crime. O outro dado a ser analisado é que as características culturais do negro, principalmente no campo da estética, não correspondem aos ideais desejáveis pela sociedade. Dentro desta engrenagem, como se situa o homossexual negro?¹⁹⁶

Conforme Wilson Santos, estas questões suscitadas por Hamilton Vieira, assim como o posicionamento de Passarinho, balizaram as ações do movimento homossexual negro em Salvador, no início dos anos 1980.¹⁹⁷ No entanto, Santos aponta ainda um terceiro acontecimento que, segundo ele, também teve uma influência decisiva para a fundação e atuação do Grupo Adé Dudu. De acordo com ele, as repercussões causadas pela intervenção de

¹⁹⁶ VIEIRA, Hamilton. *Além de Preto, Bicha!*. In: JORNAL O INIMIGO DO REI. Salvador. Nº 4. Ano 3, fevereiro e março de 1979, p. 14 e 15.

¹⁹⁷ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978 – 1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988, p. 26.

Passarinho, dessa vez no 1º Congresso do Movimento Negro Unificado, que ocorreu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1979, quando este se juntou com as mulheres do movimento para discutir problemas específicos enfrentados pelas mulheres negras e pelos homossexuais negros no Brasil, geraram forte impacto em quatro militantes negros do grupo Somos/SP que depois procuraram Passarinho para demonstrar seu apoio. A partir daí esses rapazes resolveram organizar um grupo independente que combatesse o racismo tanto fora quanto dentro do meio homossexual. Neste intuito, fundaram o “Grupo de Negros Homossexuais (GNH)” durante uma reunião geral do “Somos”, em 26 de junho de 1980, alegando a existência de manifestações racistas dentro do próprio grupo. Essa militância homossexual de São Paulo teve curta duração, aproximadamente um ano. Mas, segundo Wilson Santos, o GNH paulista serviu como uma importante fonte de inspiração para a formação do grupo baiano Adé Dudu.

Já constituído enquanto um grupo de negros homossexuais e fazendo jus à sua dupla militância, o Adé Dudu participou de dois encontros em abril de 1981: o I EGHON, realizado em Olinda, já mencionado, e o 2º Congresso do MNU, realizado em Belo Horizonte. Neste evento que reuniu a militância negra de todo o país, o grupo incluiu entre as pautas de discussão, a questão do negro homossexual. Nesta ocasião, foram aprovadas as seguintes propostas:

- A) O início imediato de contatos com os grupos homossexuais ou concentrações de homossexuais dos vários estados membros do MNU, para o início de trabalhos.
- B) Recomendação: a questão homossexual deveria ser discutida de forma tal a criar condições de expressão dos homens e mulheres diretamente envolvidos na questão.
- C) Os núcleos deveriam criar grupos de reflexão para discutir os temas: homossexualidade, machismo e a questão da mulher.
- D) O MNU dar seu apoio aos grupos homossexuais e às suas manifestações.
- E) Deveriam ser feitos contatos com grupos ou homossexuais do MNU com a finalidade de traçar uma política a respeito da questão.¹⁹⁸

Embora poucas dessas sugestões tenham sido implementadas pelo Movimento Negro Unificado, como atesta o próprio Wilson Santos, estas propostas encaminhadas pelo Adé Dudu, juntamente com o conjunto de reivindicações das mulheres negras que compunham o movimento, serviram como base para que na reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN) para a organização do 3º Congresso do MNU que se realizaria em abril de 1982, ficasse acordado que a questão da mulher negra e do homossexual negro deveriam ser discutida uma plenária mais geral. No entanto, já na preparação do evento, ficou claro que a homossexualidade negra seria apenas uma pauta acessória nesta discussão.

Este programa proposto pelo grupo Adé Dudu aos militantes negros do país foi parte

¹⁹⁸ SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 31.

das iniciativas do grupo que tinha como finalidade extinguir a discriminação homossexual dentro do movimento negro brasileiro. Para os militantes baianos, era necessário desconstruir a ideia de que a homossexualidade era característica de outras raças e culturas, um “vício” branco e europeu, portanto, estranho às tradições africanas. Por esta perspectiva, os homossexuais negros eram encarados pelo negros heterossexuais como sendo os traidores da raça negra. Outro argumento contrário à prática homossexual entre os negros, partia da concepção de que a homossexualidade masculina feminizava o homem negro, tornando-o frágil. O grupo Adé Dudu procurou rebater mais esse pensamento, sustentando que associar estritamente a masculinidade negra ao perfil do macho forte e robusto, é destinar os homens negros ao trabalho braçal e mal remunerado.¹⁹⁹ Wilson Santos, em seu testemunho a respeito da participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro, posicionou-se da seguinte forma:

Tenho uma posição crítica em relação à nossa participação em outras entidades negras, embora achado muito importante. Acho que os negros homossexuais dão mais de si, trabalham mais do que os outros membros como que para dar uma satisfação aos outros. Se aparecer uma bicha que não tenha esta intensidade de trabalho, será mais discriminada. Acho que muitos homossexuais buscam um reconhecimento quando se entregam a esse trabalho árduo... Um outro fato que vem entrando a nossa atuação é o grande número de homossexuais nas entidades negras e não assumidos, o que prejudica a visão de um todo.²⁰⁰

Este desabafo de Wilson Santos deixa bem nítida a discriminação e o desconforto em relação a homossexualidade ainda presentes no movimento negro brasileiro na década de 1980. Já em relação ao preconceito que os homossexuais negros sofriam no cotidiano de Salvador, o grupo Adé Dudu realizou uma pesquisa, intitulada “Negros Homossexuais”, com o objetivo de perceber como os negros homossexuais se viam “enquanto negros, enquanto homossexuais e enquanto negros homossexuais”.²⁰¹ Esta investigação se estendeu do final de abril até setembro de 1981, tendo como critério entrevistar todos homens e mulheres negras que se identificassem como homossexual. Primeiramente, o grupo procurou apontar de que forma se dava o racismo sofrido pelos homossexuais negros por parte de homossexuais não-negros. Como expressões de racismo, listaram as “brincadeiras” de conotação racista, os conflitos nas relações de amizades entre negros e brancos, a ausência de afetividade nos relacionamentos amorosos entre os indivíduos desses dois grupos, a alta valorização dos padrões estéticos do homem branco em detrimento do negro que era sempre visto como “feio”, e, segundo eles, o preconceito racial

¹⁹⁹ SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 21.

²⁰⁰ SANTOS, Wilson. *Op. Cit.*, p. 17.

²⁰¹ GRUPO ADÉ DUDU. *Negros Homossexuais – Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981, p. 2.

velado dentro dos grupos de liberação homossexual. Sobre estas atitudes consideradas racistas por parte dos homossexuais brancos, segue um depoimento de um dos entrevistados da pesquisa:

Conhecemos também muitos “casos” entre homossexuais negros e brancos, mas na maioria das vezes o branco não leva o seu parceiro em determinados lugares que frequenta, como clubes, boites, casas de amigos, parentes etc e é muito frequente terem de esconder a existência de um relacionamento entre eles, para evitar reprovação geral. C. S. (nº 4).²⁰²

Para o antropólogo Néstor Perlonguer (1987), essas desigualdades entre homossexuais brancos e homossexuais negros no Brasil tem a ver também com o processo de construção da identidade homossexual que, segundo ele, em sua formulação optou pela importação do modelo branco e igualitário de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, tolerado pela classe burguesa, em detrimento do modelo hierárquico que predominava historicamente no país. Caso concordemos com a análise de Perlonguer, o homossexual negro então não poderia desfrutar dessa identidade homossexual nem engatar relacionamentos homossexuais, uma vez que lhe faltaria um requisito básico para acessar este sistema – a condição branca.

Na segunda parte da pesquisa, o grupo já procurou demonstrar de que forma se dava a discriminação homossexual sofrida pelos homossexuais negros por parte dos negros não homossexuais. Dessa vez, verificaram que a maiores reclamações dos negros homossexuais era que entre os demais negros a homossexualidade era vista como uma “vergonha da raça”, como “coisa de branco” e como uma prática merecedora de levar “porrada”. No que diz respeito às relações sexuais entre esses dois grupos, os militantes negros homossexuais identificaram que, mesmo com todo o preconceito dos negros heterossexuais, muitos deles se entregavam mais facilmente a aventuras amorosas como homossexuais brancos, geralmente, em troca pagamentos financeiros. Além desses engates sexuais revelarem as disparidades de classe entre brancos e negros, para o grupo Adé Dudu essas práticas eram também mais uma prova que, para a sociedade, de modo geral, a homossexualidade negra possuía um caráter mais ilegítimo se comparada a homossexualidade branca.²⁰³ Dependendo do contexto, trata-se de uma dupla assimetria e hierarquia discriminatória que lançava determinados sujeitos para a periferia da periferia identitária.

Em sua militância negra homossexual, o grupo Adé Dudu observou ainda que muitos homossexuais negros masculinos eram mais aceitos nos candomblés da Bahia, inclusive assumindo uma identidade homossexual, do que nas religiões cristãs, onde esses eram vistos

²⁰² GRUPO ADÉ DUDU, *Negros Homossexuais – Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981, p. 9.

²⁰³ GRUPO ADÉ DUDU. *Op. Cit.*, 1981, pp. 10-12.

como pecadores. Na opinião de Marco, membro do grupo, isso ocorria porque os próprios deuses da religião, os orixás, não associavam o prazer sexual ao pecado. Além disso, muitos babalorixás eram homossexuais ou bissexuais casados com mulheres. Entretanto, “Estevão”, outro membro do Adé Dudu, tem um olhar mais crítico acerca dessa suposta liberação e simetria social e homossexual nos terreiros de candomblé. Segundo ele:

Acredito que existe uma tolerância muito grande com o homossexual folclórico, a bicha que faz gracejo, atraindo a atenção dos frequentadores do Candomblé. Vejo que não só no candomblé existe um número grande de homossexuais mas em qualquer religião. Nas religiões cristãs a gente também observa este fato, principalmente na católica, onde acredito que 60% dos religiosos são homossexuais. O que nos parece ocorrer no Candomblé é que os seus homossexuais são quase sempre negros e pobres, não tendo muita coisa a perder, e daí se expõem mais.²⁰⁴

O posicionamento de “Estevão” lança uma outra luz na discussão acerca da maior aceitação dos homossexuais nas religiões afro-brasileiras. A partir de suas palavras, podemos compreender também a destinação de muitos homossexuais negros de classes mais baixas para os terreiros de Candomblé, vistos pelas religiões cristãs brancas como espaços de culto ao “demônio”, como mais uma faceta da subalternização do homossexual negro na sociedade baiana. O antropólogo Peter Fry contribui para essa concepção ao afirmar “que a ligação entre a homossexualidade masculina e os cultos não é fortuita, mas se deve ao fato de que ambos são classificados como marginais e perigosos dentro das estruturas existentes e dotados de poderes mágicos”.²⁰⁵

Estas ações do grupo Adé Dudu foram desenvolvidas entre os anos de 1981 e 1982. Neste período, vale destacar ainda a participação do grupo, juntamente com o GGB, na 33ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Salvador em 1981, na luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil, e sua incisiva atuação em três edições dos Encontros de Negros do Norte e Nordeste, nos anos de 1981, 1982 e 1983. No entanto, foi a partir desse último ano também que as aparições do grupo se tornaram mais esporádicas. Em 1985, o Adé Dudu foi desativado e Wilson Santos, principal líder do grupo, lançou sua candidatura a deputado estadual pelo PDT, incluindo em sua plataforma de campanha a defesa dos direitos civis dos homossexuais.²⁰⁶

Com isso, pode-se perceber que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em

²⁰⁴ GRUPO ADÉ DUDU. *Op. Cit.*, p. 46.

²⁰⁵ Cf. FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 79.

²⁰⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano VI, nº 13, outubro de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 149.

consonância com os acontecimentos que estouravam no país, Salvador vivenciou uma forte efervescência cultural e política que permitiu a formação de identidades coletivas dispostas a lutarem pelos direitos civis das mulheres, dos negros e dos homossexuais. No contexto soteropolitano, essas novas identidades culturais foram propiciadas, precipuamente, pelas inquietações do movimento estudantil da UFBA que se organizou neste período de abertura política do Estado nacional para enfrentar a repressão da Ditadura Militar em todos seus níveis. É neste diapasão que se constitui uma identidade coletiva homossexual na capital baiana.

Ao esmiuçar essa agitação político-cultural em torno da homossexualidade em Salvador, embora se reconheça a existência de outros dois grupos homossexuais formados na Bahia no decorrer do decênio de 1980, o Grupo Aquarius (Grupo de Libertação Homossexual) e o Grupo Libertário Homossexual, formado por mulheres lésbicas, fica claro que este período da militância homossexual em Salvador ficou mesmo marcado pelas ações do GGB e do Grupo Adé Dudu. No entanto, a atuação do Grupo Gay da Bahia nos anos 1980, tendo em vista o alcance das suas lutas por ampliação dos direitos civis dos homossexuais e a sua projeção no Brasil e no exterior, merece um estudo mais detalhado, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

SOB O SIGNO DA DOENÇA: A ATUAÇÃO DO GRUPO GAY DA BAHIA NA BUSCA POR RECONHECIMENTO E CIDADANIA PLENA

É NECESSÁRIO CONHECER AS CAUSAS PARA PREVENIR A HOMOSSEXUALIDADE. Pesquisas realizadas por médicos, psiquiatras e psicólogos, permitem afirmar que os homossexuais tornam-se tais – e não nascem – como produto de uma progressiva transformação na qual intervém uma série de circunstâncias e influências que condicionam os indivíduos desde os primeiros anos. Os pais devem prevenir esta situação. Homossexual é toda pessoa cujas inclinações e experiências sexuais tendem consciente ou inconscientemente, mas de modo predominante a consumir-se com outras pessoas do seu próprio sexo. A definição, embora rigorosamente válida, não consegue contudo explicar as causas que levam uma pessoa a essa distorção. Porque dessas circunstâncias naturalmente vem as prevenções que devem ser adotadas para evitar esse desvio da personalidade. (...) O complexo de Édipo, essa seria a raiz mais profunda que existe como fator determinante da homossexualidade.²⁰⁷

O alerta exposto acima sobre as “causas” e “precauções” que devem ser tomadas para evitar a homossexualidade foi publicado no Jornal “A Tarde”, em 19 de novembro de 1978. Nesta matéria, médicos e psicólogos deixavam claro a concepção de que o homossexual era um indivíduo atormentado por um grave “transtorno de personalidade”. Havia dúvidas sobre a exatidão de tais “causas”, mas se atribuíam às circunstâncias e influências externas e contextuais para supostamente explicá-la e combatê-la desde a tenra infância. Observa-se, com isso, que mesmo tendo passado um século desde o aparecimento do termo “homossexualismo”, o sujeito tido como homossexual continuava a ser visto como um doente, um “desviante sexual”. A homossexualidade seria uma distorção. Em compensação, esta reportagem exibida pelo jornal baiano revelava também os sutis deslocamentos que já começavam a operar no conceito científico de homossexualidade. Se em seu surgimento o “homossexualismo” era compreendido como uma anormalidade congênita, um “terceiro sexo”, neste momento, a psiquiatria e a psicologia começa a perspectivá-lo como uma falha no desenvolvimento sexual do indivíduo, causada, sobretudo, pelo “complexo de Édipo”, teoria esta formulada por Sigmund Freud.²⁰⁸

Essas etiologias da homossexualidade reverberavam nas maneiras como os sujeitos

²⁰⁷ JORNAL A TARDE. Salvador, 19 de novembro de 1978.

²⁰⁸ Segundo Freud: “A gênese do homossexualismo masculino, em grande quantidade de casos, é a seguinte: um jovem esteve inusitadamente e por longo tempo fixado em sua mãe, no sentido do complexo de Édipo. Finalmente, porém, após o término da puberdade, chega a ocasião de trocar a mãe por algum outro objeto sexual. As coisas sofrem uma virada repentina: o jovem não abandona a mãe, mas identifica-se com ela; transforma-se e procura então objetos que possam substituir o seu ego para ele, objetos aos quais possa conceder um amor e um carinho iguais aos que recebeu de sua mãe.” Cf. FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e a Análise do eu e Outros textos (1920-1923)*. Obras Completas Volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 66.

identificados na qualidade de homossexuais eram vistos na sociedade. Foi a partir dessa constatação que o Grupo Gay da Bahia liderou uma campanha nacional pela despatologização da homossexualidade. Para os militantes homossexuais baianos, esta luta era de extrema importância, uma vez que a sinonímia entre homossexualidade e doença, segundo eles, legitimava, na prática social, posturas autoritárias como demissões e imposição de tratamento psiquiátrico aos amantes do mesmo sexo. Com isso, esta iniciativa servia também para o grupo afastar o conceito de homossexualidade das classificações médicas e incluí-lo na ordem dos seus embates políticos, tendo em vista que o estigma de portadores de doença mental que recaía sobre os homossexuais os lançavam, tanto pela ótica política quanto jurídica, à condição de subcidadãos e de “incapazes” de direito”.²⁰⁹ Neste sentido, a luta pela despatologização da homossexualidade encampada pelo GGB pode ser compreendida também como mais uma forma encontrada pelo grupo para enfrentar o problema da falta de reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais e da “cidadania incompleta” ou “subcidadania” imposta a esses por parte do Estado brasileiro.²¹⁰

Por esta perspectiva, neste capítulo se analisa as primeiras ações do Grupo Gay da Bahia voltadas para uma maior conscientização política dos homossexuais, para o reconhecimento dos seus direitos civis e para a conquista da cidadania plena desses sujeitos na Bahia e no Brasil, na primeira metade do decênio de 1980. Da mesma forma, procura-se perceber como o GGB, por meio de sua atuação, provoca um trânsito de significantes e significados, bem como de representações, atribuídos a homossexualidade. Destaca-se neste primeiro momento, a implantação por parte do grupo de um novo estilo de militância homossexual no país, as relações estabelecidas entre esses militantes homossexuais baianos e o gueto homossexual em Salvador, e a campanha pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS, que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Para tanto, faz-se uso de fontes bibliográficas, da crítica de documentos impressos, como boletins informativos, livros e folhetos produzidos pelo GGB, e da análise de discursos de fontes orais e de jornais que circulavam na época.

Vale salientar ainda que este exame da militância do Grupo Gay da Bahia na década de 1980 está dividido em duas partes. Tal divisão parte da compreensão de que, primeira metade

²⁰⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. 2º Caderno. São Paulo, 11 de novembro de 1984, p. 25.

²¹⁰ Para José Murilo de Carvalho, uma “cidadania plena” seria aquela que combinasse liberdade, participação e igualdade para todos. Conforme Carvalho: “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.” Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 9.

dos anos 1980, o GGB se voltou mais para a conscientização política dos homossexuais e para a luta por reconhecimento dos seus direitos civis, enquanto na segunda metade, como discutiremos no próximo capítulo, o grupo passou a focar mais na luta contra a discriminação homossexual e nas ações e conquistas junto ao Estado. No entanto, ao longo desta análise, perceberemos que, embora este corte temporal esteja em sintonia com as transformações sociopolíticas e culturais que ocorreram no país neste período, ele serve mais para fins didáticos, uma vez que quase todas frentes de batalhas evocadas pelo GGB atravessaram a maior parte da década.

3.1 Uma nova postura política homossexual: o estilo de militância do Grupo Gay da Bahia na década de 1980

O decênio de 1980 no Brasil ficou marcado pela abertura política e redemocratização do Estado nacional após o Golpe Civil-Militar de 1964. Neste contexto, o “Grupo Gay da Bahia” vislumbrou nas brechas da transição democrática do país a possibilidade de ter suas reivindicações atendidas, dando início assim a um novo estilo de militância política homossexual centrada agora, sobretudo, numa relação mais próxima com o Estado.

Os primeiros ensaios para uma abertura política no Brasil durante a Ditadura Militar ocorreram ainda nas sucessões dos governos de Castello Branco, em 1967, e de Médici, entre 1973 e 1974, mas sem obterem sucesso. Porém, com a ascensão do General Ernesto Geisel à presidência da república, em 1974, teve início um processo de implantação de um Estado de Direito no Brasil, uma “reconstitucionalização” do país. Para muitos historiadores, como é o caso de James Green (2000), tratou-se, com efeito, de uma estratégia dos militares para manterem o poder frente ao avanço do único partido legalizado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), principalmente entre os setores da classe média como professores, advogados, médicos, funcionários públicos, entre outros, que já se mostravam insatisfeitos com o regime militar. Além disso, o governo militar sofria fortes pressões de estudantes e trabalhadores que já reivindicavam a volta da democracia.

Conquanto, Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007), em sua análise do processo de abertura política no Brasil, lista outros fatores, que, juntamente com a oposição interna do MDB e de setores da sociedade civil, também foram responsáveis pela construção de um cenário de redemocratização no país. Foram eles: a chegada de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos e suas pretensões neoliberais e suas críticas ao autoritarismo, em 1976, e os interesses de Geisel e de Golbery do Couto e Silva por uma “distensão lenta, gradual e segura”, uma volta

organizada dos militares aos quartéis.²¹¹

Apesar dessa “distenção lenta, gradual e segura”, chancelada pelo governo de Geisel, desagradar e gerar contestações por parte dos opositores da Ditadura Militar, este vagaroso processo cedeu espaço para a organização de diversos segmentos sociais, gerando novos arranjos políticos e uma maior compreensão jurídico-institucional do Estado por parte da sociedade civil na luta pela democratização e conquista de direitos, ampliando, assim, a noção de cidadania e participação política. Sobre isto, em sua análise acerca da emergência dos novos movimentos sociais na década de 1970, Scherer-Warren apresenta o seguinte argumento:

No Brasil, o período ditatorial, com um regime que restringiu e constrangeu a atuação das camadas populares nos planos econômico, político e cultural/ideológico, foi o espaço para que os antigos grupos se organizassem em novos moldes (p. ex.: Novo Sindicalismo, Novas Associações de Bairro), e novos grupos surgissem como forças políticas no seio da sociedade civil (p. ex.: as comunidades eclesiais de Base e agrupamentos de pressão por elas influenciados, Movimentos Feministas, Ecologistas, Étnicos e outros).²¹²

Entre esses novos grupos que surgiram na década de 1970 estavam também os de homossexuais, como foi o caso dos grupos Somos, Ação Lésbico-Feminista, Eros e Libertos de São Paulo, o Somos e o Auê do Rio de Janeiro, o Beijo-Livre de Brasília, entre outros. No entanto, diferentemente dessa primeira militância homossexual, o Grupo Gay da Bahia, que surge em 1980, aproveitou-se deste novo cenário político para levar adiante muitas das demandas suscitadas por esse primeiro movimento homossexual. Este ímpeto do grupo foi favorecido também por uma ditadura mais “branda”, com a chegada do general-presidente João Baptista Figueiredo ao poder, em março de 1979, e pela mobilização de novos atores políticos. Com isso, neste momento, somam-se às ações políticas do movimento homossexual voltadas para a sociedade civil, de contornos mais micropolíticos, um enfoque político mais institucional, visando o Estado.

A promessa de uma nova constituição federal também agitou os diversos movimentos sociais na busca por conquistas imediatas no início da década de 1980, muitas vezes negociadas com os novos partidos políticos que emergiram nesse período com a revogação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) que previa o bipartidarismo. “Para Tarrow, os movimentos sociais ocorrem quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados e quando as

²¹¹ Para mais informações sobre o processo de redemocratização do Brasil pós-Ditadura Militar, ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil Republicano, Vol. 4).

²¹² Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 52.

vulnerabilidades dos oponentes se revelam”.²¹³ Nesta urdidura, o GGB se empenhou em aliar suas ações coletivas em torno da homossexualidade com as outras mobilizações coletivas que ocorriam em todo o país. No entanto, essa visão mais imediatista e utilitarista da luta homossexual baseada na busca por reconhecimento de direitos e conquista da cidadania plena passou a sofrer críticas de muitos ativistas homossexuais que atuaram na década de 1970. Muitos mais focados em uma política existencialista, estes outros militantes homossexuais passaram a ver esse alinhamento do grupo baiano com a política de estado como uma forma de “cooptação” ou até mesmo de “declínio” do movimento.

Para Scherer-Warren, esta ênfase na cidadania foi marcante na ação dos novos movimentos sociais na década de 1980. Ela sustenta que “esta prática política decorre de uma reavaliação, estimulada pelo trabalho de educadores populares junto aos movimentos, dos princípios de legalidade e legitimidade”.²¹⁴ Todavia, comenta a autora, muitas vezes este papel de educador era confundido com o de “dono” do movimento. Ciro Flamarion Cardoso corrobora a importância dessa função educadora ou politização desempenhada por alguns líderes de movimentos sociais, quando este afirma que “a politização de sua sociedade consiste na existência de uma autoridade (princípio mediador) exterior à comunidade de base”.²¹⁵ No caso do Grupo Gay da Bahia, em seus primeiros anos, esta função educadora, ou politizadora, ficou, notadamente, sob a responsabilidade do seu principal representante – Luiz Mott. Em entrevista concedida, Mott discorre sobre o papel desempenhado por ele na trajetória do GGB:

Eu me considero um “bandeirante paulista”. (...) Eu trago esse espírito dos bandeirantes que o lema era: “eu conduzo, não sou conduzido”. *Non ducor duco*, em latim. E eu, de fato, reuni alguns aspectos na minha biografia que propiciaram ao GGB se tornar a principal referência homossexual na América latina por mais de 20 anos. (...) De modo que, durante mais de duas décadas, o GGB e eu, fomos a personalidade e instituição LGBT mais visível e mais atuante. (...) O fato de eu ser o fundador e o líder do grupo, eu ter formação universitária, ser professor pós-doutor na universidade, eu ter um salário de classe média, ter uma visão ampla da sociedade como antropólogo e historiador, ser um colecionador, gosto de colecionar antiguidades e outras coisas, o que fez com que eu organizasse o arquivo do GGB que é o maior do Brasil. (...) Então, e o fato de eu reunir esses fatores e o fato de eu ter condições materiais de fornecer gratuitamente ao grupo três espaços, a minha liderança se deu nesse sentido. [Além] do fato de eu ser motoqueiro, o que facilitou no começo, enormemente, porque me deu uma mobilidade para eu levar as matérias nas redações dos jornais, numa época de difícil comunicação, sem internet etc.²¹⁶

²¹³ Cf. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, p. 33.

²¹⁴ Cf. SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 55.

²¹⁵ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Poder: uma nova história política?”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 38.

²¹⁶ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2016.

Esta liderança ativa de Mott nas ações do grupo, assim como suas produções acadêmicas e literárias sobre a homossexualidade, conferiam-lhe uma posição de “intelectual orgânico” dentro do grupo, tal qual como foi pensado por Antônio Gramsci.²¹⁷ Vale lembrar que, neste período, apesar dessa eclosão de grupos culturalistas identitários, pelos idos de 1970, a concepção de movimento social estava ainda muito atrelada ao paradigma marxista de luta de classes. Não por acaso, o próprio GGB, por muitas vezes, se autorreferencia como sendo ou pretendendo ser um “sindicatos dos gays”. É o que fica evidente no boletim de abril de 1982:

Sindicato das bichas... Inauguramos também em Abril o SOS-GAY: qualquer homossexual que vier a sofrer qualquer tipo de discriminação, opressão, ou mesmo estiver em baixo-azul e queira compartilhar da alegria das gegebetes, pode nos ligar: 235-9962. Estaremos de plantão às 2as, 4as, 6as e domingos, das 8h às 10hs da noite. Nossa coleção de livros e revistas sobre homossexualismo está à sua espera. Não chega a ser um sindicato, mas devagar chegamos lá.²¹⁸

Esta confusão entre classe social e grupo identitário era também o que norteava a luta do Grupo Gay da Bahia contra a discriminação homossexual e pelo reconhecimento dos seus direitos. Neste enfoque, a conquista de uma cidadania plena se apresentava como tema-central para o grupo, o que fez com que o GGB desenvolvesse uma concepção mais antagônica na luta pelos direitos civis dos homossexuais, apontando aliados e opositores da causa homossexual. Da mesma forma, a produção de uma identidade coletiva homossexual e a necessidade de que os diferentes indivíduos que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo se assumissem enquanto homossexual, passaram também a ser perspectivadas pelo GGB como uma forma de garantir uma maior adesão unitária desses sujeitos à causa homossexual e dar mais visibilidade aos seus pleitos. Sobre esta estratégia adotada pelo grupo, Mott se manifesta:

Nós sempre lutamos pelo *coming out*, pelo sair do armário, sempre estimulando as pessoas a se assumir, como uma forma de conquistar espaços, de ter visibilidade, de ter cidadania plena. Sempre acreditamos que era uma luta conjunta. (...) De modo que, acreditando numa luta unificada, tanto que me opus inicialmente a subdivisão de movimento homossexual para movimento GLS, eu achava que tinha que ser movimento homossexual como foi por últimos anos.²¹⁹

A partir da declaração de Mott, podemos depreender que a exigência de “se assumir”

²¹⁷ De acordo com Gramsci, o intelectual orgânico é proveniente do grupo social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador, em contraposição, ao intelectual tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 2*. 6ª ed. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; e GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

²¹⁸ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, nº 03, Abril de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 29.

²¹⁹ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2016.

enquanto homossexual, “sair do armário” (*coming out*), por parte dos militantes homossexuais baianos, guardava uma forte semelhança com a noção de “consciência de classe”, preconizada pelos marxistas. Todavia, o conceito de homossexualidade, diametralmente oposto a qualquer suposição de uma representação transcendental, desde seu aparecimento, sempre esteve em disputa. Segundo Deleuze, a representação é o lugar da ilusão transcendental, ela doma a diferença.²²⁰ Dessa forma, se assumir homossexual era assumir uma ou duas, ou mais, representações veiculadas a respeito desse referente. Com isso, a representação homossexual privilegiada pelo Grupo Gay da Bahia era a identidade “gay”. Sobre isto, Dilton Ferreira, membro do grupo, declara: “Queremos que nos chamem de homossexuais ou gays. Outra expressão qualquer só faz reforçar uma convicção errônea que a sociedade tem do homossexualismo”.²²¹ Essa luta por autorreferência não era puro nominalismo vazio, mas uma declaração que privilegiava a resistência às imposições externas e pejorativas no bojo de lutas por (auto)representações.

Embora seja óbvio que essa predileção pela identidade “gay” parte da grande influência exercida pelo ativismo homossexual estadunidense em todo o mundo. Isso não quer dizer que os militantes homossexuais baianos não tenham também se apropriados das múltiplas possibilidades escamoteadas pela aparente repetição deste conceito. Uma prova disso é que o GGB passou a ver também nesta representação uma oportunidade de deslocar uma série de significantes e significados fixados próprios da tradição cultural brasileira. De acordo com Mott:

Esses estereótipos de Painho, capitão Gay e os Trapalhões, ao mesmo tempo que tornam a figura mais conhecida, tem também um aspecto positivo (e isso nós discutimos na reunião do GGB) que torna a coisa menos tabu, mas ratificando uma imagem caricata do homossexual fraco que odeia a mulher, o que não corresponde a realidade. Infelizmente existe uma pequena porcentagem de homossexuais que são parecidos com o capitão Gay ou com painho, mas não chegam àquela caricatura na verdade²²².

No texto é clara a estratégia de aceitar alguns estereótipos conhecidos ou “positivos” como forma de tornar mais amena as máculas sobre a homossexualidade, mas, ao mesmo tempo, evidencia-se a preocupação de combater a “imagem caricata do homossexual fraco que

²²⁰ Para Deleuze, a ilusão da representação tem quatro formas interpenetradas: a identidade do conceito, que se reflete numa *ratio cognoscendi*; a oposição do predicado, desenvolvida numa *ratio fendi*; a analogia do juízo, distribuída numa *ratio essendi*; a semelhança da percepção, que determina uma *ratio agendi*. Cf. DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª ed. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2000, p. 247.

²²¹ JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, Salvador, 17 de agosto de 1982.

²²² JORNAL A TRIBUNA, Vitória-ES, 1 de outubro de 1982.

odeia a mulher”, os vistos como mais femininos por assim dizer. O pesar de Mott com a existência de uma “pequena” parcela de homossexuais, que pudessem ser enquadrados nesta significação da homossexualidade, que era popularmente divulgada no Brasil, revela de que forma a identidade gay era subjetivada pelos militantes homossexuais baianos. Nesta ascética homossexual, ser gay era ser mais “viril”, “belicoso”, por conseguinte, mais “respeitado” e “preparado” para o enfrentamento social. Esta rigidez e melindre em torno da identidade foram incorporados dos ideais dos movimentos negro e feminista que também serviram como importantes referenciais teóricos para os militantes homossexuais. É partir daí que o discurso de uma “subalternidade ativa” se torna uma importante arma na luta pela ampliação da cidadania homossexual.

Esta nova postura política adotada permitiu ao GGB retomar e reformular uma série de reivindicações do movimento homossexual do final da década de 1970. Orientados sob estes novos princípios, o grupo praticou diversas ações e publicou diversos textos informativos, visando não apenas o fim da opressão sofrida pelos homossexuais, mas como também uma maior consciência por parte deles de seus direitos e deveres e, por conseguinte, uma maior visibilidade e participação no novo Estado brasileiro que estava sendo construído. Assim, a ênfase em um *devir* “revolucionário” que marcou a primeira fase do movimento homossexual brasileiro foi deixado de lado e o grupo adotou uma postura política mais pragmática, direcionada, sobretudo, para os ganhos políticos junto ao Estado. Mas isso ocorreu sem deixar de lado as ações de enfrentamento no interior da sociedade civil.

Dessa forma, estas práticas e representações produzidas pela militância homossexual baiana, sobretudo, sob a égide do Grupo Gay da Bahia, nos anos 1980, revelou-se como um confisco do poder, um “saber dominado”²²³ que se levanta contra os dominantes. Para Foucault (1979), este é o grande jogo da história, o apoderamento de regras, “utilizá-las e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto”. Neste sentido, a luta pela despatologização da homossexualidade, o combate à violência diária sofrida pelos homossexuais, a defesa dos territórios e das práticas homoeróticas, as manifestações contrárias à imposição de uma representação homossexual subalterna e as campanhas contra a epidemia do HIV/AIDS, nos meados da década de 1980, foram reintroduzidas no campo social e introduzidas nas questões

²²³ Termo utilizado por Foucault “para designar uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade.” (...) Trata-se de uma insurreição de saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica, unitárias que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 170 e 171.

de Estado tendo o Grupo Gay da Bahia como um dos principais atores sociais e porta-vozes desse discurso. Para os militantes gays baianos era “a hora e a vez” dos homossexuais. Cabe agora, portanto, analisarmos de forma mais detalhada como se deu essa militância homossexual do GGB ao longo dos anos 1980.

3.2 “Heterotopias”: relações entre o GGB e o “gueto” homossexual em Salvador nos anos 1980

Esta nova postura política assumida pelos militantes homossexuais baianos deu a tônica da relação do Grupo Gay da Bahia com os frequentadores dos espaços de homosociabilidade em Salvador nos anos 1980. Na busca por uma maior conscientização política por partes dos homossexuais, o GGB passou a mapear as áreas de maior concentração pessoas que praticavam sexo e trocavam afetos entre iguais na capital baiana. Este interesse já estava presente desde a fundação do grupo, quando definiu como sendo um dos seus principais objetivos: “atingir o maior número de possível de homossexuais, conscientizando-os da necessidade de se organizarem e defenderem seus direitos de pessoas humanas normais, com os mesmos direitos legais dos demais cidadãos”.²²⁴

Tal preocupação do grupo com esses territórios de sociabilidade homossexual partia da concepção que a existência desses espaços delimitados, por si só, evidenciava a negação dos direitos dos homossexuais. No entanto, esta constatação, ao invés de servir para distanciá-los dos guetos gays da cidade, negando sua importância na luta por uma cidadania plena homossexual, impulsionou-os ainda mais a lutarem pelo seu fortalecimento e ampliação, tendo em vista uma maior ocupação da cidade por aqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo. “A cidade é o espaço próximo e possível da luta. Discrimina-os, mas também ela pode ser reapropriada por suas ações coletivas que a reconstroem dando-lhes novos usos e significados”.²²⁵

Estes “outros espaços” da cidade de Salvador – “heterotopias”²²⁶ – foram

²²⁴ Cf. MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000, p. 31.

²²⁵ Cf. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo: Loyola, p. 122.

²²⁶ Foucault define “heterotopia” como sendo os espaços de contraposicionamentos reais. Para ele: “Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis.” Cf.

cartografados pelo Grupo Gay da Bahia na primeira edição do “Guia Gay da Bahia”, publicado em 1981. Neste informativo, já analisado no capítulo referente a “Salvador dos homossexuais”, o GGB procurou identificar os espaços utilizados pelos amantes do mesmo sexo na cidade – “lugar praticado”, numa acepção cereteuniana – para a prática de homossociabilidade e homoerotismo.

A cartografização de territórios e estabelecimentos ocupados por homossexuais em Salvador, nos início dos anos 1980, foi o que permitiu ao Grupo Gay da Bahia desempenhar uma série de ações voltadas para uma maior politização da homossexualidade na capital baiana. Não obstante, muitas vezes, estas relações eram marcadas não apenas por solidariedades, mas como também por conflitos.

A atuação do Grupo Gay da Bahia nesses espaços urbanos dominados pelos amantes do mesmo sexo se dava de diversas formas, mas sempre tendo como objetivo “conscientizar” seus frequentadores da necessidade de lutar pelos seus direitos e tentando suprir suas diferentes “carências”, por se tratar de um grupo tão heterogêneo. Nesta finalidade, o GGB manteve um diálogo com os guetos homossexuais de Salvador, realizando manifestações político-culturais, distribuindo panfletos ou informativos acerca dos direitos civis ou negação deles para a comunidade homossexual, pichando em muros frases de conteúdos valorativos sobre a homossexualidade, coletando assinaturas para abaixo-assinados, que visavam à alteração ou a promulgação de leis, e prestando serviços sociais ou defendendo gays, lésbicas e travestis das agressões praticadas por policiais militares e outros indivíduos que destilavam seu ódio contra esses sujeitos. Estas ações do grupo nas áreas de maior concentração de homossexuais em Salvador, principalmente no que tange ao combate à violência, são relatadas por Marcelo Cerqueira. Segundo seu depoimento:

A atuação do GGB, ela se dava, especialmente, porque naquela época havia muita repressão a travestis, a homossexuais. Então, era uma época que ainda existia a tal Delegacia de Jogos e Costumes, então muitos travestis e gays eram presos porque não tinha a carteira de trabalho assinada nas mãos. [...] E, na delegacia, eram presos justamente por estarem na rua, acusados como vadiagem. Na delegacia eram obrigados a fazer faxina de banheiro, limpeza da delegacia, cozinhar e, muitas vezes, prestar serviços sexuais a outros presos e a outros indivíduos. Tínhamos uma ação muito presente nos “Beco dos Artistas”, num dos primeiros bares chamado “Cactus”, no “Zamzibar” também, na Federação, um bar lésbico, também a gente tinha muita ação lá e na antiga “Boate Tropical”, que funcionava na Rua do Pau da Bandeira. Era muito comum nessa época a polícia entrar nas boates e mandar acender as luzes e diziam “caçador de um lado e veados de outro”. E era horrível porque era um acinte aos direitos humanos. Então, o GGB lutou muito, batalhou muito, brigou muito com

a polícia, durante muitos anos e situações como essas hoje não ocorrem, graças a essa ação que a gente fez.²²⁷

Observa-se assim que os gays e as travestis ao chegarem na DJC, além de terem seus desejos e práticas sexuais condenados por esses policiais, passam a ser oprimidos também por reproduzirem o papel de gênero feminino. A distinção entre “caçadores” e “veados” parece indicar exatamente uma lógica dicotômica e essencializada capaz de (des)legitimar sujeitos, esvaziando-os de direitos e liberdade de ação. Embora ambos estivessem sujeitos à repressão, é inegável a discriminação mais acentuada aos sujeitos homossexuais efetiva ou supostamente considerados não-masculinos e não-ativos. Reforça-se, com isso, o grau de subalternização e privação de direitos no qual estes sujeitos estavam expostos ao buscarem interagir com o mesmo sexo na cidade Salvador.

Com a transferência da sede do grupo para a Barroquinha, em 15 de abril de 1982, o Grupo Gay da Bahia começou a conviver e combater as cenas de abuso e agressões sofridas por homossexuais mais de perto. Isso ocorria porque na frente das novas instalações do grupo ficava um banheiro público que era frequentemente utilizado por indivíduos que buscavam desfrutar dos prazeres com o mesmo sexo. No Brasil, a prática de relações sexuais em público era (e ainda é) considerada ilegal, crime de ato obsceno.²²⁸ Respaldaado nessa lei, e em seus próprios preconceitos, muitos policiais constrangiam, agrediam e prendiam vários frequentadores desse local. Diante das arbitrariedades do poder policial, o GGB atuou como um defensor dos frequentadores desse sanitário público. Em carta publicada pela redação do jornal “Tribuna da Bahia”, os militantes homossexuais baianos denunciavam esses abusos:

O objetivo desta é denunciar e protestar veementemente contra um tipo de violência policial constantemente perpetrado contra pacíficos cidadãos e até então pouco conhecido pela maioria dos moradores de Salvador. Trata-se do seguinte: ao lado da Igreja da Barroquinha, abaixo do Teatro Gregório de Mattos, existe um sanitário masculino muito frequentado sobretudo por vendedores ambulantes, biscateiros, gente pobre e mal vestida que circula pelo centro da cidade. (...) Eis que ao menos duas ou três vezes por semana, os policiais do Posto Policial da Praça Castro Alves (na esquina da R. Carlos Gomes), intempestivamente entram no sanitário, descarregando forte e farta pancadaria nas pessoas que ali se encontram. Não contentes em golpear tais infelizes, colocam-nos em fila fora do sanitário, em plena rua, e munidos de cassetetes (“fantas”) ou de pedaços de pau, que geralmente encontram nas mediações das barracas contíguas, distribuem fartas e fortes palmatoadas em tais cidadãos indefesos. (...) Mesmo que tal logradouro seja usado por seus frequentadores para rápidos contatos íntimos, dificilmente tais ações poderiam ser incriminadas como “atentado ao pudor público”, posto quando ocorrem tais contatos são realizados na penumbra, se passam secretamente e são cobertos de

²²⁷ Depoimento concedido por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012.

²²⁸ “Art. 233. Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. Cf. BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

discrição.²²⁹

A conquista da sede, além e possibilitar diversas ações do grupo junto à comunidade homossexual de Salvador, servia também, em alguns momentos, como uma espécie de “albergue” para gays, lésbicas e travestis vítimas de violência por discriminação sexual ou sem recursos para se manterem na cidade. Como foi o caso da travesti mineira Paloma encaminhada ao grupo depois de ter sido encontrada perdida e sem dinheiro nas ruas da capital baiana. Este fato mereceu até um relato nos boletins informativos do grupo: “um travesti mineiro, Paloma, foi encaminhado ao GGB, sem dinheiro e perdido na cidade: alojamos a amiga por uma noite na sede, presenteamos a mineira com alguns tickets de restaurante e a levamos à pensão de Marli (travesti): dias depois voltou para Minas.²³⁰ Sobre estes atos de solidariedade por parte da militância homossexual baiana, Mott expressa o seguinte comentário:

O relacionamento com a comunidade sempre foi de muito diálogo, com um certo assistencialismo. O que era criticado pelo João Antônio Mascarenhas porque era contra o movimento homossexual bancar a “Irmã Dulce” das travestis quando elas eram presas ou vítimas de algum infortúnio, porque dizia João Antônio que travestis não tinha nada a ver com os homossexuais já que elas são heterossexuais em suas relações eróticas e a vivem, a maior parte, na prostituição. Todos traços que não fazem parte do universo predominantemente gay.²³¹

Mais uma vez, a homossexualidade era vista como um comportamento sexual masculino. No discurso atribuído por Mott a João Antônio Mascarenhas, ele não se estendia às travestis, cuja feminidade comportamental ainda estava submetida à mácula moral da prostituição. A partir da confissão de Mott, acerca do descontentamento de João Antônio Mascarenhas em relação ao “assistencialismo” oferecido às travestis, já se pode notar que nem sempre essas aproximações da militância gay com os frequentadores do gueto homossexual se davam de forma tão solidária ou amigável. Os conflitos entre eles ocorriam, sobretudo, devido à postura crítica do MHB frente às representações da homossexualidade produzidas por esses homossexuais. Por diversas ocasiões, os militantes protestaram contra os concursos de beleza, como o “Miss-Gay Bahia”, por considerarem implícitos nestes eventos a reprodução do machismo e da submissão feminina, além de não perceberem nestes ajuntamentos nenhuma contribuição para a luta homossexual.

No dia 28 de setembro, no Teatro Vila Velha, foi realizado o “2º Concurso da Beleza Gay” com o tema “Gay Paris”. O GGB aproveitou a oportunidade para questionar a

²²⁹ JORNAL TRIBUNA DA BAHIA, Salvador, 09 de dezembro de 1982.

²³⁰ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano II, nº 04, Setembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 48

²³¹ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2017.

validade de tais concursos numa carta aberta a toda a população e especialmente aos gays: “Há vários anos que as mulheres conscientes se recusam ser meros objetos de consumo da sociedade machista, denunciando a carece dos concursos de miss. Não obstante ainda hoje as bichas insistem em eleger a miss Brasil-Gay, a miss Cacau-Gay, etc.” A carta prossegue afirmando: “Um concurso de travestis pode até ter uma importância política na medida em que as bichas usassem de seu travestismo para criticar a rigidez da divisão sexual dos papéis, roupas, etc. Infelizmente, nem sempre isto é lembrado”.²³²

Estes conflitos desvelavam mais uma vez as disputas de representações que rondavam o conceito de homossexualidade entre os amantes do mesmo sexo, deixando transparecer assim uma dicotomia que tinha, de um lado, os “respeitáveis militantes”, e do outro, as “bichas loucas”. No artigo “Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas”, publicado originalmente em 1982, Edward MacRae denuncia este distanciamento dos primeiros militantes homossexuais, provenientes de camadas mais intelectualizadas da sociedade, dos diversos frequentadores dos guetos homossexuais, vistos por estes como “alienados”. Esta polarização ficou evidente quando, em 1981, o Grupo Gay Da Bahia enviou um artigo para o Jornal “Lampião da Esquina”, porta-voz do MHB em sua primeira fase, para noticiar o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste. Segundo MacRae, o texto escrito pela militância baiana carregado de palavras de ordem como “au au au é legal ser homossexual”, “ado ado ado ser viado não é pecado”, entre outras, gerou um mal-estar nos editores do jornal que buscavam construir nas páginas do seu periódico uma outra representação da homossexualidade, muito mais respeitável e distante das veiculadas na grande mídia e encarnada pelos frequentadores dos guetos homossexuais.

Observa-se com isso que, a despeito de algumas críticas, diferentemente da experiência da militância do Grupo “Somos-SP”, o Grupo Gay da Bahia, em certa medida, assimilou como tática política a “fechação” praticada pelos frequentadores do gueto, que eram popularmente conhecidos como “bichas”, e que tanto contrariava o movimento homossexual paulista. Isso ocorreu também porque, segundo Mott, com exceção da maioria dos seus membros-fundadores que eram estudantes universitários, professores, jornalistas e profissionais liberais, o GGB sempre foi constituído por pessoas pertencentes às camadas mais humildes economicamente da sociedade.

O Grupo Gay da Bahia sempre foi constituído, predominantemente, por rapazes jovens, afrodescendentes, em sua maioria, de origem humilde e de pouca escolaridade. (...) Apesar de em sua origem congregar pessoas de formação superior, durante a sua existência o GGB sempre foi caracterizado por aquela população mais simples. Essas pessoas se aproximavam do grupo através da propaganda de “boca-a-boca”, do

²³² BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I, nº 2. Outubro de 1981. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 17.

chamado “correio nagô, pelas atividades que fazíamos, e sempre tínhamos um folheto que até hoje é disponível, um quarto de página – “Dez verdades sobre a homossexualidade” – em que discutíamos os aspectos fundamentais que não é [a homossexualidade] pecado, não é crime, não é doença e etc, e sempre com o endereço convidando as pessoas.²³³

Esses integrantes do GGB, mais identificadas com as linguagens, os códigos e as práticas características do gueto homossexual da cidade, representaram uma ponte entre os líderes do movimento homossexual baiano e o gueto homossexual de Salvador. Os gritos de ordem como “éte éte éte, é gostoso ser gilete”, “o coito anal derruba o capital”, além dos já citados, podem ser compreendidos, a partir das ideias de Deleuze e Guattari, como um uso de uma “língua menor”, uma força de ação que se reconhece nas produções subalternas seu valor político, para desenvolver assim uma “desterritorialização” e “reterritorialização”, trânsitos, no interior de uma “língua maior”.²³⁴ Para Sader (1988), ao recorrer a linguagem para se expressar “o sujeito se inscreve na tradição de toda sua cultura”.²³⁵ Este movimento já não era praticado pela militância homossexual do “Somos-SP” e do “Lampião” por não verem nesta “fechação” ganhos políticos.

O desconforto dos editores do “Lampião” com o artigo enviado pelo GGB, fez com que estes militantes homossexuais censurassem trechos do texto, considerados por eles, frívolos e que serviriam apenas para reforçar ainda mais o preconceito contra os homossexuais. MacRae conta que foi só depois de muita discussão por parte do corpo editorial que se chegou ao consenso de se publicar ao menos um resumo do artigo, mas somente por se tratar de um texto sobre a militância homossexual no país.

De acordo com MacRae, este afastamento do “gueto gay” e este incômodo da militância homossexual com a “desmunhecação” de certos homossexuais, dava-se, sobretudo, pelo tom jocoso que muitos integrantes da comunidade homossexual se referiam a alguns valores e discursos sacralizados até pelo próprio movimento homossexual. Em suas palavras:

Por ridicularizar todos os valores da sociedade, a “fechação” parece roubar dos militantes os pontos de apoio para as suas reivindicações e talvez seja esta a chave para a compreensão do seu poder, que está além da militância social e em um nível existencial profundo nos remete ao aspecto lúdico de nossa existência.²³⁶

Outrossim, o *devoir* da “fechação” de muitos frequentadores do gueto homossexual

²³³ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2017.

²³⁴ Cf. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O que é uma literatura menor? In: _____. *Kafka: Por uma literatura menor*. Tradução Castanon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 28 e29.

²³⁵ Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 1988, p. 58.

²³⁶ Cf. Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas. In: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil*. Salvador; EDUFBa, 2011. (Coleção Cult, n. 9), p. 33 e 34.

pode ser entendido como uma forma de resistência à politização da homossexualidade sob a égide dos movimentos homossexuais, vista como tão necessária para conquista da cidadania plena, sobretudo, por partes dos militantes baianos do GGB. No contraponto desta ideia de politização em torno de uma identidade coletiva homossexual pré-definida, o ato de desmunhecar pode ser perspectivado então como um ato político de reivindicação de si, uma tática de recusa de uma consciência externa e “superior”, uma forma de não se alienar de si mesmo. Para Foucault, quando a politização ocorre a partir das práticas particulares de cada sujeito, através de experiências concretas e imediatas, pode-se produzir toda uma teia de saberes que se estende “de um ponto de politização para outro” – redes de intelectuais específicos –, evitando assim a figura do “intelectual orgânico”, provedor de uma consciência política.²³⁷ Nesta perspectiva, a “fechação” de muitos homossexuais não seria uma forma de negar a importância desses movimentos sociais, mas sim de criticar seus *modi operandi*.

Estas relações entre a militância homossexual e os homossexuais não-organizados adquirem novas feições a partir da segunda metade da década de 1980, devido a confirmação dos primeiros casos de contágio do vírus do HIV/AIDS no Brasil. Não obstante, esta discussão está reservada para o próximo capítulo.

3.3 A morte da clínica: O GGB e a campanha pela despatologização da homossexualidade

Uma das primeiras lutas encampadas pelo Grupo Gay da Bahia logo depois da sua fundação foi a campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil. Pensando em tirar vantagem do processo de redemocratização que estava ocorrendo no país, o GGB iniciou uma mobilização nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do “Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS)” que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”.

Antes de qualquer coisa, vale lembrar que a sinonímia entre homossexualidade e doença é bem anterior às décadas de 1970 e 1980, e não era uma particularidade da saúde pública brasileira. Neste trabalho, já vimos que a própria emergência do conceito de homossexualidade é resultado de um dispositivo médico-legal. Por isso que, para Foucault, a invenção do conceito de homossexualidade se inscreve entre as “verdades” produzidas pela clínica médica no século XIX.²³⁸

²³⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 170 e 171, p. 9.

²³⁸ “A clínica não é um instrumento para descobrir uma verdade ainda desconhecida; é uma determinada maneira de dispor a verdade já adquirida e de apresentá-la para que ela se desvele sistematicamente.” Cf. FOUCAULT,

Assim, a homossexualidade antes vista como pecado ou crime, passou a ser classificada também, desde os anos noventa, como uma doença. Segundo Ruy Laurenti, em seu editorial intitulado “Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças”, publicado na “Revista de Saúde Pública”, em 1984, o “homossexualismo” foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir da sua 6ª Revisão, em 1948, na Categoria 320 “personalidade patológica”, por ser considerado um “desvio sexual”. Esta categorização foi revista na 8ª Revisão, em 1965, na qual o homossexualismo passou a ser compreendido como pertencente a Categoria 302 “desvio e transtornos Sexuais”, mais especificamente, na subcategoria 302.0 – “Homossexualismo”. Com a 9ª Revisão, em 1975, manteve-se a homossexualidade na mesma classificação. Não obstante, nesse período, muitos psiquiatras, principalmente dos Estados Unidos, já refutavam esta disposição. Desse modo, Laurenti ressalta que a OMS incluiu a seguinte orientação sobre este código: “Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental”.²³⁹

A partir da inclusão desta nota na 9ª Revisão da CID, o saber médico que concebia a homossexualidade como doença, até então encastelado em sua “verdade”, passa a sofrer diversos ataques dentro do próprio campo da medicina, como também da psicologia. Da mesma forma, os ativistas homossexuais passaram a reivindicar a revogação desse código 302.0 por entender que essa patologização reforçava a série de atribuições negativas direcionadas àqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo e era responsável por conferir a eles um *status quo* de subcidadão, categoria inferior dentro da estruturação social. Outrossim, foi a partir desta concepção que as primeiras organizações homossexuais brasileiras puseram em prática uma campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil e no mundo no final da década de 1970 e nos anos 1980.

No país, a luta contra a sinonímia entre homossexualidade e doença se inicia ainda nessa primeira onda do Movimento Homossexual Brasileiro, impulsionada, sobretudo, pela parceria entre o Jornal “Lampião da Esquina” e o grupo “Somos-SP”. Essa aliança culminou na organização do Encontro de Homossexuais Militantes, em dezembro de 1979. Este evento foi o pontapé inicial da campanha do MHB pela despatologização da homossexualidade em território nacional. Já em abril de 1980, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais

Michel. *O Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977, p. 66.

²³⁹ Cf. LAURENTI, Ruy. “Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças”. *Rev. Saúde Pública*, vol.18, nº 5, São Paulo, Outubro de 1984.

Organizados e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais. Dentre as poucas questões que tiveram o consenso dos grupos participantes neste evento estava a proposta de extinção do parágrafo 302.0 da CID da OMS. Na edição de maio de 1980, o “Jornal Lampião” destacou as decisões tomadas nesta ocasião:

3. Entrar em contato com médicos, psicólogos, psiquiatras e interessados, dentro dos grupos e fora deles, para confeccionar trabalhos sobre homossexualismo, a fim de criar discussão dentro do Congresso Anual do SBPC.
4. Criação, em cada grupo, de uma comissão encarregada de estudar medidas para viabilizar: 1) a alteração da Constituição Brasileira no que diz respeito a opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão; 2) alteração no Código Internacional de Doenças – OMS – 302.0, código esse seguido pelo INPS, que inclui o homossexualismo como desvio mental.
5. Criação de uma comissão de médicos e advogados para pressionar a OMS, a Pan América e a OAB, no sentido de viabilizar, na prática, as alterações propostas no Código Internacional de Doenças e na Constituição Brasileira.
6. Elaboração de uma carta, a ser lida na parte aberta do Encontro, destinada à Associação de Psiquiatria e de Psicologia do Brasil, denunciando o tratamento dado aos homossexuais.²⁴⁰

Entretanto, essas deliberações não foram levadas adiante pelo Somos-SP que devido as dissensões internas, dissolveu-se de vez no ano de 1982. A partir daí o Grupo Gay da Bahia que já estava em funcionamento desde 1980, capitaneou de vez essa luta. Pensando em se oportunizar do processo sociopolítico e cultural que estava ocorrendo no país, o GGB iniciou uma mobilização nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Aproveitando a realização da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que ocorreu em julho de 1981, em Salvador, o grupo organizou diversas manifestações contra a discriminação cientificista da homossexualidade. Tais atividades tinham também como objetivo ampliar a visibilidade da causa gay. Isso devido à presença da grande imprensa no evento e o apoio de parte da sociedade científica e civil se mostraram favorável a despatologização da homossexualidade, por meio de um abaixo-assinado. De acordo com o boletim informativo do GGB:

Cá estiveram representantes dos seguintes grupos: DIALOGAY/Sergipe, NÓS TAMBÉM/Paraíba, GATHO/Pernambuco, FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/SP, GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTAS/SP, SOMOS/RJ e AUÊ/RJ. O OUTRA COISA mandou-nos telegrama e o SOMOS/SP enviou um texto, “Carta aberta à SBPC”. Nossas atividades mereceram reportagem em todos os principais jornais de Norte a Sul inclusive notas e fotos (a cores!) na Veja, Istoé e Visão. Fizemos um ato público num circo/auditório, com mais de 1.000 pessoas; a “barraca gay” foi o ponto mais badalado e concorrido de toda a reunião; fûramos mais de 60 orelhas de homens que aderiram a nova moda

²⁴⁰ JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Ano 2. Nº 24, maio de 1980, p.7.

introduzida pelos gays; fomos alvo de ameaça terrorista; conseguimos mais de 4 mil assinaturas contra o §302.0 do INAMPS; aceitamos o desafio e saímos vitoriosos num debate de improviso com um padre católico sobre o tema “a verdade sobre o sexo”.²⁴¹

Em tom ufanista, o grupo pôde ainda comemorar a aprovação por unanimidade por parte dos cientistas membros da SBPC de uma moção que comprometia a direção do órgão a lutar contra o código de saúde que associava à homossexualidade a doença. A campanha ganhou ainda mais impulso depois do envio de uma carta-protesto, intitulada “Mais cuidado com os gays”, em outubro de 1981, direcionada ao Ministro da Previdência Social Dr. Jair Soares. Tal iniciativa foi uma resposta às declarações moralistas do Dr. Newton Guimarães, diretor da Faculdade de Medicina da UFBA, que afirmou no “Jornal A Tarde”, em janeiro de 1981, que os homossexuais eram os principais responsáveis pelo aumento das doenças venéreas no Brasil. A partir desse momento o Grupo Gay da Bahia fez um levantamento da incidência de doenças venéreas na comunidade homossexual de Salvador. Para isso, disponibilizou médicos e investigou arquivos da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador, pois além de informações gerais, essas fichas também indagavam acerca da ocorrência de doenças venéreas. De acordo com o dossiê formulado pelo grupo, tendo o Pelourinho como amostra, esta pesquisa revelou que 90% dos homossexuais dessa região, de um universo de 131 informantes, nunca foram portadores de doenças venéreas.

Independentemente da validade ou não deste resultado por se tratar de uma pesquisa feita pela militância homossexual, tal estatística fez com que o GGB fundamentasse ainda mais as posições do movimento homossexual brasileiro contra o parágrafo 302.0. Segue abaixo um trecho da carta direcionada ao ministro:

QUE TAL SR. MINISTRO, APROVEITAR ESTA OPORTUNIDADE PARA SOLENEMENTE V.S^a. APOIAR A DECISÃO DOS CIENTISTAS BRASILEIROS EM LUTAR CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ANTI-CIENTÍFICA CONTRA OS HOMOSSEXUAIS?! ESTEJA CERTO, SR. MINISTRO, QUE NÃO SÓ OS MAIS DE 10 MILHÕES DE HOMOSSEXUAIS DO BRASIL, MAS TAMBÉM TODOS OS BRASILEIROS ESCLARECIDOS E TODA A COMUNIDADE CIENTÍFICA – E SOBRETUDO A HISTÓRIA – HÃO DE SE LEMBRAR QUE FOI EM SEU MINISTÉRIO QUE O BRASIL ABOLIU A ESCRAVIDÃO DOS HOMOSSEXUAIS.²⁴²

O fragmento escrito todo em letras maiúsculas, assim como no original, revela o anseio do grupo acerca dessa questão. Com toda esta agitação, a polêmica sobre o caráter patológico ou não da homossexualidade adentrou diversos segmentos da sociedade baiana e brasileira.

²⁴¹ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I. Nº 1. Agosto de 1981. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 10.

²⁴² BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano I. Nº 2. Agosto de 1981. Cf. MOTT, Luiz (editor). Op. Cit., p. 25.

Diretores de escola, médicos, professores universitários, entre outros, se posicionaram contra ou a favor da despatologização da homossexualidade. A campanha contra o INAMPS se propagou por todo o país, contando com assinaturas de diversas representações sociais. Diante de toda esta pressão, em 11 de março de 1982, o grupo obteve a primeira resposta do Estado a respeito da sua petição. O ministro Jair Soares enviou a seguinte carta ao GGB:

“ACUSANDO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDÊNCIA, DIRIJO-ME A V. S^a. INFORMANDO QUE A ENCAMINHEI AO ÓRGÃO COMPETENTE DESTE MINISTÉRIO O QUAL DEVERÁ MANIFESTAR-SE QUANTO À VIABILIDADE DO ATENDIMENTO SOLICITADO. ass. JAIR SOARES”.²⁴³

Era o primeiro indício que o movimento homossexual poderia sair com vitória desta empreitada. A resposta de um representante do governo acenou para um novo tipo de relação entre o MHB e o Estado, tendo como principal agente na busca por esse emparelhamento o Grupo Gay da Bahia, com suas ações coletivas e visibilidade alçada nos primeiros anos da década de 1980. Outrossim, é salutar destacar que 1982 foi um ano marcante no processo de redemocratização do país, pois é neste momento que ocorreu as primeiras eleições diretas pós-regime militar para governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores em todo os estados da federação. A partir daí, a discussão em torno da despatologização da homossexualidade adquire contornos mais institucionais. É neste momento que se inicia os primeiros diálogos entre o GGB e os partidos políticos que começavam a despontar o cenário nacional. Sem embargo, estas relações eram vistas pelo grupo com desconfianças.

Para o Grupo Gay da Bahia, independentemente dos interesses dos partidos de oposição e do governo militar, era importante aproveitar as brechas deste novo cenário político que se apresentava na primeira metade da década de 1980. Partindo dessa concepção, o grupo sentou com candidatos dos recém-fundados partidos políticos de oposição como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Entre esses se destacam os candidatos Emiliano José e Sérgio Santana, pelo PMDB, e José Sérgio Gabrielli que, filiado à plataforma nacional do PT, incluía a defesa dos homossexuais em sua campanha. Levando em consideração o seu uso estratégico destes partidos e evidenciando seu desejo de apartidarismo, o GGB traçou suas condições para aqueles que pretendiam apoiar a causa “gay”. A principal imposição era que o candidato apoiasse a luta pela remoção do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS. Como fica evidente na transcrição de um boletim informativo do grupo:

²⁴³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, Nº 3, abril de 1982. Cf. *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p27.

A condição prévia é o comprometimento por parte do candidato em apoiar nossa luta pela revogação do famigerado §302.0 do Código de Saúde do INAMPS que qualifica o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”. Também exigimos o compromisso em propor leis que permitam a livre expressão sexual dos cidadãos, para que haja mais respeito aos homossexuais e o fim total da repressão policial brutal de que somos alvo.²⁴⁴

A partir daí, a luta pela despatologização da homossexualidade se trava cada vez mais no campo da macropolítica. Destaca-se também neste período a parceria do GGB com o militante gaúcho João Antônio Mascarenhas que teve participação crucial no processo de institucionalização do grupo, disponibilizando seus serviços de advogado e prestando consultoria na luta pela obtenção do registro do “Grupo Gay da Bahia”. Com isso, o GGB se tornou o primeiro grupo homossexual a obter o registro de sociedade civil sem fins lucrativos, em 24 de janeiro de 1983.²⁴⁵

O ano de 1984 iniciou-se com a celebração do movimento homossexual em todo o mundo como o “ano gay internacional”. Nesta onda de celebração, e com a vitória na luta pelo reconhecimento jurídico do grupo, o Grupo Gay da Bahia retoma com toda força a campanha pela extinção do parágrafo 302.0 do Código de saúde do INAMPS. Foi neste ano que ocorreu também o II EGHO, entre os dias 13 e 15 de janeiro, em Salvador. Neste encontro, foi evidenciada novamente a prioridade a ser dada à luta pela despatologização da homossexualidade. Em julho, mais uma vez, os militantes homossexuais de todo o Brasil participaram da reunião anual da SBPC que ocorria neste ano em Belém, no Pará. Em agosto deste mesmo ano, o GGB distribuiu uma circular, intitulada “Todos devem Protestar”, exigindo do Ministro da Saúde a desvinculação entre homossexualidade e doença. Este documento foi composto ainda por diversas cartas de protesto de vários militantes internacionais. Neste momento, alguns países, devido à pressão dos movimentos homossexuais locais, já tinham retirado a homossexualidade do seu código de doença, como foi o caso da Noruega e Canadá.²⁴⁶

Em 1985, a campanha pela extinção do parágrafo 302.0 do código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual já contava com o apoio de importantes associações científicas do país, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Estudos

²⁴⁴ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II. Nº 4. Setembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 46.

²⁴⁵ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano II, nº 06, março de 1983. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 65 e 66.

²⁴⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano III. Nº 08. Janeiro de 1984. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 89.

Populacionais, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais e por último, a Associação Brasileira de Psiquiatria, de 308 políticos, incluindo o governador de São Paulo e vice-governador do Rio de Janeiro, e de mais de 16 mil assinaturas de cidadãos brasileiros de todo o país.²⁴⁷ Aproveitando as eleições indiretas neste ano, que previa o retorno de um presidente civil ao poder, e toda a comoção nacional pela volta da democracia, o GGB saiu em busca de apoio dos candidatos à presidência para a sua causa. No entanto, obteve apenas a resposta positiva do candidato da “Aliança Democrática”, Tancredo Neves.²⁴⁸ A promessa de Tancredo Neves de conceder aos homossexuais “um lugar ao sol” representou uma luz no fim do túnel para o movimento.

Diante de toda esta mobilização de atores homossexuais, sociedade civil e alguns políticos, notadamente sob a égide do Grupo Gay da Bahia, a tão sonhada conquista do movimento homossexual brasileiro ocorreu em 9 de fevereiro de 1985, e foi celebrada como a maior vitória dos gays brasileiros.

Com todas essas adesões e significativo apoio popular com mais de 16 mil assinaturas, finalmente aos **9 de fevereiro de 1985**, o Conselho Federal de Medicina atendeu nossa reivindicação, deixando a homossexualidade de ser enquadrada no código 302.0 e passando para o código 2062.9, “outras circunstâncias psicossociais”, ao lado do “desemprego, desajustamento social, tensões, psicológicas”. Como o “CID” inclui também códigos não relativos a doenças, os quais servem unicamente para codificar motivos de atendimento médico, a partir de então a homossexualidade deixou de ser considerada “desvio e transtorno sexual”, para tornar-se apenas uma estatística do atendimento médico. Assim sendo, não há mais nenhuma lei, nem código no Brasil que se refira à homossexualidade como “patologia”. Portanto é legal ser homossexual, é saudável ser homossexual. Nossos agradecimentos a todos que com sua assinatura e empenho colaboraram com o GGB nesta histórica vitória.²⁴⁹

Para o Movimento Homossexual Brasileiro, a despatologização da homossexualidade em 1985, além de representar a primeiro êxito efetivo destes militantes homossexuais, foi um grande passo na luta contra a discriminação e “subcidadania” homossexual. Vale ressaltar que, conforme Green (2000), no Brasil não havia uma legislação que punisse o amor pelo mesmo sexo desde a promulgação do código Penal Imperial, por D. Pedro I, em 1830, apesar de muitos deles serem enquadrados em outros artigos penais que se referiam a “atentado ao pudor”, “depravação moral”, entre outros. A ausência de leis contrárias às atividades sexuais entre iguais não anulava e nem atenuava o preconceito. Entretanto, o fato de não existir tal legislação fazia

²⁴⁷ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano III. Nº 09. Julho de 1984. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 97.

²⁴⁸ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 10. Janeiro de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 114.

²⁴⁹ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 11. Julho de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 118.

com que os amantes do mesmo sexo no Brasil não tivessem um alvo na luta pelo fim da inferiorização. Com a organização do MHB na década de 1970, os grupos organizados se voltaram contra o Código de Classificação de Doenças da OMS. Pela primeira vez, os homossexuais estavam diante de uma luta com trincheiras estabelecidas de ambos os lados. A conquista do Movimento Homossexual Brasileiro em relação à extinção do parágrafo 302.0 Código do INAMPS se antecipou em muito a despatologização da homossexualidade no plano internacional, que só ocorreu em 17 de maio de 1990.

No entanto, o ano de 1985 marcou também o início de uma nova batalha. Neste ano, espalhou-se por todo país a notícia de uma doença que matava, sobretudo, os gays. A chegada do HIV/AIDS no Brasil, desde 1982, e o grande número de vítimas homossexuais sinalizou mais uma vez para a sinonímia entre homossexualidade e doença. Apesar da relutância da militância em se envolver com tal questão, devido ao medo da morte e da estigmatização, sua atuação foi de significativa importância no combate a essa epidemia. Para isso, as relações estabelecidas com o Estado nesta primeira metade da década de 1980, na luta pela despatologização da homossexualidade, possibilitaram um diálogo profícuo entre governo e o movimento homossexual. Pois, ao invés de serem visto como doentes sentenciados à morte, os homossexuais passaram a ser concebidos, sobretudo, devido a atuação da militância homossexual, como “grupo de risco”. Atribuindo, assim, ao Estado a devida responsabilidade de garantir as condições para uma dignidade humana, como proteção social e saúde pública. Não obstante, esta discussão será melhor aprofundada no próximo capítulo.

Com isso, neste primeiro momento, já podemos traçar algumas diferenciações norteadoras entre a atuação dos primeiros grupos organizados de homossexuais que surgiram no final da década de 1970 e o GGB que adotou uma nova postura política homossexual muito mais pragmática e multidirecionada, tendo como alvo tanto a sociedade civil quanto o Estado. Nesta linha, o grupo focou na consolidação de uma identidade coletiva homossexual que desse mais coesão e visibilidade às causas do movimento. Dessa forma, o ato de “se assumir” enquanto homossexual, o *coming out*, passou a ser incentivado pelo grupo como sendo uma forma de demonstração de consciência política por parte dos amantes do mesmo sexo. Neste sentido, a identidade “gay” passou a ser perspectivada por esses militantes baianos como sendo a representação da homossexualidade mais “respeitável” e “preparada” para a luta política e social.

Da mesma forma, pudemos perceber que esse novo estilo de militância homossexual praticado pelo GGB a partir dos anos 1980, diferenciou-se ainda da experiência dos primeiros militantes homossexuais brasileiros por estabelecer, dentre outras estratégias, uma maior

aproximação com o gueto homossexual, o que permitiu ao grupo absorver em alguma medida práticas de “fechação” como tática política. No entanto, este diálogo do militantes baianos com os demais integrantes da comunidade homossexual soteropolitana, não impediu, por outro lado, que cessassem os conflitos em torno das representações da homossexualidade.

Por último, destacamos ainda nesse primeiro momento, a atuação do GGB na campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil. Nesta luta, o GGB se valeu do processo de redemocratização do Estado nacional para obter apoio e vantagens políticas por parte de líderes e agremiações partidárias que vinham se reorganizando ou surgindo no país neste período. A vitória na luta pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”, foi encarada pelo grupo gay baiano como um avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Além disso, esta conquista também serviu para mitigar os sentidos atribuídos à homossexualidade, como a concepção do homossexual enquanto doente. Todavia, como veremos a seguir, outras incursões no real provocadas pelo surto do HIV/AIDS, em meados da década de 1980, abalaram esta operação, exigindo por parte do MHB novas respostas à antiga sinonímia entre homossexualidade e doença, bem como às demais significações que serviam para subalternizar o ser homossexual.

CAPÍTULO IV

SOB O SIGNO DO CRIME: O GRUPO GAY DA BAHIA E A LUTA PELA AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Já descobriram quem matou? A indagação corre de boca em boca e em cada comentário se vislumbra uma defesa ou uma acusação. Pelo noticiário da imprensa deixaram o anonimato dois nomes: Dilma, uma mocinha que poderia desaparecer na multidão pelo resto da vida e Maria Oítula, cujos hábitos e a vontade de sobreviver se identificavam com a da companheira, amigas íntimas morando juntas, procurando um meio de vida igual, até o dia em que um crime em circunstâncias inusitadas, passional ou não, projetou-as ao comentário público. Quem matou Dilma? O povo responde: “Eu acho que geralmente os homossexuais são violentos no ciúme, como bem disse o prof. Estácio Lima, mas este crime só pode ter sido praticado por um sádico seja ele homossexual ou não. Isso é patente”. (...) “Isso não é crime praticado por uma pessoa normal. Deve ter um componente patológico de natureza sexual. Receio, porém está sendo levada pela opinião dos jornais, daí fazer o pedido que não publiquem o meu nome”²⁵⁰

(...) O homossexualismo e o tráfico de tóxicos continua bastante relacionado com o homicídio. Segundo o laudo pericial, Dilma foi morta por estrangulamento, teve o seio esquerdo estirpado [sic], e um corte feito com a lâmina de uma faca bem afiada, em forma de cruz à altura do ventre. Segundo observadores o crime teria sido perpetrado por homossexuais e essa possibilidade continua a existir.²⁵¹

O cruel assassinato de Dilma Nazaré de Araújo, em abril de 1973, noticiado nas matérias exposta acima, teve uma grande repercussão na imprensa baiana. O mistério envolvendo a morte de Dilma intrigou tanto os redatores dos jornais que, nas mãos deles, o caso chegou a ganhar ares folhetinescos. No Jornal “A Tarde”, um dos mais lidos da Bahia, este crime, por diversas vezes, recebeu um tratamento de reportagem de capa. As investigações da polícia sobre a autoria e as motivações do delito, bem como a ressonância dada pela imprensa a cada nova pista encontrada pelos policiais, suscitavam na sociedade em geral uma série de debates, alguns deles, mediados pelos próprios jornalistas.

Não obstante, nestes juízos populares a respeito do assassinato de Dilma, como os expressos na notícia acima, o que estava em julgamento, na maioria das vezes, não era um suspeito ou outro, mas as razões que levavam um ou mais indivíduos a praticar um ato tão abominável. Neste caso, o suposto relacionamento amoroso da vítima com Maria Oítula, descrito com uma certa sutileza pelo “A Tarde”, já servia como indício para a opinião pública colocar a homossexualidade no centro desta discussão. Independentemente das posições do leitores acerca do estilo de vida homossexual de Dilma e dele poder se extrair a motivação ou

²⁵⁰ JORNAL A TARDE, Salvador, 27 de abril de 1973, p.1.

²⁵¹ JORNAL A TARDE, Salvador, 22 de janeiro de 1974, p. 1.

não do crime, o mais importante é notar que neste período, mesmo não havendo em todo o século XX, no Brasil, nenhum tipo penal que imputasse qualquer pena para os amantes do mesmo sexo, a homossexualidade ainda era vista pela maioria da sociedade como predicado de culpabilidade criminal. O discurso do jornal, pondo lado a lado o “homossexualismo” e o tráfico de tóxicos como dados circunstanciais ligados ao assassinato de Dilma, passava um recado claro para a sociedade da época de que a homossexualidade estava estreitamente associada à atividade criminal. Fica claro então que, para grande parte da imprensa e da sociedade brasileira como um todo, a prática homossexual, vista como anormal, tornava o indivíduo susceptível a cometer atos delituosos.

Neste esteio, a análise dessas matérias publicadas no “A Tarde” permite perceber também o tratamento que a maior parte da imprensa dispensava ao homossexual na década de 1970, bem como as representações da homossexualidade veiculadas nestas mídias. Todo esse enredo em torno do assassinato de Dilma, apontada como uma mulher lésbica, e as suspeitas de uma possível motivação homossexual neste crime, revelava não somente o preconceito que imperava na sociedade em geral, como também a postura discriminatória contra os homossexuais adotada pelo próprio jornal.

Tendo em vista pôr fim a estes preconceitos contra os homossexuais produzidos e reproduzidos pela grande mídia nacional, o Grupo Gay da Bahia, ainda nos seus primeiros anos, travou diversas batalhas contra esses veículos de comunicação. A respeito da associação que estes faziam entre homossexualidade e criminalidade, o GGB tratou de enviar uma carta de protesto à redação do jornal “A Tarde”, criticando a exposição seletiva da “preferência sexual” do acusado de crime ou do criminoso apenas quando esses eram identificados enquanto homossexuais. Para os militantes homossexuais baianos, o jornal se valia da curiosidade e do preconceito homossexual de grande parte de seus leitores, como podemos observar no caso do assassinato de Dilma, para vender mais exemplares²⁵².

Estes embates do GGB contra as representações consideradas negativas da homossexualidade, que circulavam na grande mídia, inscrevem-se num plano de ações maior proposto pelo grupo que tinha como direcionamentos a luta contra as diferentes formas de discriminação homossexual e a busca pelo reconhecimento dos direitos desses sujeitos. Na segunda metade da década de 1980, com o fim da Ditadura Civil-Militar e o movimento pela Constituinte, encaminha-se no Brasil um projeto de Estado Democrático de Direito. O Grupo Gay da Bahia passa então dimensionar suas ações e focar suas conquistas numa relação mais

²⁵² JORNAL A TARDE, Salvador, 21 de abril de 1982.

próxima com o Estado. Paralelamente, é neste período também que o contágio do vírus HIV/AIDS chega em sua fase mais aguda no país, atingindo, sobretudo, os sujeitos que praticavam sexo entre iguais. O enfrentamento a essa epidemia exigiu assim novas alianças e demandas por parte do Movimento Homossexual Brasileiro.

Nesta trilha, discute-se, neste capítulo, a atuação do Grupo Gay da Bahia na luta contra a discriminação da homossexualidade e na busca pela conquista dos direitos dos homossexuais junto ao Estado brasileiro, tendo em vista uma ampliação das noções de cidadania e de democracia provocada pelas transformações culturais e sociopolíticas que vinham ocorrendo no país, na segunda metade dos anos 1980. Destaca-se, neste momento, as disputas entre o GGB e a grande mídia em torno das representações da homossexualidade, as ações dos militantes homossexuais baianos no combate à violência e à discriminação por orientação sexual e o papel do grupo no controle da epidemia do HIV/AIDS entre os homossexuais no Brasil.

Ademais, vale acrescentar que estas ações do Grupo Gay da Bahia na segunda metade da década de 1980, assim como a atuação Grupo Triângulo Rosa, recém-criado em 1985, no Rio de Janeiro, por João Antônio Mascarenhas, deram a tônica do MHB neste período. A militância homossexual desses grupos serviu de sustentáculo para a reorganização do movimento homossexual na década de 1990, que logo mais tarde, após sucessivas trocas de siglas, passou a adotar o nome de Movimento LGBTQI+ brasileiro.²⁵³

4.1 O GGB e a grande mídia: jogos de representações

A luta do Grupo Gay da Bahia por um dispositivo legal que protegesse e garantisse os direitos civis dos homossexuais não ocorreu de forma desvencilhada de uma tentativa de alterar também todo um “imaginário”²⁵⁴ social que sustentava o preconceito e a discriminação dos amantes do mesmo sexo dentro da organização social. Para isso, o grupo travou verdadeiras

²⁵³ Conforme Facchini: “Nos documentos produzidos por membros ou grupos/organizações do movimento desde seu surgimento, a sigla MHB tem sido utilizada para auto-referência, principalmente quando se trata de traçar abordagens generalizantes e históricas. Em momento específicos, como em 1993, esse movimento aparece descrito como MGL (movimento de gays e lésbicas). A partir de 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999 e por iniciativa do grupo a partir do qual realizei minhas observações, passa a figurar como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros”. Cf. FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 20.

²⁵⁴ De acordo com Pesavento: “O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. (...) O imaginário comporta crenças, mitos ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito”. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História & História Cultural*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 43.

batalhas contra as ideias e as imagens que compunham esta representação coletiva.

As produções discursivas e imagéticas que subalternizavam a homossexualidade poderiam ser encontradas, especialmente na mídia impressa e televisiva que já se apresentava como importantes canais de transmissão e massificação de diferentes pensamentos e comportamentos. Para os militantes baianos, não bastava apenas negá-las, pois, antes de qualquer coisa, era necessário contrapô-las, produzindo contra-discursos carregados de valores positivos. Esta reação do GGB diante dessas produções discursivas e imagéticas acerca da homossexualidade gerou uma verdadeira “luta de representações”.²⁵⁵

Essas campanhas contra as ideias e imagens transmitidas sobre a homossexualidade consideradas pelo grupo como discriminatórias eram direcionadas, sobretudo, aos jornais impressos, aos programas de televisão, às pessoas públicas e às publicidades, que, na percepção desses militantes homossexuais baianos, instigavam a violência e a discriminação dos homossexuais.

Numa dessas tentativas de corrigir as representações da homossexualidade veiculadas na imprensa baiana, assim como estabelecer um diálogo com esses meios de comunicação, o grupo realizou um júri popular para debater o tema “Os meios de comunicação e o homossexualismo”, no dia 12 de julho de 1982, na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia. Para este debate, foram convidados jornais, rádios, canais de TVs e órgãos e entidades ligados às comunicações. Nesse evento, o GGB apresentou um dossiê de recortes de jornais denunciando a discriminação e a falta de compromisso ético dos jornalistas baianos quando o assunto era a temática homossexual. O principal alvo de denúncias do grupo foi o Jornal “A Tarde”. Segundo o boletim informativo do GGB:

Que o leitor julgue o nível de agressividade, despeito e preconceito que o principal jornal da Bahia destila em relação aos homossexuais, chamando-nos dos seguintes termos: “invertidos, pervertidos, imorais, coluna do meio, terceiro sexo, bichas, frescos, anormais”. Se não bastassem tantas ofensas, “A Tarde” chama a homossexualidade de “morbidez que tripudia os valores humanos”, “viadagem” e diz que somos “tristes e trágicos” devido à nossa “enfermidade moral”. Mais ainda: diz que o termo “gay” veio do nome do avião que jogou a bomba em Hiroxima (“Enola Gay”) e no cúmulo da homofobia, através de seu Redator-Secretário determinou dia 3/8/82 que a partir dessa data “fica proibido a publicação de qualquer matéria que se refira a movimentos gays e lesbianismo. Esta medida visa preservar o conceito d’A Tarde frente a seu público”. Igual à Lei Falcão, Index dos Livros Proibidos,

²⁵⁵ Para Chartier: “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 18.

Inquisição, Macartismo, tudo fica no mesmo saco de obscurantismo.²⁵⁶

O texto do boletim é claro na sua postura anticoercitiva e anticensura: contra quaisquer distinções hierárquicas, o Jornal “A Tarde” não deveria repetir as consideradas atrocidades históricas e obscurantistas que estiveram presentes na legislação brasileira, na inquisição europeia ou no macarthismo americano. Reivindicava-se uma horizontalidade social, mas também denunciava-se os estereótipos morais e os silenciamentos midiáticos impostos aos amantes do mesmo sexo. A história passada era mestra da vida e o presente deveria aprender com ela. Tratava-se de uma luta na e pela comunicação das ideias e de posicionamentos. E a trincheira era a produção de saberes desprovidos de preconceitos. Desse debate público, o GGB produziu ainda um documento endereçado a todos os jornais do Brasil contendo uma lista com seis resoluções visando um maior esclarecimento por parte dos jornalistas acerca das questões que envolvem a homossexualidade e respeito aos homossexuais.

REIVINDICAÇÕES DO GGB AOS JORNALISTAS. Como resultado do “Júri Popular” sobre os meios de comunicação e o homossexualismo, redigimos uma lista de 6 itens que pretendemos enviar a todos os jornais do Brasil, a saber: 1) Proibição de se veicular nos meios de comunicação termos vulgares e preconceituosos para se referir aos homossexuais. 2) Proibição da publicação de matérias reveladoras de preconceito machista e anti-científicas em relação à homossexualidade. 3) Proibição de se revelar a homossexualidade de delinqüentes comuns. 4) Que os jornais abram espaço para debates e esclarecimentos científicos sobre a questão homossexual. 5) Que os profissionais da comunicação se atualizem sobre os mais recentes trabalhos científicos relativos à homossexualidade e o movimento gay. 6) O GGB abre sua biblioteca e arquivos aos jornalistas e pesquisadores interessados nesta inadiável atualização sobre a questão homossexual.²⁵⁷

No entanto, os embates entre o Grupo Gay da Bahia e o Jornal “A Tarde” não terminaram por aí. Mais tarde, o GGB organizou outro dossiê formalizando uma denúncia junto ao Ministério das Comunicações, a Associação Baiana de Imprensa, a Associação Brasileira dos Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas da Bahia, o Ministério da Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, contra o jornal, por discriminação e instigação de violência contra os homossexuais. O grupo sistematizou os mais frequentes discursos “antigays” veiculados pelo periódico:

Assim sendo, agrupamos em três modalidades as infrações mais frequentes d’A Tarde à Lei de Imprensa: 1º) Instigação de preconceito e discriminação contra os gays, chegando ultimamente a pregação repetida do extermínio dos homossexuais; 2º) Sonegação de informações cruciais sobre eventos do movimento homossexual

²⁵⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II. Nº 4. Setembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 45.

²⁵⁷ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II. Nº 4. Setembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 43.

brasileiro; 3º) Publicação de notícias deturpadas, inverídicas e caluniosas sobre os gays e a homossexualidade.²⁵⁸

O GGB ainda destacou nesse documento os nomes dos principais jornalistas que escreviam abertamente contra os homossexuais, eram eles: o colunista de cinema, José Augusto Berbert, o redator-secretário do jornal na época, Joaquim Alves Cruz Rios, o professor Remy de Sousa, e o também professor Pereira de Sousa, conhecido como “Padre Pereirinha”. Contra o preconceito homossexual escancarado de Berbert, o grupo declarou uma verdadeira guerra, realizando protestos semanais contra os preconceitos destilados por ele a qualquer indício de homossexualidade. Em sua coluna semanal, Berbert expressava seu repúdio a homossexualidade da seguinte forma:

Tenham paciência, mas não posso aceitar uma coisa dessas. Francamente, estou velho demais para perder duas horas no cinema vendo homossexualismo. As cenas amorosas dos ‘ferdinandos’ (sic) são nauseantes. Bicha no cinema só caricato: levadas a sério, é aberração.” (13-12-1982). Seu comentário aos “Parceiros da Noite” (Cruising) está no mesmo baixo nível: “O filme é uma viadagem sem limite, enjoando-se ver homossexual beijando homem na boca. Tudo no filme dos veados é nauseante (4-8-1981).²⁵⁹

Nota-se a partir dos comentários filmicos elaborados pelo jornalista que a homossexualidade até poderia ser representada pelo cinema e pelas outras artes, contanto que esse homossexual viesse a ser tratado como “caricato” ou “ridículo” e fosse objeto de risos por parte da plateia. A caricatura, como um desenho social deformado, poderia ser aceita já que a deformação era inerente à homossexualidade e seria a “viadagem” com limite algo aceitável. No entanto, para o jornalista, a “viadagem” inaceitável, a sem limite, que enjoaria o tecido social e a ele, seria a levada “a sério”, a explícita e com homens em relações homoeróticas reais. Para Berbert, era inconcebível demonstrações de afeto ou qualquer reivindicação de direitos por partes desses sujeitos. Assim, a homossexualidade sem máscaras, amenizações ou lenitivos seria uma aberração.

Esse jogo de representações envolvendo a homossexualidade também estava presente na mídia televisiva. Por diversas vezes, o GGB protestou também contra a TV “Globo”, maior rede de televisão do país já na década de 1980, com seus programas de humor contendo personagens como “Painho” e “Capitão Gay”, vistos pelos seus integrantes como estereótipos preconceituosos. Nestas produções da TV, as representações privilegiadas eram a do

²⁵⁸ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 11. Junho de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 118.

²⁵⁹ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 11. Setembro de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 119.

homossexual enquanto “travesti”, “palhaço” ou “modista”. Contra esta prática vista pelos militantes homossexuais como discriminatória, foi elaborado um documento intitulado “Carta Aberta aos Homossexuais Brasileiros”, formulado durante o II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), realizado em Salvador, entre os dias 13 e 15 de janeiro de 1984. Nesta carta, ficou acertada a seguinte resolução no que diz respeito às relações entre o movimento homossexual e os meios de comunicação:

Considerando que a imagem dos homossexuais que chega às famílias e ao público em geral através da TV e Imprensa é altamente preconceituosa e caricata, exigimos mais espaço nos meios de comunicação para que todos possam conhecer outros estilos de vida homossexual e não apenas travestis, modistas e palhaços. Que os meios de comunicação deixem o preconceito **homofóbico** e o sensacionalismo que geralmente associam aos eventos relacionados à homossexualidade.²⁶⁰ (Grifo meu)

Mais uma vez, as diferentes representações da homossexualidade estavam em disputa. No entanto, chama a atenção nesta carta também o uso do termo “homofóbico”.²⁶¹ De acordo com Borrillo, “a homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres. Segundo Borrillo, o termo foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971; no entanto, ele apareceu nos dicionários de língua francesa somente no final da década de 1990 (...)”. No caso do Brasil, percebe-se que, nesse momento, o uso do termo homofobia já começava a ser utilizado para designar as expressões de ódio direcionadas aos homossexuais. Com efeito, nos boletins do GGB, o termo já vinha sendo aproveitado, pelo menos, desde setembro de 1982.²⁶² O seu uso sistematizava uma série de ações e discursos que tinham como função agredir e inferiorizar os praticantes de sexo e troca de afetos entre iguais.

Diante da indiferença dos meios de comunicação às reivindicações da militância homossexual, o GGB tratou também de veicular suas produções discursivas e imagéticas acerca da homossexualidade, visando oferecer, com isso, para aqueles que se identificavam enquanto homossexuais, e a sociedade em geral, um conjunto de representações vistas pelo grupo como “positivas”, uma contraposição às ideias e imagens negativas sobre o homossexual, presentes no imaginário social.

No cumprimento deste objetivo, e tendo em vista uma maior politização dos homossexuais baianos, o Grupo Gay da Bahia, desde a sua fundação, procurou tornar o dia 28

²⁶⁰ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano III. Nº 9. Julho de 1984. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 102.

²⁶¹ Cf. BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e Crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 13.

²⁶² BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II. Nº 4. Setembro de 1982. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 41.

de Junho, comemorado no mundo todo como o “Dia do Orgulho Gay”, em “dia do homossexual”, pois foi nessa data que ocorreu a Revolta de *Stonewall* nos Estados Unidos. Assim, todo ano, o grupo passou a promover uma série de atividades político-culturais, tendo em vista à valorização do “ser homossexual”. A partir da segunda metade da década de 1980, esta data passou a ser comemorada com um passeio de barcos e canoas em direção ao Forte de São Marcelo, construído pelo governador Diogo Botelho, apontado por esses militantes baianos como sendo praticante do amor pelo mesmo sexo. Na busca incessante pela legitimidade no tempo e no espaço, Botelho, oitavo governador geral do Brasil Colonial, foi representado como o primeiro governador gay da Bahia. Essa manifestação ficou conhecida como o “Episódio das Mariatas” e também está relatada nos boletins do GGB:

A Tribuna da Bahia deu chamada de 1ª página e longa matéria com foto: além de uma festinha-dançante na sede, realizamos uma solenidade no Forte de S. Marcelo, levando flores brancas que foram depositadas na porta do forte, em homenagem a seu construtor, Diogo Botelho, o 1º Governador Gay da Bahia (1607). A TV-Educativa fez belíssima reportagem, distribuída nacionalmente, onde mostrou os membros do GGB numa canoa, atravessando a Baía de todos os Santos em direção ao forte.²⁶³

Além disso, o GGB passou a publicar, desde 1981, o boletim do Grupo Gay da Bahia”. A ideia de produzir uma revistinha regional surgiu no 1º Encontro de Grupos Homossexuais organizados do Nordeste. Entretanto, como a “Revista Bichana” não foi para frente, o Grupo Gay da Bahia tratou de publicar o boletim de número 01 em agosto de 1981. O informativo contava com um relatório das atividades do grupo, denúncias de crimes contra homossexuais e indicações de bibliografias e notícias acerca da homossexualidade e do movimento homossexual. Os boletins eram publicados nos formatos mimeografados e distribuídos em sua maior parte na Bahia, e a outra parte enviada para outros grupos gays do Brasil. Outras pessoas que quisessem adquirir o periódico poderia ainda pagar uma quantia em dinheiro ou fazer sua assinatura anual. Com o fim do Jornal “Lampião da Esquina”, os boletins do GGB representaram-se como um importante veículo de informação e aproximação dos diferentes grupos homossexuais organizados no Brasil durante a década de 1980. Tratava-se, portanto, de um “saber dominado”, conforme a acepção de Foucault, que se insurgia, um contradiscurso.

Outras iniciativas do grupo nesta luta contra as representações homossexuais dominantes na grande mídia foram: a publicação da 1ª edição do “Guia Gay da Bahia”, em 1981, e a organização do “I Concurso Brasileiro de Poesia Gay”, em 1982. Como resultado desse certame, o GGB publicou um livro intitulado “24 Poemas Gays”.

²⁶³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano VI. Nº 13. Outubro de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 143.

Entretanto, todo esse esforço do Grupo Gay da Bahia em promover uma representação homossexual mais “séria” na sociedade não contou com o apoio de todos os membros do grupo. Alguns deles viam nisso tudo uma ênfase exacerbada na representação “gayista” do amor pelo mesmo sexo. Foi o caso dos anarquistas, Ricardo Líper, Tony Pacheco e Alexandre Ferraz que passaram a contestar essas imagens. Estes se afastaram do grupo e, ainda nos primeiros anos de militância do GGB, passaram a privilegiar uma outra representação da homossexualidade – a identidade “espartana”²⁶⁴ – por considerá-la mais masculina, em comparação com a identidade gay. Sobre isto, depõe Tony Pacheco:

Mas, na verdade, logo no início a gente teve problemas com isso, devido a uma maioria de pessoas identificadas com o feminino nesse trabalho [Grupo Gay da Bahia]. A gente, pelo menos, nós do movimento anarquista, não achamos isso muito relevante. Achamos que todo ser humano deve ser do jeito que quiser, inclusive se quiser se fantasiar de abóbora e sair na rua, ninguém tem o direito de dizer absolutamente nada, porque o ser humano nasce livre e deve permanecer livre até o momento da morte dele e ninguém tem o direito de dizer se tá correto ou incorreto. Os anarquistas defendem isso, todo ser humano tem o direito de levar a sua vida do jeito que quiser. Só que nós, especificamente. Nós três não nos identificamos com esse negócio de você sendo homem querer ser mulher. Não temos identidade com o feminino. (...) Nós três, por exemplo, somos homens e achamos que a masculinidade é um construto social que nos interessa. (...) Nós espartanos, achamos que a masculinidade é a nossa identidade.²⁶⁵

Observa-se no testemunho de Tony uma série de incongruências. Ele procura combinar o preceito da liberdade caro ao anarquismo, questionando as formas de opressão social, mas não o estende à liberdade identitária dos homossexuais vistos como mais femininos. A concessão à liberdade discreta e própria da identidade sexual (possível para homossexuais masculinos) não era a mesma que a liberdade de performance de gênero, especialmente se esta fosse desviante e não espartana. Ou melhor, mesmo ele exaltando os princípios anarquistas, ao afirmar seu respeito pelas diversas formas de existência, sua fala deixa escapar um certo repúdio à feminilização do homossexual masculino. Neste sentido, percebe-se, com isso, que o GGB, além de lidar com os preconceitos contra as homossexualidades propagados pela mídia impressa e televisiva, também disputava as representações da homossexualidade com aqueles que se assumiam enquanto amantes do mesmo sexo.

²⁶⁴ Para mais informações sobre o “espartanismo”, ver LÍPER, Ricardo. *Sexo entre homens e a tradição espartana: tudo que você queria saber e tinha medo de perguntar*. Salvador: Edições RCP, 2005.

²⁶⁵ Entrevista concedida por Tony Pacheco em 10 de março de 2012.

4.2 Nas brechas da Constituinte: a atuação do GGB no combate à violência e discriminação por orientação sexual

Vimos acima que é na década de 1980 que começa a ser amplamente utilizado no meio acadêmico e na militância homossexual o neologismo “homofobia” para designar um preconceito e uma intolerância anti-homossexual. Todavia, apesar do uso dessa nomenclatura representar uma inovação conceitual, que sintetizava um conjunto de agressões sofridas pelos amantes do mesmo sexo, na prática, estes atos já eram comumente aceitos na sociedade em períodos muitos anteriores.

O combate à homofobia em sua forma letal, como os assassinatos de homossexuais, foi uma preocupação do Movimento Homossexual Brasileiro desde o surgimento dos primeiros grupos homossexuais organizados na década de 1970. Com a fundação do GGB, essa luta também passou ser uma das principais bandeiras dos militantes baianos. Para tanto, o grupo utilizou-se das mais diversas táticas e estratégias contra as posturas homofóbicas que não se constrangiam em aparecer. E, ao mesmo tempo em que não se mascaravam, também assumiam diversas facetas em seu exercício social.

Uma sessão permanente nos boletins informativos do Grupo Gay da Bahia era a coluna de denúncias de assassinatos cometidos contra homossexuais. Logo em sua primeira edição, em agosto de 1981, foi publicado no *Boletim*, um número de vinte assassinatos de pessoas praticantes de sexo com iguais. Nas outras edições esses índices só aumentaram, atingindo, entre os anos 1981 a 1989, o total de 334 homicídios de amantes do mesmo sexo noticiados pelo informativo do grupo. De acordo com o GGB, as principais motivações para tantos assassinatos de homossexuais eram latrocínio, briga, desequilíbrio emocional e roubo. Muitas vezes nessas cenas dos crimes estavam michês, travestis e pessoas que mantinham relações consideradas discretas com o mesmo sexo, sem o conhecimento dos familiares e amigos. O grupo fez ainda um balanço qualitativo desses assassinatos, no ano de 1985, traçando assim as principais características das vítimas:

Analisando a biografia desta centena de gays assassinados, encontramos todo tipo de pessoas: professores, militares, profissionais liberais, padres, artistas, pais de santo, funcionários. Predominam, entretanto, os gays de profissões humildes: faxineiros, cozinheiros, manicures e cabeleireiros. Os travestis representam 1/4 das vítimas. Entre os “vips”, além dos já citados, temos altos funcionários do IBGE, do Palácio Guanabara, do MEC, do Ministério da Fazenda, etc. Em termos de localidade, o Rio [Rio de Janeiro] ganha disparado face aos demais Estados: mais da metade destes crimes ocorreram na Cidade Maravilhosa ou na Baixada. Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco se equiparam: nestes Estados mata-se em média um homossexual por mês. Cuiabá, Aracaju, Maceió, Fortaleza também constam na lista das cidades onde quase todos os anos 3 ou 4 gays terminam seus dias numa poça de sangue. Ou enforcados. Ou asfixiados. As idades das vítimas variam de 18 a 70 anos.

Pouco mais da metade morreu antes dos 30. Muitos passavam dos 50, dois tinham 70 anos!²⁶⁶

A partir dos dados apresentados pelo Grupo Gay da Bahia, fica evidente que os crimes homofóbicos se distribuíam por todas as camadas da sociedade. Entretanto, percebe-se que esses delitos se acentuavam entre os gays e as travestis pertencentes à parcela mais humilde da população. Para ter uma maior compreensão desse levantamento, o GGB também procurou traçar os perfis dos assassinos de homossexuais no Brasil.

A maior parte desses assassinos são rapazes brancos, desempregados, biscateiros ou com profissões simples: ambulantes, pedreiros, comerciários. Diversos já tinham familiaridade com armas de fogo: soldados, policiais militares, vigilantes. Muitos incluíam em suas biografias outros crimes: morte e latrocínio. Dois já tinham matado antes outro homossexual. Muitos, contudo, eram primários e mantinham relação fixa com a vítima. A maior parte desses matadores, entretanto, tinha sido “caçada” momentos antes; geralmente em lugares de prostituição masculina: na Estação D. Pedro II no Rio, na Boca do Lixo em São Paulo, no Conjunto Conic e imediações da Boite Aquarius em Brasília.²⁶⁷

Apesar dos outros marcadores sociais, o fato da maioria dos assassinos serem rapazes brancos é um dado para se levar em consideração. Tendo em vista que muitos desses crimes eram cometidos por sujeitos que praticavam regularmente ou eventualmente a “michetagem” e, segundo Perlongher, em sua análise da prostituição masculina em São Paulo, os michês brancos e loiros eram os mais valorizados e procurados por homossexuais.²⁶⁸ Vale ressaltar que muitos michês, mesmo praticando atos homoeróticos, não se viam enquanto homossexuais e as manifestações de desprezo por parte desses sujeitos em relação ao seus clientes era também uma forma utilizada por eles para preservar a sua posição de macho heterossexual.²⁶⁹ Outro dado importante, que também tem correspondência com o número de rapazes brancos assassinos de homossexuais e a prática da “michetagem”, é a pobreza da população brasileira, compreendida nesta pesquisa como mais um elemento fomentador de crimes homofóbicos.

Por detrás dessas personagens que compunham o quadro de vítimas e assassinos, o grupo identificava também todo um conjunto de instituições que disseminavam e reforçavam o preconceito e, por conseguinte, instigavam a violência contra os homossexuais. Nesse sentido, eram constantes as denúncias do GGB contra as Igrejas católicas e evangélicas, contra os meios

²⁶⁶ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 10. Janeiro de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 108.

²⁶⁷ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 10. Janeiro de 1985. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 109.

²⁶⁸ PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 17, p. 145.

²⁶⁹ PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *Op. Cit.*, p. 19 e 20.

de comunicação e contra a polícia militar. A violência policial direcionada, precipuamente, contra gays e travestis, era uma constante. Diante desses abusos, o Grupo Gay da Bahia organizou diversas formas de protestos contra o descaso das autoridades governamentais em relação a esses crimes e para alertar as vítimas dos riscos que enfrentavam na busca por engates sexuais. Sob a coordenação do GGB, mais de 20 travestis realizaram uma manifestação em frente à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em 28 de agosto de 1985, para protestar contra a perseguição e agressão policial e contra o assassinato de sete homossexuais neste ano. Em 4 de outubro de 1987, o grupo realizou uma exposição sobre a violência contra os gays com fotos de manchetes de jornais na “Galeria 13”, debatendo e promovendo apresentações artísticas sobre o tema.²⁷⁰

Nesse mesmo íterim, o GGB, juntamente com outros grupos organizados de homossexuais, passou a adotar uma nova estratégia no combate à homofobia. Em 1985, com a aproximação do fim da Ditadura Militar no Brasil, foram realizadas eleições indiretas para o cargo de presidente da república e se formou todo um movimento pela “Constituinte-Já”, que reivindicava a elaboração de uma nova Carta Magna para o país, uma vez que a Constituição de 1967 passou a ser considerada ilegítima por representar os interesses do Regime Militar. De acordo com Maria Helena Versiani, no artigo “Cartas Cidadãs”, com a vitória da “Aliança Democrática”, formada por Tancredo Neves (PMDB), para presidente, e José Sarney (dissidente do PDS), para vice-presidente, foi enviada uma proposta ao Congresso, em 28 de junho de 1985, de formação de uma Constituinte Congressual, composta por deputados federais e senadores a serem eleitos no pleito que ocorreria em 1986.

A partir desse compromisso de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, firmado pelo presidente Sarney, que, nesse momento, já tinha assumido a presidência devido às complicações de saúde que acometeram Tancredo Neves, irromperam diversas iniciativas para a criação de entidades específicas com o objetivo de estabelecer uma articulação entre a sociedade e o movimento pró-constituinte em todo o país. Este movimento pela Constituinte agitou diversos segmentos da sociedade civil que lutavam desde os anos de maior repressão do regime militar por uma maior participação política e conquista de direitos. Neste novo cenário político que se configurava no país, os militantes homossexuais procuraram se posicionar da seguinte forma: “Até aqui, o movimento homossexual tratou da identificação do cidadão como homossexual. Agora, ele passa para outra esfera: a discussão e a participação na política brasileira”.²⁷¹

²⁷⁰ JORNAL CORREIO DA BAHIA, Salvador, 29 de agosto de 1985.

²⁷¹ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 9 de fevereiro de 1986.

Diante deste contexto, e impulsionados pela vitória conquistada na luta pela despatologização da homossexualidade, o movimento homossexual se mobilizou em todo o país para tentar incluir suas reivindicações na Constituinte. A principal delas era um projeto de Lei federal contra a discriminação homossexual. A aprovação pelo governo dessa proposta era vista pelos militantes homossexuais como um importante passo para o fim da homofobia no Brasil, uma vez que tal dispositivo legal obrigaria o Estado nacional a estender proteção social aos homossexuais. Percebe-se, com isso, que as pressões do movimento homossexual, neste período, já parte de uma noção mais ampla de cidadania e força um alargamento da ainda insuficiente noção de democracia no Brasil.

Com isso, logo que se iniciaram os debates sobre a Constituinte, no ano de 1986, Grupo Gay da Bahia tratou de enviar uma carta para a “Comissão dos Notáveis”,²⁷² reclamando o lugar e os direitos dos homossexuais na nova Constituição. Mais uma vez, esteve também presente nessa campanha um dos principais colaboradores do GGB, o ativista gay João Antônio Mascarenhas, agora enquanto fundador do Grupo Triângulo Rosa. A formação de Mascarenhas em Direito permitiu que ele formulasse uma verdadeira “legislação protetora dos homossexuais”, contendo, entre outras, as seguintes reivindicações:

1. Constituição Federal: incluir no Artigo 153, §1º o seguinte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, PREFERÊNCIA SEXUAL, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punida pela Lei qualquer manifestação preconceituosa ou discriminatória, por razões de raça, cor ou PREFERENCIA SEXUAL”. (Obviamente que “preferência sexual” refere-se exclusivamente a “sexualidade legal”, excluindo-se por exemplo, violência contra indefesos, estupro, etc.). (...)
4. Serão considerados crimes em razão de discriminação por preferência sexual (ou orientação sexual ou estilo de vida): negar a contratação de alguém, dificultar ou impedir a promoção, ou provocar direta ou indiretamente, a demissão ou a rescisão de contrato de pessoas profissionalmente habilitadas ao desenvolvimento de atividades laborais; impedir ou dificultar o ingresso, permanência e o normal acesso em qualquer estabelecimento de ensino, civil ou militar, seja em relação ao pessoal docente, seja ao pessoal discente; colocar obstáculos à custódia de filhos, na hipótese de separação

²⁷² Segundo Maria Helena Versiani, em seu artigo *Cartas Cidadãs*, a Comissão dos Notáveis foi uma resposta do presidente Sarney as pressões de vários segmentos da sociedade civil que ansiavam em participar do processo de elaboração da nova Constituição Nacional. Segundo a autora, “em 18 de julho de 1985 o presidente José Sarney instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ficou conhecida como *Comissão dos Notáveis*. Idealizada por Afonso Arinos, que viria a ser o seu presidente, a proposta previa a elaboração de um anteprojeto que servisse como subsídio aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. A idéia foi encampada por Tancredo Neves. A Comissão foi integrada por 50 personalidades brasileiras de diferentes tendências ideológicas e formações, representando setores diversos da sociedade. Designados por Sarney, participaram da Comissão, entre outros, Barbosa Lima Sobrinho, Bolívar Lamounier, Cândido Mendes, Celso Furtado, Cristovam Buarque, Jorge Amado e José Afonso da Silva. Tendo em vista colher idéias e propostas da população em geral, à Comissão coube criar canais de interlocução com a sociedade, promovendo audiências com debates públicos e incentivando a participação. Milhares de cartas foram encaminhados à Comissão, com sugestões de entidades e cidadãos brasileiros.” Cf. VERSIANI, Maria Helena. *Cartas Cidadãs*. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213210085_ARQUIVO_2008ANPUHregionalTextofinalSero pedicareduzido.pdf. Acesso em: 27 de março de 2012.

dos cônjuges; recusar a venda de mercadorias ou a prestação de serviços, locação e venda de imóveis, internação em hospitais, alojamento em hotéis e similares, atendimento em bares, restaurantes e estabelecimentos de diversões; publicamente ameaçar, menosprezar, insultar, demonstrar ódio ou perseguir alguém com palavras, gestos ou outras formas de pressão; exercer qualquer tipo de coação, sob ameaça de divulgação de aspectos íntimos da vida particular de alguém; ridicularizar pessoas, reais ou não, mesmo a pretexto de simples comicidade, em espetáculos de diversões, teatro, cinema, rádio, imprensa e televisão, quer em programas normais, quer em anúncios publicitários, contribuindo para reforçar estereótipos preconceituosos.²⁷³

Como se pode perceber, nesta primeira carta enviada pelo movimento homossexual à “Comissão dos Notáveis”, a militância homossexual, ao solicitar a inclusão específica da proibição de discriminação por “preferência sexual” na Constituição Nacional, optou por utilizar termos como “preferência sexual” ou “opção sexual”. Posteriormente, depois de sucessivas discussões travadas por ativistas gays e estudiosos de todo o país acerca da essencialização ou não da homossexualidade, a proposta foi alterada e a expressão “orientação sexual” passou a ser vista como a que melhor emoldurava o desejo sexual pelo mesmo sexo.

Quanto ao termo “orientação sexual”, após várias consultas com especialistas em Antropologia, Psicologia e seguindo o exemplo de outros países, houve consenso entre os grupos gays brasileiros que é a expressão que melhor atende a nossos interesses, pois preferência ou opção sexual davam lugar a dúvidas e imprecisões. Entre nesta luta!²⁷⁴

Resolvido esta querela, que também era uma busca por coerência simbólica e ativista, o movimento homossexual deu continuidade ao seu projeto de criminalização da homofobia atuando diretamente em Brasília, representado por João Antônio Mascarenhas. Em depoimento concedido a Claudio Roberto da Silva (1998), Mascarenhas relata os percalços enfrentados por ele na luta pela inclusão do projeto de lei que proibia a discriminação por orientação sexual no Brasil na Constituição de 1988. Segundo ele:

Em 1987, pela primeira vez – até agora a única! –, o Triângulo Rosa conseguiu ir à Câmara Federal... ao Congresso Nacional Constituinte. Lá, fiz exposição a duas subcomissões... parece que isso foi em abril. O assunto foi levado a plenário e fomos derrotados... a última votação na Assembléia Nacional Constituinte foi em fevereiro de 1988. Fui à Brasília... nunca um ativista gay tinha entrado no Congresso Nacional como tal. Muito menos para fazer uma exposição e ser sabatinado pelos parlamentares... isso foi um escândalo! A imprensa noticiou muito, alguns jornais meio em tom de troça, outros apoiaram, outros descreveram o fato objetivamente, mas houve uma grande cobertura... Houve a votação no início de 1988, acho que foi janeiro ou fevereiro... fomos derrotados. Nos fins de fevereiro e princípios de março de 1988, saiu o primeiro projeto da Constituição Federal. Por essa época, eu me afastei do grupo Triângulo Rosa. Depois retomei quando se aproximava a Revisão Constitucional.

²⁷³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano VI. Nº 12. Março de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 129 e 130.

²⁷⁴ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano VI. Nº 13. Outubro de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Op. Cit.*, 2011, p. 138.

Porém, dizia que voltaria até terminar a Revisão... qualquer que fosse o resultado. Na Revisão, também fomos derrotados. Desta vez não houve esse sucesso de escândalo... Comeste nosso trabalho, não conseguimos ser contemplados na Constituição Federal, mas conseguimos em duas Constituições estaduais: a de Sergipe e a de Mato Grosso; e em 27 leis orgânicas municipais... inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.²⁷⁵

A derrota sofrida pelo movimento homossexual na campanha pela criminalização da homofobia na Assembleia Nacional Constituinte foi um contragolpe no diálogo que vinha sendo travado entre os militantes homossexuais e o Estado. Além disso, esse revés revelou que a nova legislação, por mais que fosse aclamada como a Constituição mais cidadã da história do país, ainda não estava disposta a contemplar os direitos humanos e civis reivindicados pelos homossexuais. Nesse momento, vistos como cidadãos como quaisquer outros, por conseguinte, não merecedores de leis específicas.

No entanto, foi a partir daí que os grupos homossexuais organizados, como foi o caso do Grupo Gay da Bahia, aproveitaram-se dessa relação mais estreita com a política institucional para buscar o apoio e a obtenção de vantagens para uma outra luta – o combate à epidemia do HIV/AIDS entre os homossexuais. Nos anos 1980, os gays masculinos, notadamente, passaram a ser vistos e tratados como grupo-vítima preferencial da doença, o que contribuiu mais ainda para justificar e ampliar a homofobia em todo o mundo. Assim, o controle desse vírus, inevitavelmente, passou a ser uma das principais prioridades do movimento homossexual internacional, no fim dessa década.

4.3 O GGB em tempos de HIV/AIDS: aproximações com o Estado

A notícia de uma doença rara, comparada a um “câncer”, que estava matando jovens gays masculinos no Canadá e nos Estados Unidos, começou a ressoar no cenário internacional a partir da década de 1980. Logo de início, essa enfermidade foi denominada de “sarcoma de Kaposi” e estava associada a tribos africanas. De repente, foram aparecendo os primeiros casos da doença entre rapazes que mantinham vida sexual com diferentes parceiros.

Em dezembro de 1982, surgiram as primeiras informações no Brasil sobre essa epidemia e o Grupo Gay da Bahia logo tratou de noticiá-las no seu boletim. No entanto, apresentou-a como sendo uma “peste rosa” confinada aos estadunidenses. Enquanto isso, neste mesmo ano, como nos conta Simões e Facchini (2009), foram confirmados no país os primeiros casos de contágio da doença. Tratava-se de dois rapazes que tinham estado recentemente nos

²⁷⁵ Depoimento de João Antônio Mascarenhas concedido a Cláudio Roberto da Silva, em 22 de junho de 1995. Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998, p. 276 e 277.

Estados Unidos. Um deles era o estilista Marcos Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, de 31 anos. A notícia de sua morte reverberou em todo o país, criando medo e despertando os brasileiros para os riscos de uma possível epidemia.

Em 1985, quando esta epidemia já era uma realidade no Brasil, e a imprensa e os médicos passaram a reforçar antigos preconceitos contra os homossexuais, como a sinonímia entre homossexualidade e doença, o GGB tratou de divulgar nas páginas do seu boletim um informativo sobre esta enfermidade. Nesse informe, continha-se os principais sintomas da “AIDS”, sigla em inglês da “Síndrome de Imunodeficiência Adquirida”, como passou a ser conhecida esta doença, suas formas de contágio e os meios para evitá-la. Neste momento, havia ainda por parte da militância homossexual, além do medo de contágio, um receio que suas ações de combate a essa epidemia viessem atrelá-la mais ainda à homossexualidade, tornando-se mais um estigma. Esse primeiro posicionamento dos militantes homossexuais brasileiros está presente no depoimento de Edward MacRae. Segundo ele:

Quando voltei ao Brasil, a idéia era que se tratava de mais um complô médico. A questão da AIDS era vista como outra fórmula pseudocientífica para oprimir os homossexuais, fazê-los retornar à margem. Muitos dos antigos militantes defendiam esse parecer. Certamente, também teria tomado esta posição, mas havia estado nos Estados Unidos e visto que o caso era sério. Os norte-americanos não estavam mais defendendo as antigas posições, então comecei a ver a questão sob outro prisma. Assim, houve momentos em que ocorreram algumas discordâncias entre eu e os militantes, mas eles eram pessoas inteligentes e logo começaram a perceber os perigos que estavam correndo.²⁷⁶

Foi somente a partir da segunda metade da década de 1980 que começou a surgir uma insólita parceria de médicos e ativistas gays no combate à epidemia da AIDS. Entretanto, algumas divergências persistiram. Em setembro de 1987, Hédimo Santana, membro-fundador do GGB, publicou uma matéria no boletim do grupo protestando contra a obrigatoriedade do teste do anti-HIV, vírus causador da AIDS, como requisito admissional em fronteiras e na obtenção de empregos. Para ele, tal exame poderia acarretar problemas psicológicos, levando o indivíduo as mais variadas reações, como até o suicídio, além de não representar, com efeito, nenhuma proteção contra o vírus. Usando um discurso médico-científico para relativizar as próprias práticas e saberes médico-científicos, Santana procurou deslocar o seu peso discriminatório para definir a vida das pessoas, especialmente a dos homossexuais. Nas palavras dele:

²⁷⁶ Depoimento de Edward MacRae concedido a Cláudio Roberto da Silva, em 22 de junho de 1995. Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998, p. 351.

O teste anticorpos HIV mede a exposição e provável infecção pelo vírus associado a AIDS. O teste unicamente não diagnostica a doença. A porcentagem ou média de indivíduos que obtiveram resultados positivos (soropositivos) e irão desenvolver AIDS ou condições relacionadas à AIDS não é conhecido mas, é significativo. Levará muito tempo. As pesquisas ainda são imprecisas e permanecem inconclusas, assim como o êxito das intervenções médicas naqueles soropositivos assintomáticos.²⁷⁷

Neste momento, definitivamente, o combate à epidemia do vírus do HIV-AIDS já tinha se tornado uma questão prioritária para o movimento homossexual. A cada boletim do GGB era noticiado informações sobre a doença. Conforme Simões e Facchini (2009), além da atuação da militância homossexual organizada, esta luta contou também com a participação do “Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA)”, primeira ONG-AIDS do Brasil, fundada em São Paulo, em 1985, da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e do Grupo Pela VIDDA (valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS), no Rio de Janeiro, e em 1988, consolidou-se o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis DST/AIDS dentro do Ministério da Saúde. Os autores ainda destacam o ativismo de Hebert de Souza, o Betinho, do cartunista Henfil e do ex-guerrilheiro Hebert Daniel.²⁷⁸

Mesmo com toda essa mobilização, o GGB noticiou, em outubro de 1988, o índice assustador de 4153 casos de AIDS no Brasil, dados fornecidos pelo Ministério da Saúde. No ranking dos estados brasileiros com maior número de portadores do vírus, a Bahia ocupava o 6º lugar, o que o grupo considerou uma boa posição, tendo em vista o tamanho da população do estado baiano. Neste mesmo ano, o Grupo Gay da Bahia, representado por Luiz Mott, foi convidado pelo Ministro da Saúde Borges da Silveira para compor a Comissão Nacional para Controle da AIDS. Para o grupo, foi um reconhecimento federal dos serviços prestados por eles na luta pelo combate dessa doença. Antes disso, em 8 de maio de 1987, o GGB já tinha sido declarado pela Câmara Municipal de Salvador “entidade de utilidade pública municipal”, por meio de uma iniciativa do vereador Raimundo Jorge.

Todo esse reconhecimento do “Grupo Gay da Bahia” no final dos anos 1980 deu grande destaque ao grupo na sua atuação de prevenção da AIDS, principalmente em Salvador, fazendo com que esta se tornasse a principal luta do movimento homossexual baiano no final dessa década. No livro “A Cena Gay de Salvador em Tempos de AIDS”, Luiz Mott apresenta os principais feitos do GGB no combate à essa epidemia nas décadas de 1980 e 1990. No que diz respeito ao período aqui estudado, Mott destaca as seguintes ações:

²⁷⁷ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano VIII. Nº 16. Março de 1988. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 169.

²⁷⁸ Cf. SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 130 e 131.

Em 1984 o coordenador do GGB é convidado por um médico do Hospital Jorge Valente a debater sobre o primeiro caso de Aids diagnosticado na Bahia, e neste mesmo ano, duas cartas de protesto no principal jornal local, A Tarde, contra matérias preconceituosas referindo a Aids como peste-gay. Em fevereiro de 1985 o GGB divulga o seu primeiro texto de prevenção, distribuindo no carnaval 5 mil folhetos, “O perigo da Aids na Bahia”, alertando a população homossexual de como evitar e reconhecer a Aids. A partir de 1986 o GGB assina convênio com a Bemfam (Sociedade do Bem Estar da Família), distribuindo a partir de então, mensalmente, 5 mil preservativos sobretudo junto à comunidade homossexual. (...) Em 1989 o GGB participa da primeira pesquisa sobre o HIV na comunidade homossexual de Salvador e do Brasil, convênio firmado entre a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Cornell (NY), com testes voluntários, sigilosos e gratuitos realizados na própria sede da entidade. Em 1990 o GGB funda o *Centro Baiano Anti-Aids*, participando de um programa semanal sobre Aids na Rádio Sociedade.²⁷⁹

A atuação do GGB e a de outros grupos homossexuais organizados na luta para deter o vírus do HIV-AIDS no Brasil representou um momento de transição do movimento homossexual brasileiro. Esta interfase foi marcada, sobretudo, pela consolidação da parceria com o Estado e por um remanejamento da militância política homossexual do país, com surgimento de novos grupos e, conseqüentemente, de novas demandas. A respeito dos efeitos da epidemia do HIV/AIDS no movimento homossexual brasileiro, Mott declara:

A AIDS teve um impacto terrível. Grandes lideranças do movimento e da intelectualidade LGBT e artistas gays ou bissexuais morreram de AIDS. Tem um artigo meu na *Folha* [*Jornal Folha de São Paulo*], “A AIDS inibiu a bissexualidade”, vários artistas que se diziam bissexuais deixaram de sê-lo, disseram que não era mais, ou então muitos gays passaram a se dizer bissexuais, porque na hora que estavam identificados como portadores do HIV era menos estigma se dizer bissexual do que se dizer gay, homossexual exclusivo. De modo que a AIDS fez com que algumas lideranças gays migrassem para o movimento de AIDS que passou a ser um movimento que passou a receber muito mais subvenção e respeitabilidade. Tem vários líderes gays, no Rio de Janeiro e em outros estados, que se tornaram militantes da AIDS e deixaram de ser militantes gays. De modo que teve o impacto negativo, mas teve o impacto positivo. O movimento [homossexual] se tornou muito sério, quase um movimento profilático e médico. Os gays que inventaram o sexo seguro, os grupos gays se tornaram grandes centros de prevenção e distribuição de preservativos, e nos tornamos experts no assunto. E aproveitamos da subvenção da AIDS, sempre fazendo propaganda da prevenção, para financiar paradas e outras atividades relacionadas aos direitos humanos e cidadania gay.²⁸⁰

Fica evidente, na narrativa de Mott, o grave impacto negativo causado pelo surto do HIV/AIDS nos processos de afirmação da identidade homossexual no país e na expansão do movimento homossexual brasileiro a partir da segunda metade da década de 1980. No entanto, Mott também aponta aspectos positivos. Isso foi possível porque, de acordo com Simões e Facchini (2009), o aparecimento dessa doença, por mais desastroso que tenha sido para a

²⁷⁹ MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000. p. 115.

²⁸⁰ Entrevista concedida por Luiz Mott, em 23 de março de 2017.

campanha de emancipação homossexual, permitiu ao movimento traçar uma série de estratégias específicas para os homossexuais, aqui, considerados “grupo de risco”. Isso ocorreu, como se atesta na declaração de Mott, graças a uma maior aproximação com o Estado, gestada durante a década de 1980, e um maior interesse da sociedade em geral por informações acerca sobre essa epidemia. Nota-se então que a parceria entre governo, militância homossexual e sociedade civil contra este “inimigo comum”, além de propiciar políticas públicas voltadas para o combate da AIDS, permitiu ainda aos grupos homossexuais organizados existentes, e os que surgiram no final dos anos 1980 e no início da década 1990, angariar recursos junto ao Ministério da Saúde, o que em muitos casos garantiu a sobrevivência dessas entidades.

Entretanto, esse alinhamento entre ativismo gay e as novas políticas públicas inclusivas do Estado fez com que esses grupos organizados de homossexuais passassem a assumir, na prática, muitos mais o formato de “ONGs”²⁸¹, em detrimento à sua condição de movimento social.²⁸² Para Gohn, nesse momento, “captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas”.²⁸³ Segundo a autora, ocorre, neste processo, uma transmutação das identidades políticas desses sujeitos produzidas em contextos de lutas e antagonismos sociais para uma política de identidades, moldadas por políticas públicas e controladas por órgãos do Estado. Com isso, de certa forma, o poder volta para as mãos do governo, descaracterizando o que seria um movimento social. No entanto, as fronteiras entre ONGs e movimentos sociais ainda é bem tênue, ou até mesmo, para alguns teóricos, ela nem existe. Para estes, esse tipo de organização civil também compõem os movimentos sociais, por conseguinte, não representam o desfalecimento das ações coletivas.

De qualquer forma, a desobediência civil, de forte teor anárquico, que tanto caracterizou o movimento homossexual brasileiro na década de 1970 e início dos anos 1980, é deixada de lado e os grupos homossexuais organizados, que sobreviveram ao impacto da AIDS

²⁸¹ Para José Roberto Bassul Campos, a sigla ONG é amplamente utilizada para designar “Organizações não governamentais” – grupos sociais organizados, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania. Cf. CAMPOS, José Roberto Bassul. *Organizações Não-Governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/especiais/OrganizacoesNaoGovernamentais.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

²⁸² Segundo Gohn, isso ocorreu porque “a maior parte dos movimentos sociais populares entram, nos anos 90, despreparados diante da nova conjuntura de políticas sociais estatais de parcerias entre o Estado e entidades da sociedade civil organizada [...]. O despreparo dos movimentos possibilitou que novas ONGs e outras entidades associativas do ‘terceiro setor’ ocupassem aqueles espaços.” Cf. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *O novo associativismo e o Terceiro Setor*. Revista Serviço Social e Sociedade, n.58, São Paulo: Cortez, 1998, p. 11.

²⁸³ Cf. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 13.

e a decepção de não terem suas reivindicações atendidas ao fim do processo de redemocratização do país, revelaram-se frágeis diante das instituições políticas restabelecidas e legitimadas pelo jogo democrático nos primeiros anos da década de 1990. Malgrado, a luta contra a epidemia do HIV/AIDS fez com que o MHB incluísse em seu rol de direitos, a luta pelo direito à saúde, pela provisão de serviços de saúde, inclusive medicamentos gratuitos, ampliando assim o que se compreendia até o momento como cidadania homossexual e alargando a noção de democracia num país com pretensões de se tornar um Estado democrático de Direito.²⁸⁴

Neste contexto, o Grupo Gay da Bahia foi um dos grupos que melhor se adequou a esse novo cenário político do país. Se, por um lado, seu emparelhamento com o Estado foi de grande importância para dar envergadura e sustentabilidade ao movimento homossexual diante do surto da AIDS no país, impedindo que o impacto dessa epidemia fosse ainda mais catastrófico e atrofiador para o processo de liberação homossexual que ocorria no Brasil desde a década de 1960, por outro, o GGB, ao longo dos anos 1990, ganhou cada vez mais feições, de uma “ONG/AIDS”. Esta nova face é coerente com a estratégia política adotada pelo grupo desde a sua fundação, uma vez que o GGB sempre teve como objetivo geral a busca pela conquista de benefícios para um segmento específico da sociedade – os homossexuais. Ainda que, para que essa finalidade fosse alcançada, o grupo tivesse que realizar insólitas alianças.

Por conseguinte, é com esse estilo de ativismo gay, mais pragmático e utilitarista, que o Grupo Gay da Bahia assegurou e adentrou o caminho em direção à terceira fase do movimento homossexual brasileiro, iniciada em meados da década de 1990 e se estendendo até a atualidade, marcada, sobretudo, pela sua diversidade de cores, siglas, “paradas” e novos atores.

Se no primeiro momento o Grupo Gay da Bahia se esforçou por uma maior conscientização política por partes dos homossexuais e pelo direito de lutar pelos seus direitos civis, adotando uma novo estilo de militância política, aproximando-se do gueto homossexual e retirando a homossexualidade do Código de doença do INAMPS para inserir no campo político, neste segundo momento, o GGB partiu de uma maior politização da homossexualidade na Bahia e no Brasil, para tomar a dianteira da luta contra a discriminação homossexual, tanto na esfera da sociedade civil quanto no âmbito do Estado, assim como começou a vislumbrar no contexto sociopolítico da segunda metade da década de 1980, a possibilidade de uma maior participação política e ampliação de direitos.

²⁸⁴ Cf. LOPES, José Raimundo de Lima. Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da Ditadura à democracia. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2014, p. 290 e 291.

Embora se reconheça que esta divisão temporal da atuação do Grupo Gay da Bahia no decênio de 1980 em duas fases tenha mais a ver com um procedimento de intelecção adotado aqui, do que propriamente uma quebra da linearidade acontecimental, tendo em vista que muitos dessas ações estavam imbricadas na maioria das reivindicações do grupo. Isso não impede que observemos, nesse período de 1985 a 1988, graças a uma ampliação das noções de cidadania e de democracia provocada pelas transformações culturais e sociopolíticas que vinham ocorrendo no país, um conjunto de ações consistentes do grupo, visando, sobretudo, um maior acesso às políticas implementadas pelo Estado. Foi o caso das pressões pela criminalização da discriminação por orientação sexual levada até à Assembleia Constituinte pelo MHB e a conveniente parceria estabelecida entre o movimento e os órgãos estatais no combate à epidemia do HIV/AIDS.

No que tange à luta contra a discriminação do homossexual perpetrada pelas relações de poder no interior da sociedade civil, vimos que o grupo elegeu os meios de comunicação como um dos principais responsáveis pela disseminação do preconceito homossexual no país. Sendo assim, o GGB travou diversas batalhas contra a mídia impressa e televisiva, buscando sempre produzir um contra-discurso num jogo de representações que tinha como tática principal desconstruir a gama de significantes e significados negativos atribuídos à homossexualidade.

Sem embargo, os embates contra a discriminação da homossexualidade também tiveram como alvo o Estado, sobretudo, em sua omissão contra a violência e assassinatos praticados contra os homossexuais. É, neste momento, que também começamos a perceber a emergência do conceito de “homofobia” como um importante instrumento nas mãos dos militantes e teóricos interessados no fim das expressões e dos crimes de ódio direcionados aos homossexuais. Essa luta ganha uma outra dimensão ainda, quando o MHB, especialmente o GGB e o Triângulo Rosa, fundado por João Antônio Mascarenhas, passa a cobrar a especificação da proibição da discriminação por orientação sexual na Assembleia Constituinte, em 1987, porém sem grandes êxitos.

Esta maior tutela do Estado e sua aproximação com a militância homossexual somente veio se consolidar a partir do combate e controle da epidemia do HIV/AIDS entre os homossexuais no Brasil, especialmente, a partir das ações do Grupo Gay da Bahia estabelecendo assim uma nova relação entre a militância homossexual e o Estado. Nestes últimos anos da década de 1980, o GGB, assim como outros grupos sobreviventes do surto do HIV/AIDS, implementou um novo estilo de militância, passando a se apoiar mais nos subsídios do governo e investindo num formato de ONG-AIDS. Finalmente, já se pode sentir, por consequência do HIV/AIDS, os desarranjos, as novas configurações e as novas estratégias

adotadas pelo MHB para adentrar à década de 1990, quando este passou a ser conhecido como Movimento LGBT brasileiro.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, por meio de uma discussão bibliográfica e análise dos documentos, discutiui-se como se deu o processo de agitação político-cultural e formação de um movimento homossexual organizado em Salvador no período de abertura política e redemocratização do Estado brasileiro, de 1978 a 1988, dando-se grande ênfase à atuação do Grupo Gay da Bahia (GGB). Com isso, foram analisados desde indícios preliminares acerca de uma agitação político-cultural homossexual em Salvador nos anos 1970, até a organização e militância dos primeiros grupos organizados de homossexuais na Bahia, destacando, precipuamente, a trajetória do Grupo Gay da Bahia, sobre a qual recai a maior parte desse estudo, e do Grupo Adé Dudu, na sua luta contra a dupla discriminação sofridas pelos negros homossexuais na Bahia e no Brasil. Além disso, foi possível perceber também as tensões que envolvem as diferentes representações da homossexualidade e seus conjuntos de significantes e significados, revelando assim as linhas de força e de atualização, as curvas de enunciação e as rotas de fuga que trespassam este dispositivo.

No decorrer dessa discussão ficou claro que se trata de uma história de “trânsitos”, “deslocamentos” e até “congestionamentos”. O homossexual é um “viajante”, carrega uma identidade instável e em constante transformação. Por isso que o problema da agitação político-cultural homossexual e da organização política dos homossexuais na Bahia passa primeiro pela interpelação acerca da construção de uma identidade coletiva homossexual. Este dilema está no cerne do próprio conceito de homossexualidade. Dessa forma, ao adotar uma identidade política homossexual na luta contra a discriminação da homossexualidade e pela conquista de seus direitos, o sujeito não desloca apenas o real, mas todo o imaginário social e um conjunto de significantes e significados no campo do simbólico que fora antes, arbitrariamente, indexados neste referente. Isto acontece porque, a partir das ideias de Foucault, passamos a compreender a homossexualidade não como um dado “natural” e acessível ao historiador, mas como uma categoria discursiva produzida pela vontade de verdade e relações de poder para capturar sujeitos e suas pulsões sexuais vistas como desviantes pela norma médico-legal. Sua emergência pode ser situada no século XIX, mas não se fala numa origem, antes é importante perceber toda a teia de saberes e estratégias de poder que cruzam esta fabricação.

Neste diapasão, a produção de uma identidade coletiva homossexual tão cara aos movimentos homossexuais em todo mundo passa a ser apreciada a partir da bifurcação na qual se encontra. Nesta abordagem, a questão da autoidentificação foi tomada tanto em sua

perspectiva negativa quanto em seu viés positivo. Assim, a identidade homossexual foi pensada tanto como um instrumento de disciplinarização e classificação do indivíduo quanto como uma autodeterminação, uma substância política na defesa do amor pelo mesmo sexo.

Esta ambivalência que marca a identidade homossexual fica mais clara quando analisamos os movimentos homossexuais que surgiram no Brasil no final dos anos 1970 e na década de 1980. É neste sentido que se torna tão fundamental, neste trabalho, o empenho de comparar a atuação do grupo Somos-SP com a postura política adotada pelo Grupo Gay da Bahia. Embora muitas das campanhas e reivindicações postas em prática pelo GGB foram gestadas e ensaiadas ainda pela militância homossexual paulista, são nas descontinuidades entre esses dois coletivos que essa antinomia da identidade se revela bem mais perigosa do que apenas uma abstração filosófica. Como vimos, a afirmação da identidade gay foi para o grupo baiano uma das principais estratégias de luta pelos direitos daqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo.

No entanto, vale lembrar que mesmo antes da formação do GGB, no ano de 1980, já existia em Salvador toda uma agitação político-cultural em torno da homossexualidade, foi na direção dessa “Salvador dos Homossexuais” que também se encaminhou esta investigação. No rastro de sujeitos individuais e coletivos, tais como o estilista Waldeilton Di Paula, editor dos periódicos “Little Darling” e “Ello”, voltados para a cena homossexual na década de 1970; os grupos de teatro baianos que produziam peças; os anarquista do “O Inimigo do Rei” que publicava em seu jornal homônimo matérias valorizando o amor livre; os membros homossexuais do MNU baiano que, posteriormente, juntamente com outros rapazes negros, formaram o Grupo Adé Dudu; e os acontecimentos que contribuíram para o aparecimento de identidades homossexuais politizadas na Bahia na década de 1970.

Ao esmiuçar essa agitação político-cultural em torno da homossexualidade em Salvador, podemos destacar ainda o aumento dos espaços reservados à prática da homosociabilidade e homoerotismo na cidade, uma certa classificação dos sujeitos que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo, a ampliação da visibilidade homossexual e o início de uma politização da homossexualidade na Bahia. Já a partir de 1980, vimos como foram constituídos os grupos organizados de homossexuais em Salvador e quais foram as relativas inovações provocadas por essa militância homossexual baiana no MHB. Neste momento, tem destaque uma série de táticas políticas implementadas pelo GGB, muitas delas já pensadas pelos primeiros grupos de homossexuais, como a institucionalização do movimento. Da mesma forma, e até certo ponto, o grupo Adé Dudu inovou essa dinâmica ao enfrentar a dupla discriminação direcionada aos negros homossexuais no Brasil. A análise da trajetória desse

grupo de negros homossexuais baianos revela ainda o reforço das opressões sobre os indivíduos nos quais se interseccionam dois ou mais marcadores sociais, tais como raça, gênero, orientação sexual e classe social.

Este estudo da Salvador dos Homossexuais permitiu ainda constatar a existência de outros dois grupos homossexuais formados na Bahia pelos idos de 1980, o Grupo Aquarius (Grupo de Libertação Homossexual) e o Grupo Libertário Homossexual, formado por mulheres lésbicas. No entanto, devido às poucas informações encontradas, não podemos narrar a trajetória desses grupos. Em compensação, foi sob a égide do Grupo Gay da Bahia, nos anos 1980, que a atuação do movimento homossexual se mostrou consubstancial e inovadora, marcada por um novo processo de politização da homossexualidade, sobretudo, na Bahia, que visou conscientizar o máximo de pessoas que mantinham relações sexuais com o mesmo sexo dos seus direitos humanos e civis, através de uma ação política diversificada e criativa, tanto no interior da sociedade civil quanto junto ao Estado. Dessa forma, o GGB se tornou o principal sustentáculo do movimento homossexual brasileiro, servindo de modelo para outros grupos homossexuais organizados que foram surgindo nesta época.

A militância do Grupo Gay da Bahia, neste trabalho, foi dividida em duas partes. Tal divisão, de caráter mais didático, partiu da compreensão de que, na primeira metade dos anos 1980, o GGB se esforçou por uma maior conscientização política por partes dos homossexuais e pelo direito de lutar pelos seus direitos civis, adotando uma novo estilo de militância política, aproximando-se do gueto homossexual e retirando a homossexualidade do Código de doença do INAMPS para inserir no campo político, enquanto que nos anos de 1985 a 1988, o grupo partiu de uma maior politização da homossexualidade na Bahia e no Brasil para tomar a dianteira da luta contra a discriminação homossexual, tanto na esfera da sociedade civil quanto no âmbito do Estado, assim como começou a vislumbrar no contexto sociopolítico da segunda metade da década de 1980, a possibilidade de uma maior participação política e ampliação de direitos.

Com isso, neste primeiro momento, identificou-se que o Grupo Gay da Bahia, diferentemente dos primeiros grupos organizados de homossexuais que surgiram no final da década de 1970, adotou uma nova postura política homossexual, muito mais pragmática e multidirecionada, tendo como alvo tanto a sociedade civil quanto o Estado. Nesta linha, o grupo focou na consolidação de uma identidade coletiva homossexual que desse mais coesão e visibilidade às causas do movimento. Dessa forma, o ato de “se assumir” enquanto homossexual, o *coming out*, passou a ser incentivado pelo grupo como sendo uma forma de demonstração de consciência política por parte dos amantes do mesmo sexo. Neste sentido, a

identidade “gay” passou a ser perspectivada por esses militantes baianos como sendo a representação da homossexualidade mais “respeitável” e “preparada” para a luta política e social. Pudemos perceber ainda dentre estas novas estratégias do grupo, uma maior aproximação com o gueto homossexual, o que permitiu ao GGB absorver em alguma medida práticas de “fechação” como tática política.

Estas alterações no estilo de militância foram de grande importância também para o grupo ingressar na campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil. Nesta luta, o GGB se valeu do processo de redemocratização do Estado nacional para obter apoio e vantagens políticas por parte de líderes e agremiações partidárias que vinham se reorganizando ou surgindo no país neste período. Além disso, esta conquista também serviu para mitigar os sentidos atribuídos à homossexualidade, como a concepção do homossexual enquanto doente.

Já na segunda metade da década de 1980, vimos que o movimento homossexual brasileiros procurou forçar uma ampliação da noção de cidadania e de democracia no Brasil. Nesta perspectiva, a luta contra a discriminação da homossexualidade também teve como alvo o Estado, sobretudo, em sua omissão contra a violência e assassinatos praticados contra os homossexuais. É, neste momento, que também começamos a perceber a emergência do conceito de “homofobia” como uma ferramenta utilizada por militantes e teóricos interessados no fim das expressões e dos crimes de ódio direcionados aos homossexuais. Essa luta ganhou uma outra dimensão ainda, quando o MHB, especialmente o GGB e o Triângulo Rosa, fundado por João Antônio Mascarenhas, passou a cobrar a especificação da proibição da discriminação por orientação sexual na Assembleia Constituinte, em 1987, porém sem grandes êxitos. Esta aproximação do Grupo Gay da Bahia com o Estado ficou mais estreita a partir da epidemia do HIV/AIDS. Podemos observar que neste últimos anos da década de 1980, o GGB, sob o impacto do HIV/AIDS, adaptou a sua militância à política de repasses de subsídios disponibilizados pelo Estado para a prevenção da doença. Estas alterações no estilo de militância homossexual marcou todo o MHB e apontou para os novos arranjos e novas demandas que deram os contornos da atuação do movimento na década de 1990.

Por fim, essa é uma história possível das lutas homossexuais na Bahia, nas décadas de 1970 e 1980. Nela, além de traçar toda movimentação e movimento desses homossexuais em busca da liberdade e do reconhecimento civil dos seus direitos de amar o mesmo sexo, pudemos perceber outros deslocamentos, voluntários e involuntários, gerados pelas práticas desses sujeitos. Com isso, observamos que o movimento homossexual além gerar incursões no real, também remaneja o imaginário e o simbólico produzido sobre a homossexualidade, fabricando assim novas linguagens. Assim como, ao embaralhar as fronteiras do político e do cultural,

produz também uma nova epistemologia da luta social. Por conseguinte, esta produção é um apenas esforço de “capturar”, por meio de “imagens” ou “autorretratos” que chegam do passado, este personagem nomeado de homossexual.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Jornal A Tarde – Salvador.

Jornal Correio da Bahia – Salvador.

Jornal Tribuna da Bahia – Salvador.

Jornal Folha de São Paulo – São Paulo

Jornal A Tribuna –Vitória/ES

Centro de Documentação Luiz Mott

Jornal Lampion Da Esquina – De Julho De 1979 A Maio De 1980.

Boletim Do Grupo Gay Da Bahia – De Agosto De 1981 A Fevereiro De 1990.

Guia Gay Da Bahia – 1º Edição (1981)

Dossiê “Negros Homossexuais” (Pesquisa Realizada Pelo Grupo Adé Dudu) – Novembro De 1981.

Dossiê “A Participação dos Homossexuais no Movimento Negro Brasileiro” – Setembro de 1984

FONTES ORAIS

Marcelo Cerqueira – Entrevista Realizada no dia 27 de Fevereiro De 2012. Atual Presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Luiz Mott – Entrevista realizada no dia 23 de março de 2017. Antropólogo e principal líder do GGB.

Davi Aranha – Entrevista realizada no dia 24 de março de 2017. Economista e membro-fundador do GGB.

Antônio Pacheco – Entrevista realizada no dia 10 de março de 2012. Jornalista e membro-fundador do GGB e do Jornal O Inimigo do Rei.

Ricardo Líper – Entrevista realizada no dia 12 de março de 2012. Professor de filosofia e membro-fundador do GGB e do Jornal O Inimigo do Rei

Carlos Borges – Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2016. Produtor cultural e amigo de Waldeilton di Paula.

Wilson Santos – Entrevista oral concedida ao blog “Ade Dudu”. Disponível em: <http://adedudu.blogspot.com.br/2011/05/um-pouco-de-historia.html>. Acesso em: 02 de março

de 2012.

FONTE AUDIOVISUAL

Vídeo-documentário “O Inimigo do Rei – Imprimindo Utopias Anarquistas” – produzido por Carlos Baqueiro e Eliene Nunes, em 2007.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *O que é o Contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-Santa Catarina: Argos, 2009.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. & FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 290.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AVELINO, Nido. *Ética e Antologia de Existências*. Rio de Janeiro: 2004, p. 87.

AZEVEDO, Thales. Das Normas à Irresponsabilidade. *Jornal A Tarde*. Salvador. 23 de janeiro de 1976.

BHABHA, Homi K., *O Local da Cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 13.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 32.

_____. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. *Congresso Nacional*. Lei nº 5.250, 9 de fevereiro de 1967.

CAMPOS, José Roberto Bassul. *Organizações Não-Governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/especiais/OrganizacoesNaoGovernamentais.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política?. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Emanuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 2: O Poder da Identidade. Paz e Terra, 1998.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16º Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), 1991.

COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador-Ba: Edufba, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade e o Direito à Diferença*. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRi8ikwp3TAhVBi5AKHUzIC4IQFggsMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mariaberenice.com.br%2Fmanager%2Farq%2F\(cod2_633\)26_homoafetividade_e_o_direito_a_diferenca.pdf&usq=AFQjCNHXDntDMG0ab0gF2EQFRIDcNnWvqA&sig2=UiVtIr0SoX27pRpfAoUTKg&bvm=bv.152180690,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRi8ikwp3TAhVBi5AKHUzIC4IQFggsMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mariaberenice.com.br%2Fmanager%2Farq%2F(cod2_633)26_homoafetividade_e_o_direito_a_diferenca.pdf&usq=AFQjCNHXDntDMG0ab0gF2EQFRIDcNnWvqA&sig2=UiVtIr0SoX27pRpfAoUTKg&bvm=bv.152180690,d.Y2I). Acesso em 14 de março de 2017.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª ed. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2000.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O que é uma literatura menor? In: _____. *Kafka: Por uma literatura menor*. Tradução Castanon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. 2ª ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1995, p. 232.

EDER, Klaus. *Identidade Coletiva e Mobilização de Identidades*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº. 53, outubro/2003.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. Estudos Ibero- Americanos, Porto Alegre, v. 24, n. 2, dez. 1998, p 269-289.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FIGARI, Carlos. @s “outr@s” Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, pp. 378-380.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*: Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves de Fonseca e Salma Annus Muchail. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

_____. *Da Amizade como modo de vida*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981.

_____. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

_____. *Os Anormais*: Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Outros Espaços. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 2009.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e a Análise do eu e Outros textos (1920-1923)*. Obras Completas Volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 66.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. (Coleção Passo a Passo).

FRY, Peter e MACRAE, Edward. *O Que é Homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRY, Peter. História da Imprensa Baiana. In: JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 4, Agosto-setembro de 1978, p. 4.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo:

Loyola, 2009.

_____. *O novo associativismo e o Terceiro Setor*. Revista Serviço Social e Sociedade, n.58, São Paulo: Cortez, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

GRUPO ADÉ DUDU, *Negros Homossexuais – Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do desejo*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O Homossexual Visto por Entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KATZ, Jonathan Ned. *A Invenção da Heterossexualidade*. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e Homossexualidade masculina. In: *A Cidade das Mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LAURENTI, Ruy. “Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças”. *Rev. Saúde Pública*, vol.18, nº 5, São Paulo, Outubro de 1984.

LAURITSEN, John e THORSTAD, David. *Los Primeros Movimientos em favor de los derechos homosexuales (1864-1935)*. 1 Ed. Barcelona: Tusquets Editor, 1977.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17. Nº 49. Junho/2002.

LÍPER, Ricardo. *Sexo entre homens e a tradição espartana: tudo que você queria saber e tinha medo de perguntar*. Salvador: Edições RCP, 2005.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da*

“Abertura”. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas. In: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2011. (Coleção Cult, n. 9).

MAGNANI, José Cantor Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº 49, 2002, pp. 22-24.

MARSIAJ, Juan P. Pereira. *Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL. Vol. 10. Nº 18/19. 2003.

MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000, p. 60.

_____. *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

_____. *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia*. Salvador: Editora Espaço Bleff, 1987, p. 10.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978 – 1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

NAPHY, William. *Born To Be Gay: História da Homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, 2006.

NAPOLITANO, Marcos e VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, n. 35, São Paulo: 1998.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

POLLAK, Michael. La Homosexualidad Masculina o: ¿La Felicidad en el Ghetto?, In: ARIÉS, Philippe e BEJIN, Andre. *Sexualidades Occidentales*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1987, pp. 71-102.

_____. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5.

PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra Homossexualidade; A Hierarquia da Invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

RAGO, Margareth. *A “Nova” Historiografia Brasileira*. Anos 90. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 1988.

SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Denise Pereira. João Augusto e o Teatro Livre da Bahia: Artistas, intelectuais e o Estado na Bahia nos anos 1970. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil Republicano, Vol. 4).

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: VELHO, Otávio (org.). *O Fenômeno urbano*. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____ & FRANÇA, Isadora Lins. *Do “gueto” ao mercado*. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/julio01.pdf>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 24. Nº 47, 2004.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7º ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VERSIANI, Maria Helena. *Cartas Cidadãs*. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213210085_ARQUIVO_2008ANP_UHregionalTextofinalSeropedicareduzido.pdf. Acesso em: 27 de março de 2012.

VIEIRA, Hamilton. *Além de Preto, Bicha!*. In: JORNAL O INIMIGO DO REI. Salvador. Nº 4. Ano 3. Fevereiro e março de 1979, p. 14 e 15.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otavio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da Mídia Alternativa: Histórias & memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2009, p. 237.